

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2015, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

O ano de 2016 foi marcado por grandes mudanças para a CPFL Energia. Após três meses de transição, Andre Dorf assumiu a presidência do Grupo no dia 1º de julho, em substituição a Wilson Ferreira Junior, com a missão de liderar a nova fase de crescimento e assegurar que processos e sistemas se tornem cada vez mais simples e eficientes, garantindo maior agilidade à empresa, a fim de enfrentar desafios e aproveitar as oportunidades de crescimento e geração de valor.

Em 16 de junho, a CPFL Energia anunciou a celebração Contrato de Compra e Venda de Ações com a AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. ("AES Guaíba"), que previa a aquisição pela CPFL Energia da totalidade das ações de emissão da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. ("AES Sul"), retomando o processo de consolidação do setor elétrico. Em 31 de outubro, com a conclusão da aquisição, a AES Sul passou a se chamar RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul"), uma distribuidora que atende aproximadamente 1,3 milhão de clientes em 118 municípios do Rio Grande do Sul. Com esse passo, a CPFL Energia ampliou sua escala e presença naquele estado, atendendo 382 municípios e alcançando um *market share* de 65%. No Brasil, a CPFL Energia passou a deter fatia superior a 14% no segmento de distribuição, atendendo cerca de 9 milhões de clientes em 9 concessionárias nas regiões Sul e Sudeste. A gestão da CPFL na RGE Sul se iniciou no dia 1º de novembro e os planos contemplam investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão no período 2017-2019, visando implantar o padrão CPFL na prestação de serviços e cumprir o plano de melhoria estabelecido pela ANEEL.

Ainda em 2016, no início de julho, a CPFL Energia foi informada por um de seus acionistas controladores, a Camargo Corrêa S.A., que esta havia recebido e aceitado proposta da State Grid Corporation of China ("State Grid") para aquisição de sua participação no bloco de controle da Companhia pelo valor de R\$ 25,00/ação. No dia 2 de setembro, foi assinado o contrato definitivo de compra e venda de ações (SPA) entre State Grid e Camargo Corrêa. Em seguida, a proposta foi estendida aos demais acionistas controladores que, ao longo do mês de setembro, decidiram alienar suas participações em conjunto com a Camargo Corrêa.

A referida transação passou por todas as aprovações cabíveis e foi concluída no dia 23 de janeiro de 2017, quando a State Grid se tornou acionista controlador da CPFL Energia, com participação acionária de 54,64%. Em virtude do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia, na consequente alienação indireta do controle da CPFL Energias Renováveis S.A. (CPFL Renováveis) e em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid irá realizar oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia e da CPFL Renováveis. Conforme informado nos Fatos Relevantes divulgados por ambas as companhias em 23 de fevereiro de 2017, a State Grid realizou os protocolos de documentação relativa às respectivas OPAs Unificadas perante a CVM, no dia 22 de fevereiro de 2017; o registro agora está sob análise da CVM.

Em meio a essas mudanças, a CPFL Energia seguiu sua trajetória de crescimento. Em 2016, novos projetos de energia renovável entraram em operação: em maio, foi a vez da PCH Mata

Velha, com 24 MW de capacidade instalada, enquanto os Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito tiveram sua entrada gradual ao longo do ano, com obras encerradas em dezembro, totalizando 231 MW de capacidade instalada.

Ainda no segmento de geração, no tema do risco hidrológico (GSF), foi concluída a repactuação da usina de Baesa (Energética Barra Grande Energia), protegendo-a de 100% dos efeitos do GSF até o final dos contratos regulados. As demais usinas já haviam sido repactuadas em 2015. A estratégia de repactuar esse risco teve por objetivo devolver a previsibilidade e estabilidade dos fluxos de caixa dos geradores hidrelétricos.

No segmento de distribuição, a Companhia continuou impactada pela retração econômica, que afetou o consumo na área de concessão. A despeito da aquisição da RGE Sul a partir de novembro, o mercado faturado na área de concessão do Grupo CPFL registrou queda de 1,0%. Desconsiderando o efeito da aquisição da RGE Sul, a redução seria de 3,5%, com quedas de 0,7%, 3,7% e 7,6% respectivamente para as classes residencial, comercial e industrial. O cenário macroeconômico desfavorável também influenciou os níveis de inadimplência, exigindo que a Companhia fortalecesse suas ações de cobrança, incrementando em mais de 50% o número de cortes, cobranças e negativas, entre outras ações.

No âmbito financeiro, é importante destacar a redução na alavancagem, que chegou a um patamar de 3,21x dívida líquida/EBITDA ao final de 2016, refletindo não somente melhores resultados, mas também a consistente monetização de ativos financeiros setoriais ao longo do ano. Em sentido contrário, a aquisição da RGE Sul pressionou esse indicador.

Cabe ressaltar ainda que seis das nove distribuidoras – CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari – já se encontram no 4º ciclo de Revisão Tarifária, auferindo benefícios relacionados aos investimentos realizados no ciclo anterior e às melhores condições oferecidas no novo ciclo.

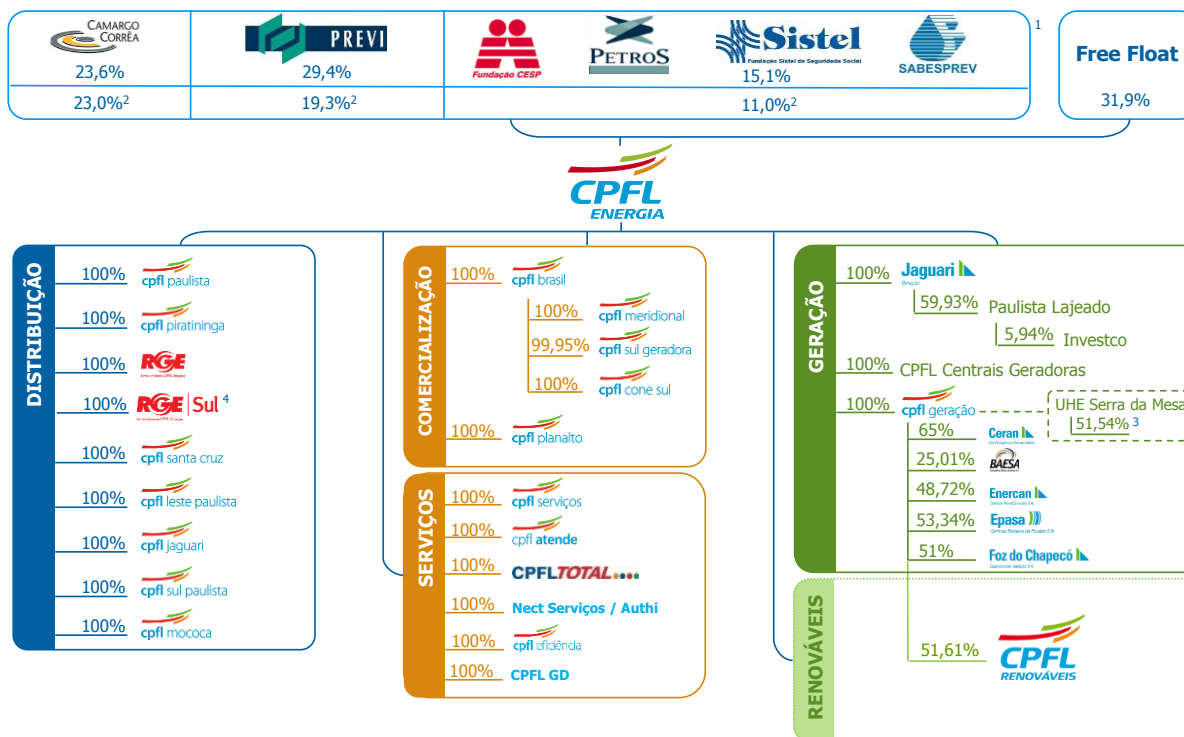
A sobrecontratação das distribuidoras brasileiras, tema regulatório de grande importância, foi amplamente discutida pelos agentes em 2016 e muitos avanços já foram obtidos. Diversas medidas foram tomadas para mitigação de sobras e definição de seu caráter involuntário, tais como o tratamento de sobras involuntárias decorrentes de quotas, a viabilização de acordos bilaterais entre geradores e distribuidoras, o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD de energia nova e as mudanças nas regras dos leilões.

A Lei no. 13.360/2016 também implantou mudanças importantes para o setor, com impactos e oportunidades para os diferentes segmentos de negócio. A segurança de um marco regulatório sólido é fundamental para que haja uma retomada de investimentos e crescimento sustentável no longo prazo.

Nesse momento de transição para a Companhia e o setor, a chegada da State Grid fortalece a estratégia de crescimento da CPFL Energia, assim como seu protagonismo no setor elétrico brasileiro. A State Grid traz a confiança de que a CPFL irá reforçar sua posição de liderança nos segmentos em que atua. Sua sólida situação financeira fortalece o perfil de crédito do Grupo e amplia possibilidades de financiamento para novos projetos e aquisições. Temos, portanto, uma plataforma de negócios preparada para aproveitar as novas oportunidades do mercado.

## **ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)**

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades. A data base do organograma societário abaixo é 31 de dezembro de 2016, portanto antes da conclusão da aquisição das participações societárias da Camargo Corrêa, Previ e Bonaire na CPFL Energia pela State Grid, que ocorreu em 23 de janeiro de 2017:



Base: 31/12/2016

Notas:

- (1) Acionistas controladores;
- (2) % de ações vinculadas dos acionistas controladores;
- (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Geração e Furnas;
- (4) CPFL Energia detém participação na RGE Sul por meio da CPFL Jaguariúna.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### AMBIENTE MACROECONÔMICO

Apesar da frustração em relação à atividade econômica em 2015, os resultados globais se mostraram mais promissores em 2016, especialmente no segundo semestre. Mesmo que abaixo do potencial, na sondagem PMI – *Purchasing Managers Indexes* – os dados apontaram uma aceleração nas principais economias avançadas, bastante baseada na redução de estoques e recuperação da manufatura. A ligeira melhora das economias avançadas e o desempenho dentro do esperado da China transformaram indicadores de conjuntura até então sem brilho em expectativas mais promissoras para 2017 e 2018.

A mudança da administração nos Estados Unidos e seus desdobramentos é o principal elemento de incerteza do cenário externo. No curto prazo, os estímulos fiscais prometidos pela nova administração podem trazer elevação da confiança privada e expectativas de normalização monetária menos gradual – com juros mais elevados e dólar mais valorizado. Por outro lado, ainda permanecem os riscos de protecionismo e isolacionismo político que, se levados a cabo, poderiam impactar negativamente no comércio e economia mundiais – desequilibrando as condições financeiras globais e o desempenho dos países emergentes.

As projeções do FMI para o crescimento global em 2017 e 2018 permaneceram em 3,4% e

3,6%, respectivamente – acima da perspectiva de 3,1 % esperada para 2016 – puxadas pela possibilidade de recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento.

Em 2016, a economia brasileira seguiu penalizada, com instabilidades na esfera política, continuidade do processo de ajuste fiscal e indicadores de atividade econômica muito fracos. Tais resultados negativos resultaram em queda de, aproximadamente, 7,3% do PIB nos últimos dois anos. A produção industrial caiu 6,6%<sup>1</sup> ao longo de 2016, gerando desemprego e prejuízos em relevantes cadeias industriais, como o segmento automotivo e metal-mecânico. Em 2017, espera-se uma discreta recuperação da atividade industrial, dinamizada, principalmente, pela indústria extrativa (derivados de petróleo e minério de ferro).

Os efeitos negativos da crise foram também amplamente sentidos no mercado de trabalho com, aproximadamente, 3 milhões de postos formais<sup>2</sup> eliminados, expressiva queda da renda dos trabalhadores e desemprego em alta. A defasagem dos indicadores de emprego e renda em relação ao ciclo econômico são responsáveis pelo terceiro ano consecutivo de renda negativa – penalizando a contribuição do consumo no crescimento econômico.

Apesar da continuidade do clima de incertezas, principalmente no cenário político, a inflação projetada para 2017<sup>3</sup> está no centro da meta definida pelo governo, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) deve reduzir consideravelmente a taxa básica de juros ao longo do ano, estimulando a atividade econômica e aliviando o elevado endividamento privado.

Com base no cenário de fraqueza da atividade econômica e desafios para a retomada do crescimento, a expectativa de mercado é de pequeno crescimento em 2017<sup>3</sup> (+0,5%) e 2,4% em 2018<sup>3</sup>.

## **AMBIENTE REGULATÓRIO**

### **Sobrecontratação**

O ano de 2016 foi marcado por grandes avanços na regulação setorial a fim de aumentar a flexibilidade e gestão da sobrecontratação por parte das distribuidoras. Foram diversas e contínuas tratativas entre distribuidoras, ABRADÉE, ANEEL, CCEE, EPE e MME para a mitigação de parte dessas sobras e para o correto entendimento de seu caráter involuntário, dentre os quais:

- Resolução Normativa nº 706/16, que definiu de maneira mais precisa o volume e tratamento das sobras involuntárias decorrente do processo de alocação dos contratos de cotas de garantia física;
- Resolução Normativa nº 711/16 que permitiu a celebração de acordos bilaterais, de maneira mais célere, entre distribuidoras e geradores para redução ou rescisão de seus CCEARs;
- Resolução Normativa nº 726/16, que permitiu que as concessionárias de distribuição reduzam, para os leilões de energia existentes futuros, as sobras decorrentes da migração de consumidores especiais para o mercado livre;
- Resolução Normativa nº 727/16, que permitiu avanços no MCSD de Energia Nova, com a inserção de novos produtos para vigência no ano corrente, no ano seguinte e nos anos que antecedem a entrega de energia oriunda dos leilões A-3 e A-5, além de permitir a redução dos CCEARs entre distribuidoras e geradores em momentos de sobrecontratação elevada;
- Decreto nº 8.828/16, que desobrigou as distribuidoras sobrecontratadas no ano A-1 em contratar o limite mínimo de recontração (96% do montante de reposição) nesses certames;

---

<sup>1</sup> IBGE.

<sup>2</sup> Cadastro Geral de Empregados (Caged).

<sup>3</sup> Boletim Focus – 03/março/17.

- Lei nº 13.360/16, que traz a previsão legal do leilão de venda de excedentes contratuais das distribuidoras para o mercado livre, faltando apenas regulamentação pela ANEEL e MME.

## Liminar ABRACE

O significativo aumento da cota CDE de 2015 foi questionado judicialmente por várias associações. Por meio de Liminar, a ABRACE obteve a suspensão do pagamento, pelos seus associados, de parte considerada controversa do encargo tarifário da CDE, bem como a alteração da forma de rateio dos valores remanescentes do orçamento. A aplicação da Liminar resultou em um aumento tarifário para os demais consumidores ao longo dos processos tarifários do primeiro semestre de 2016, uma vez que não houve redução na cota a ser recolhida pelas distribuidoras.

Entretanto, a partir de junho de 2016, diante da proliferação de processos judiciais que contestavam o encargo da CDE, a ANEEL, por meio do Despacho 1.576/16, alterou a sistemática de compensação do déficit de receita causado pelas liminares de CDE, passando as distribuidoras a terem o direito de compensar os valores não faturados na respectiva cota de CDE Encargo devida. Em contrapartida, a Eletrobrás foi orientada a reduzir os repasses do fundo aos beneficiários na proporção da redução da receita referente às rubricas contestadas pelas liminares. Essa ação representou uma redução tarifária a partir dos processos tarifários realizados no segundo semestre de 2016.

## TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

### Segmento de Distribuição

- **Reajuste Tarifário Anual (RTA):**

As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

	CPFL Paulista	RGE Sul	RGE	CPFL Piratininga
Resolução Homologatória	2.056	2.059	2.082	2.157
<b>Reajuste</b>	<b>9,89%</b>	<b>3,94%</b>	<b>-1,48%</b>	<b>-12,54%</b>
Parcela A	-2,06%	-3,75%	-2,98%	-7,02%
Parcela B	1,78%	1,86%	2,31%	1,67%
Componentes Financeiros	10,18%	5,83%	-0,81%	-7,19%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>7,55%</b>	<b>-0,34%</b>	<b>-7,51%</b>	<b>-24,21%</b>
Data de entrada em vigor	08/04/2016	19/04/2016	19/06/2016	23/10/2016

- **Revisão Tarifária Periódica (RTP)**

As distribuidoras abaixo passaram pelo processo de revisão tarifária em 2016, momento em que foram aplicadas as metodologias do 4º ciclo de revisão tarifária:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguarí	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Resolução Homologatória	2.026	2.029	2.028	2.025	2.027
<b>Reajuste</b>	<b>10,69%</b>	<b>8,02%</b>	<b>14,05%</b>	<b>9,77%</b>	<b>6,08%</b>
Parcela A	-1,84%	-1,95%	-1,20%	-2,70%	-2,35%
Parcela B	1,61%	5,94%	2,80%	5,01%	3,76%
Componentes Financeiros	10,92%	4,03%	12,45%	7,46%	4,67%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>7,15%</b>	<b>13,32%</b>	<b>13,25%</b>	<b>12,82%</b>	<b>9,02%</b>
Data de entrada em vigor	22/03/2016	22/03/2016	22/03/2016	22/03/2016	22/03/2016

### Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária indireta Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

## 3. Desempenho operacional

### VENDAS DE ENERGIA

Em 2016, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia fatura para consumidores finais) totalizou 46.578 GWh, um aumento de 3,3% em relação a 2015, reflexo da aquisição da AES Sul (atual RGE Sul), em outubro de 2016. Desconsiderando o efeito dessa aquisição (em novembro e dezembro de 2016), o aumento seria de 0,8%.

Destaca-se o desempenho das classes residencial e industrial, que, juntas, representam 63,5% do fornecimento de energia elétrica:

- **Classe Residencial:** aumento de 1,9%, se considerarmos a aquisição da RGE Sul. Desconsiderando o efeito dessa aquisição, teríamos uma redução de 0,7%, refletindo a piora no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a diminuição da massa de renda real.
- **Classe Comercial:** aumento de 5,0%, se considerarmos a aquisição da RGE Sul. Desconsiderando o efeito dessa aquisição, teríamos um aumento de 2,9%. Apesar do cenário macroeconômico adverso, que vem resultando no menor volume de vendas do comércio varejista, as comercializadoras apresentaram maiores vendas para clientes livres.
- **Classe Industrial:** aumento de 2,1%, se considerarmos a aquisição da RGE Sul. Desconsiderando o efeito dessa aquisição, teríamos um aumento de 0,9%. Apesar do fraco resultado da atividade industrial do país, as comercializadoras e os ativos de geração renovável (controlados pela CPFL Renováveis) apresentaram maiores vendas para clientes livres.

O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 12.252 GWh, o que representou um aumento de 15,0%, devido principalmente aos aumentos das vendas das comercializadoras (por meio de contratos bilaterais) e das permissionárias, que atendem principalmente consumidores residenciais.

## DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores* DEC e FEC			
	DEC (horas)		FEC (nº vezes)	
	2016	2015	2016	2015
CPFL Paulista	7,62	7,76	5,00	4,89
CPFL Piratininga	6,97	7,24	3,80	4,31
RGE	14,44	15,98	7,56	8,33
RGE Sul	19,45	19,11	9,41	8,42
CPFL Santa Cruz	5,65	8,46	4,09	6,34
CPFL Jaguari	7,10	6,93	6,13	4,61
CPFL Mococa	10,56	7,04	6,63	5,92
CPFL Leste Paulista	8,01	7,92	5,73	5,67
CPFL Sul Paulista	15,20	11,51	11,76	9,47

\*Valores anualizados

## DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2016, a CPFL Energia continuou sua expansão no segmento de Geração, com um aumento de 4,2% em sua capacidade instalada, que passou de 3.129 MW para 3.259 MW, considerando-se a participação de 51,61% na CPFL Renováveis. Tal aumento resultou da expansão da CPFL Renováveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.054 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 39 PCHs (423 MW), 43 parques eólicos (1.260 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Ainda estão em construção 2 parques eólicos (48,3 MW) e 1 PCH (26,5 MW), sendo o cronograma de entrada em operação da seguinte forma: 48,3 MW em 2018 e 26,5 MW em 2020.

Em maio de 2016, a PCH Mata Velha, localizada no município de Unaí/MG, iniciou sua operação com 24 MW de capacidade instalada. Os parques eólicos dos Complexos Campo dos Ventos (São Domingos, Ventos de São Martinho e Campo dos Ventos I, III e V) e São Benedito (Ventos de São Benedito, Ventos de Santo Dimas, Santa Mônica e Santa Úrsula), localizados no estado do Rio Grande do Norte, tiveram suas obras encerradas em dezembro de 2016, com a entrada em operação comercial dos últimos aerogeradores, de um total de 110 (os primeiros aerogeradores entraram em operação comercial em maio de 2016); a capacidade instalada combinada é de 231 MW.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

## Receita Operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 30.785 milhões, representando uma redução de 10,3% (R\$ 3.518 milhões), decorrente principalmente: (i) da variação de R\$ 4.601 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais, passando de um ativo de R\$ 2.507 milhões em 2015 para um passivo de R\$ 2.095 milhões em 2016; (ii) da redução de 52,7% (R\$ 207 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão; e (iii) da redução de 1,0% (R\$ 37 milhões) no suprimento de energia elétrica. Isso foi parcialmente compensado pelos aumentos de 1,8% (R\$ 421 milhões) no fornecimento de energia elétrica, de 29,4% (R\$ 307 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão e de 19,1% (R\$ 600 milhões) em outras receitas operacionais.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 11.672 milhões, apresentando uma redução de 14,8% (R\$ 2.031 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 19.112 milhões, representando uma redução de 7,2% (R\$ 1.487 milhões).

## Geração Operacional de Caixa – EBITDA

O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

### Conciliação do lucro líquido e EBITDA

	2016	2015
<b>Lucro Líquido</b>	<b>879.057</b>	<b>875.277</b>
Depreciação e amortização	1.291.165	1.279.902
Amortização Mais Valia de Ativos	579	1.136
Resultado financeiro	1.453.474	1.407.864
Contribuição social	150.859	160.162
Imposto de renda	350.631	419.015
<b>EBITDA</b>	<b>4.125.766</b>	<b>4.143.356</b>

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 4.126 milhões, uma redução de 0,4% (R\$ 18 milhões), refletindo principalmente a redução de 7,2% (R\$ 1.487 milhões) na receita operacional líquida e o aumento de 21,9% (R\$ 736 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção da infraestrutura da concessão. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 15,9% (R\$ 2.112 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos e o aumento de 43,1% (R\$ 94 milhões) no resultado de participação societária.

## Lucro Líquido

Em 2016, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 879 milhões, um aumento de 0,4% (R\$ 4 milhões), refletindo principalmente a redução de R\$ 78 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e de R\$ 0,6 milhão na amortização da mais valia de ativos. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 0,4% (R\$ 18 milhões) no EBITDA e pelos aumentos de 3,2% (R\$ 46 milhões) nas despesas financeiras líquidas e de 0,8% (R\$ 11 milhões) nas



depreciações e amortizações.

### Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$ mil
<b>Lucro líquido do exercício - Individual</b>	<b>900.885</b>
Realização do resultado abrangente	25.778
Dividendos prescritos	3.144
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>929.807</b>
Reserva legal	(45.044)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(117.478)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(545.505)
Dividendo adicional proposto	(7.820)
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>(213.960)</b>

A Companhia declarou, no exercício de 2016, o montante de R\$ 214 milhões de dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, e, R\$ 8 milhões de dividendo adicional proposto.

Para este exercício, considerando o atual cenário econômico adverso e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 546 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

### Endividamento

No final de 2016, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 21.358 milhões, apresentando um aumento de 9,6%. As disponibilidades totalizaram R\$ 6.165 milhões, um aumento de 8,5%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 15.193 milhões, registrando um aumento de 10,0%.

O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos *greenfield* na CPFL Renováveis. Além disso, a CPFL Energia adota uma estratégia de *pre-funding*, antecipando-se nas captações de dívidas vincendas num prazo de 18 a 24 meses.

## 5. Investimentos

Em 2016, foram realizados investimentos de R\$ 2.238 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 1.201 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 986 milhões à geração (R\$ 979 milhões da CPFL Renováveis e R\$ 8 milhões de geração convencional) e R\$ 51 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 51 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante).

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2016 podemos destacar:

**Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de

dezembro de 2016, nossas distribuidoras possuíam 9,1 milhões de clientes, um acréscimo de 1,4 milhão de clientes (123 mil clientes se desconsiderada a RGE Sul). Nossa rede de distribuição consistia em 315.538 km de linhas de distribuição (acréscimo de 69.102 km de linhas, 3.550 km se desconsiderada a RGE Sul) incluindo 450.247 transformadores de distribuição (acréscimo de 80.721 transformadores e de 13.847 transformadores sem a RGE Sul). Nossas nove subsidiárias de distribuição tinham 12.181 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acréscimo de 2.196 km de linhas, 138 km de linhas sem a RGE Sul). Nesta data, detínhamos 531 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição (aumento de 71 subestações, 9 subestações sem a RGE Sul), com capacidade total de transformação de 17.316 MVA (acréscimo de 2.451 MVA e de 448 MVA, se desconsiderada a RGE Sul);

**Geração:** foram destinados principalmente à PCH Mata Velha, que entrou em operação em maio de 2016, e aos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, que entraram em operação gradualmente ao longo do ano de 2016, além do complexo eólico Pedra Cheirosa e da PCH Boa Vista II, empreendimentos que ainda estão em construção.

## 6. Governança corporativa

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2016, a CPFL completou 12 anos da abertura de seu capital na BM&FBovespa e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da BMF&Bovespa e ADRs Nível III da NYSE, segmentos de listagem diferenciados que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário.

A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da *holding* e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros, cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição. Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 16 de fevereiro de 2017, foram eleitos 6 novos conselheiros (sendo 5 membros representantes da State Grid, novo acionista controlador, e 1 novo membro independente), em substituição aos membros representantes dos antigos acionistas controladores. Com isso, o Conselho passou a ter 2 Conselheiros Independentes.

O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros.

O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, sustentabilidade e o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. Em Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 17 de fevereiro de 2017, foram eleitos os novos membros dos comitês de assessoramento.

Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenham o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu, em 2006, a Assessoria de Governança Corporativa, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho.

A Assessoria é um órgão que atua como guardiã das boas práticas, visando assegurar a adesão às Diretrizes de Governança; a agilidade da comunicação entre a Companhia e os conselheiros; a qualidade e a tempestividade das informações; a integração e avaliação dos conselheiros de administração e fiscais; o constante aperfeiçoamento dos processos de governança e o

relacionamento institucional com agentes e entidades de governança.

A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente e 6 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa. A fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, os Diretores Executivos ocupam posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL.

A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente que também exerce atividades de *Audit Committee*, em atendimento às regras da Lei *Sarbanes Oxley* (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos. Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 16 de fevereiro de 2017, foram eleitos 3 novos conselheiros, em substituição aos 5 membros que haviam apresentado carta de renúncia, quando do fechamento da transação da State Grid (novo acionista controlador).

As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

## 7. Mercado de capitais

A CPFL Energia, com 31,9% (até 31 de dezembro de 2016) de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2016, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 72,0% na BM&FBovespa e de 109,7% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 25,21 por ação e US\$ 15,40 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 55,4 milhões, dos quais R\$ 38,9 milhões na BM&FBovespa e R\$ 16,4 milhões na NYSE, representando um aumento de 45,2% em relação a 2015. O número de negócios realizados na BM&FBovespa aumentou 17,8%, passando de uma média diária de 5.984 negócios, em 2015, para 7.049 negócios, em 2016.

## 8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Energia desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. A seguir estão os destaques do exercício:

**Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo.

**Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma.

**Mudança do Clima:** a CPFL Energia, ciente dos impactos da mudança do clima em seus negócios e de sua influência e representatividade no setor elétrico visando promover uma economia de baixo carbono, tem atuado na incorporação do tema em sua estratégia de negócios e no desenvolvimento de projetos, alinhados a iniciativas e compromissos empresariais, nos âmbitos nacional e internacional.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** em 2015, foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração na Reunião de 27 de janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais, e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e consultas recebidas no período.

**Gestão de Recursos Humanos:** a companhia encerrou 2016 com 12.879<sup>4</sup> colaboradores (9.584 em 2015) e rotatividade de 17,92%<sup>5</sup> (19,90% em 2015). As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 79,8 horas<sup>6</sup> (59,6 em 2015), superior à média da Pesquisa Sextante-2016 de 37 horas. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo décimo quarto ano consecutivo o ranking das “Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, da publicação Guia Você S/A / Exame e avançou em Gestão do Conhecimento, Escola de Eletricistas e Gestão de Talentos, com mais uma turma de profissionais com potencial para ocupar posições de liderança.

**Rede de Valor:** em 2016, participaram 75 empresas fornecedoras e foram realizadas 4 reuniões, que abordaram os seguintes assuntos: Segurança do Trabalho e documentação de Gestão de Terceiros, Gestão de Riscos Ambientais, Eficiência Energética e Ética e combate à corrupção com o palestrante e filósofo Clovis de Barros.

**Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura –** Parcerias com a Prefeitura de Campinas e a ANEEL, pautaram os debates sobre mudanças na sociedade, no consumo de energia, de serviços e na economia, que impactam diretamente a vida de nossos consumidores. Os debates foram editados e exibidos em edições semanais do Programa Café Filosófico CPFL, transmitidos pela TV Cultura e suas afiliadas em todo o território nacional. Além da exibição na TV, os debates foram divulgados no site [www.institutocpfl.org.br](http://www.institutocpfl.org.br), e em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Além dos debates, com entrada gratuita e transmissão ao vivo, o Instituto CPFL Cultura organizou, em 2016, sessões semanais gratuitas de cinema com temáticas diversas como esporte olímpico, cenários futuros para o Brasil, clássicos da cinematografia e ciclos em homenagem a diretores como Alfred Hitchcock, Ridley Scott, Martin Scorsese. Levou ao interior de São Paulo o Circuito CPFL de Arte e Cultura, com exibição de filmes brasileiros, documentário e oficinas de sustentabilidade em parceria com o projeto Cinesolar, cinema itinerante movido a energia solar. Além das exibições em locais públicos, o Instituto promoveu sessões em escolas técnicas de 5 cidades do interior de São Paulo, em parceria com o Centro Paula Souza. Ainda em Campinas, o Instituto organizou o III Festival de Música Contemporânea Brasileira, em parceria com a UNICAMP. No campo da educação, o Instituto organizou, em conjunto com o Museu da Língua Portuguesa, exposição gratuita sobre origens e usos da nossa língua. Dirigida ao público jovem, foi visitada por mais de 11 mil pessoas, incluindo alunos de 35 escolas públicas da região; **(ii) Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos –** visa elevar o desempenho administrativo de hospitais filantrópicos e aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade. Em 2016, o Programa atendeu 20 hospitais das regiões de Barretos e Marília. O investimento foi de R\$ 870 mil; **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.) –** Em 2016, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.483.660,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 12 municípios da área de concessão. O repasse irá apoiar diagnósticos situacionais e planos de ação desenvolvidos em

---

<sup>4</sup> Inclui RGE Sul

<sup>5</sup> Não inclui RGE Sul

<sup>6</sup> Não inclui RGE Sul

2015/16; **(iv) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2016, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.030.600,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 3 municípios para apoiar o Projeto piloto “Cidade para Todas as Idades”; **(v) Voluntariado** – Em 2016, foram desenvolvidas 45 ações que envolveram cerca de 1.700 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 7 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 5.400 pessoas diretamente e cerca de 20 mil indiretamente. O programa teve alguns marcos importantes como o módulo piloto de voluntariado Pro Bono em instituição na cidade de Campinas; **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 97,7 milhões, sendo R\$ 54,0 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 3.057 clientes; (b) troca de 5.746 geladeiras; (c) 188.135 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (d) instalação de 5.275 aquecedores solares, 3.500 trocadores de calor e 6.438 E-Power controlador eletrônico para redução do consumo de chuveiros, realizados projetos educacionais; (e) CPFL nas Escolas e o Programa Educacional de Eficiência Energética nas Indústrias (PEEE), junto a 32 escolas municipais e estaduais, sendo treinados 14.032 alunos, 2.392 professores em 32 municípios com um investimento de mais de R\$ 4,9 milhões. Também foram eficientizados (f) 39 Prédios Públicos, 19 Escolas e 34 Hospitais, 17 institutos Filantrópicos com um investimento de mais R\$ 5,7 milhões; (g) projeto bônus residencial com substituição de 7.053 geladeiras e 43.617 lâmpadas LED com um investimento de mais R\$ 12,8 milhões; (h) 4 projetos de gestão energética municipal sendo investidos mais de R\$ 78,9 mil, (i) 3 projetos comerciais sendo investidos mais de R\$ 3,6 milhões; (j) 3 projetos industriais sendo investidos mais de R\$ 4,2 milhões; e (k) projetos de Iluminação pública com substituições de 1.618 luminárias com um investimento de mais R\$ 2,0 milhões. Deste total, R\$ 87,3 milhões (0,4%) foram investidos em clientes e R\$ 10,4 milhões (0,1%), foram provisionados conforme Lei 13.280/2016, a serem repassadas oportunamente para o PROCEL; **(vii) Projeto Geekie** - visa diminuir os *gaps* de aprendizado dos alunos e proporcionar a capacitação de professores e gestores regionais, através da implementação de uma plataforma online de aprendizagem adaptativa. Em 2016, foram atendidos 5,9 mil alunos de 15 escolas públicas de Botucatu – SP. O investimento foi de R\$ 586 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(viii) Projeto Tamboro** - visa implantar novas metodologias educacionais, através da utilização de uma plataforma adaptativa de aprendizagem baseada em jogos. Em 2016, foram atendidos 7,6 mil alunos de 9 escolas públicas de Sumaré – SP. O investimento foi de R\$ 811 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(ix) Projeto ToLife** - Implantação de um sistema para classificação de risco clínico e organização do fluxo de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento de hospitais públicos e/ou que atendam SUS. Em 2016, foram atendidas 6 unidades de saúde do município de Campinas e o investimento foi de R\$ 980 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; **(x) Projeto Bibliotecas Comunitárias** - visa democratizar o acesso à leitura de literatura e contribuir com a efetividade da Lei 12.244/10, que determina que até 2020 todas as instituições de ensino do País devem ter uma biblioteca. Em 2016, foi dado início à implementação de 03 bibliotecas nos municípios de Marília; Bebedouro e Campinas – SP. O investimento foi de R\$ 140 mil, valor financiado com recursos do Subcrédito Social do BNDES; e **(xi) Escola de Eletricista** - visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Até 2016, concluímos a formação de 215 novos eletricistas, sendo que 143 deles foram contratados.

**Gestão ambiental:** (i) o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2015 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol e todas as informações relativas aos inventários estão disponíveis no site: <http://registropublicodeemissoes.com.br/participantes/1077>; (ii) as ações da empresa integram pelo 5º ano consecutivo a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 12º ano consecutivo, na carteira ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2017; e (iii) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

**Geração de energia – UHE Foz do Chapecó** – (i) No ciclo reprodutivo 2015/2016, foi realizada a soltura de 547.850 alevinos de curimatás visando o repovoamento do rio Uruguai. Os alevinos foram produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapecó, por intermédio de convênio

entre a empresa e o Instituto Goio-En; (ii) o viveiro de mudas da Biofábrica teve sua capacidade ampliada de 30 mil para 70 mil mudas, permitindo aumentar a distribuição de mudas de alta qualidade genética para os produtores rurais beneficiados pelo projeto, voltado à geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações afetadas pela implantação da usina; (iii) Com base em auditoria realizada em outubro de 2016, a certificadora BSI recomendou a renovação das certificações do Sistema de Gestão Integrado da FCE (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001); a **Ceran** – mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 e seus certificados têm validade até janeiro de 2018; **UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2016, a ENERCAN apoiou diversas ações para desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 55 projetos na região da Usina Hidrelétrica Campos Novos, sendo investidos mais de R\$ 2,8 milhões entre recursos destinados por leis de incentivo e verba corporativa; (ii) A ENERCAN desenvolveu pelo 5º ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as cinco melhores iniciativas. Os bons resultados do Programa renderam à empresa o Prêmio Fritz Müller 2016, considerado a mais importante premiação ambiental no estado de Santa Catarina; (iii) A ENERCAN, em parceria com Epagri, Senar e Secretarias de Agricultura, apoiou projetos de cultivo de frutas e peixes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia local e proporcionar uma alternativa de renda para os produtores rurais da região. Além do apoio financeiro da Enercan, os participantes recebem cursos gratuitos de cooperativismo, associativismo, gestão de propriedade rural, empreendedorismo, além de capacitações específicas, como técnicas de produção e manejo; **UHE Barra Grande (BAESA)** – (i) Em 2016, o Programa de Responsabilidade Socioambiental apoiou diversos projetos em municípios da área de influência da UHE Barra Grande. Voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social, com aporte de recursos da empresa, de acionistas e parceiros locais; (ii) implantada a 5ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação. Em 2016, dez moradores foram premiados, em cerimônia realizada durante a 8ª Semana de Sustentabilidade da BAESA, evento que anualmente destaca projetos socioambientais desenvolvidos nos municípios da área de abrangência da UHE Barra Grande; (iii) A BAESA, em parceria com a Prefeitura de Pinhal da Serra e o IPHAN, inauguraram o Parque Arqueológico de Pinhal da Serra, localizado na Linha São Jorge. O Parque reúne artefatos arqueológicos recolhidos antes, durante e após a implantação da UHE Barra Grande, revelando um pouco da história dos antigos habitantes da região, que ocuparam o local há cerca de 700 anos. (iv) A transparência e a correção na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) renderam à BAESA a conquista do Selo Ouro do GHG Protocol. O Selo Ouro é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa e atesta a transparência nas informações do Inventário 2015 realizado pela BAESA.

**Distribuição de energia** – (i) continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; (iii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) a CPFL Paulista, RGE e CPFL Santa Cruz, em parceria com sete prefeituras dos municípios de suas áreas de concessão, lançaram o Projeto Arborização + Segura, iniciativa de revitalização da arborização urbana, por meio da substituição de árvores que ofereçam risco à população e à rede elétrica por espécies que demandem menos podas e convivam melhor com a rede.

## 9. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte prestou, em 2016, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

<b>Natureza</b>	<b>Data do contrato</b>	<b>Duração</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual do total do contrato de auditoria</b>
Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	16/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	1.071.373,28	22%
Procedimentos previamente acordados - Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	27/11/2015	Anos calendários 2015 e 2016	435.861,66	9%
Auditoria de contratos - Luz para Todos	22/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	18.989,36	0%
Laudos Contábeis	14/08/2015	Média de 3 meses	40.500,00	1%
Procedimentos adicionais de auditoria a pedido do acionista indireto Eletrobrás à data-base 31/12/2015	06/02/2015	Média de 1 mês	16.320,00	0%
Revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	22/04/2015	Anos calendários 2015 e 2016	420.212,92	9%
Revisão e retificação de DIPJs de anos anteriores	01/12/2015	Média de 1 mês	19.510,92	0%
			<b>2.022.768,14</b>	<b>41%</b>

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal, e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

## 10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### ***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**



**CPFL Energia S.A.**  
**Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.973	424.192	6.164.997	5.682.802
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	3.765.893	3.174.918
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	642.978	1.227.590	73.328	91.392
Títulos e valores mobiliários		-	-	449	23.633
Tributos a compensar	7	82.836	72.885	403.848	475.211
Derivativos	35	-	70.153	163.241	627.493
Ativo financeiro setorial	8	-	-	-	1.464.019
Arrendamentos	10	-	-	19.281	12.883
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	10.700	9.630
Outros créditos	12	229	942	777.451	946.670
<b>Total do circulante</b>		<b>791.016</b>	<b>1.795.763</b>	<b>11.379.187</b>	<b>12.508.652</b>
<b>Não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	203.185	128.946
Coligadas, controladas e controladora	32	52.582	2.814	47.631	84.265
Depósitos judiciais	22	710	630	550.072	1.227.527
Títulos e valores mobiliários		-	-	62	-
Tributos a compensar	7	-	-	198.286	167.159
Ativo financeiro setorial	8	-	-	-	489.945
Derivativos	35	-	-	641.357	1.651.260
Créditos fiscais diferidos	9	171.073	140.389	922.858	334.886
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	52.680	-	-
Arrendamentos	10	-	-	50.541	34.504
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	5.363.144	3.597.474
Investimentos ao custo		-	-	116.654	116.654
Outros créditos	12	26.261	14.919	715.650	560.014
Investimentos	13	7.866.100	6.940.036	1.493.753	1.247.631
Imobilizado	14	1.199	1.215	9.712.998	9.173.217
Intangível	15	24	24	10.775.613	9.210.338
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.117.948</b>	<b>7.152.706</b>	<b>30.791.805</b>	<b>28.023.819</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.908.964</b>	<b>8.948.469</b>	<b>42.170.992</b>	<b>40.532.471</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





**CPFL Energia S.A.**  
**Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	3.760	1.157	2.728.130	3.161.210
Encargos de dívidas	17	-	38.057	129.364	118.267
Encargos de debêntures	18	15.334	-	305.180	232.227
Empréstimos e financiamentos	17	-	935.196	1.746.284	2.831.654
Debêntures	18	-	-	1.242.095	458.165
Entidade de previdência privada	19	-	-	33.209	802
Taxas regulamentares	20	-	-	366.078	852.017
Impostos, taxas e contribuições	21	454	747	681.544	653.342
Dividendo	25	218.630	212.531	232.851	221.855
Obrigações estimadas com pessoal	-	-	-	131.707	79.924
Derivativos	35	-	981	6.055	981
Passivo financeiro setorial	8	-	-	597.515	-
Uso do bem público	23	-	-	10.857	9.457
Outras contas a pagar	24	17.577	18.041	807.623	904.971
<b>Total do circulante</b>		<b>255.755</b>	<b>1.206.708</b>	<b>9.018.492</b>	<b>9.524.873</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	16	-	-	129.781	633
Encargos de dívidas	17	-	-	144.709	120.659
Encargos de debêntures	18	-	-	29.153	16.487
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	11.023.685	11.592.206
Debêntures	18	612.251	-	7.423.519	6.363.552
Entidade de previdência privada	19	-	-	1.019.233	474.318
Impostos, taxas e contribuições	21	-	-	26.814	-
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	1.324.134	1.432.594
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	1.008	1.635	833.276	569.534
Derivativos	35	-	-	112.207	33.205
Passivo financeiro setorial	8	-	-	317.406	-
Uso do bem público	23	-	-	86.624	83.124
Provisão para perda em investimento	13	19.302	33.969	-	-
Outras contas a pagar	24	50.628	31.961	309.292	191.148
<b>Total do não circulante</b>		<b>683.188</b>	<b>67.565</b>	<b>22.779.832</b>	<b>20.877.460</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
	25				
Capital social		5.741.284	5.348.312	5.741.284	5.348.312
Reservas de capital		468.014	468.082	468.014	468.082
Reserva legal		739.102	694.058	739.102	694.058
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		702.928	585.451	702.928	585.451
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		545.505	392.972	545.505	392.972
Dividendo adicional proposto		7.820	-	7.820	-
Resultado abrangente acumulado		(234.633)	185.321	(234.633)	185.321
		<b>7.970.021</b>	<b>7.674.196</b>	<b>7.970.021</b>	<b>7.674.196</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2.402.648	2.455.942
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.970.021</b>	<b>7.674.196</b>	<b>10.372.668</b>	<b>10.130.138</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>8.908.964</b>	<b>8.948.469</b>	<b>42.170.992</b>	<b>40.532.471</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015 (Reapresentado*)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>27</b>	<b>1.713</b>	<b>1.157</b>	<b>19.112.089</b>	<b>20.599.212</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Custo com energia elétrica	28	-	-	(11.200.242)	(13.311.747)
Custo de operação	29	-	-	(2.248.795)	(1.907.197)
Custo do serviço prestado a terceiros	29	-	-	(1.357.032)	(1.049.101)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>1.713</b>	<b>1.157</b>	<b>4.306.020</b>	<b>4.331.167</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>29</b>				
Despesas com vendas		-	-	(547.251)	(464.583)
Despesas gerais e administrativas		(50.860)	(29.911)	(849.416)	(863.499)
Outras despesas operacionais		-	-	(386.746)	(357.653)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>(49.147)</b>	<b>(28.754)</b>	<b>2.522.608</b>	<b>2.645.433</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>13</b>	<b>922.362</b>	<b>926.951</b>	<b>311.414</b>	<b>216.885</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>30</b>				
Receitas financeiras		70.878	74.854	1.200.503	1.143.247
Despesas financeiras		(53.694)	(97.802)	(2.653.977)	(2.551.110)
		<b>17.183</b>	<b>(22.948)</b>	<b>(1.453.474)</b>	<b>(1.407.863)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>890.398</b>	<b>875.250</b>	<b>1.380.547</b>	<b>1.454.454</b>
Contribuição social	9	(1.075)	(797)	(150.859)	(160.162)
Imposto de renda	9	11.562	(9.513)	(350.631)	(419.015)
		<b>10.487</b>	<b>(10.309)</b>	<b>(501.490)</b>	<b>(579.177)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>900.885</b>	<b>864.940</b>	<b>879.057</b>	<b>875.277</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				900.885	864.940
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				(21.828)	10.337
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	26	0,89	0,85		
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	26	0,87	0,83		

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>900.885</b>	<b>864.940</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	(394.175)	65.547
<b>Resultado abrangente do exercício - individual</b>	<b>506.709</b>	<b>930.488</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>879.057</b>	<b>875.277</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(394.175)	65.547
<b>Resultado abrangente consolidado do exercício</b>	<b>484.882</b>	<b>940.825</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	506.709	930.488
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	(21.828)	10.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros Reserva estatutária					Resultado abrangente acumulado				Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ativo financeiro da concessão	Reforço de capital de giro	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.793.424</b>	<b>468.082</b>	<b>650.811</b>	<b>330.437</b>	<b>554.888</b>	-	<b>483.610</b>	<b>(337.718)</b>	-	<b>6.943.535</b>	<b>17.003</b>	<b>2.436.791</b>	<b>9.397.329</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	65.547	864.940	930.488	-	10.337	940.825
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	864.940	864.940	-	10.337	875.277
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	65.547	-	65.547	-	-	65.547
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	43.247	255.013	392.972	-	(26.119)	-	(665.113)	-	(1.683)	1.635	(48)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.574)	-	39.574	-	(2.550)	2.550	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.455	-	(13.455)	-	867	(867)	-
Constituição da reserva legal	-	-	43.247	-	-	-	-	-	(43.247)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	255.013	392.972	-	-	-	(647.985)	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48)	(48)	(48)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>554.888</b>	-	-	-	(554.888)	-	-	-	(199.826)	(199.826)	-	(8.140)	(207.966)
Aumento de capital	554.888	-	-	-	(554.888)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	5.597	5.597	-	-	5.597
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.423)	(205.423)	-	(8.147)	(213.570)
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.348.312</b>	<b>468.082</b>	<b>694.058</b>	<b>585.450</b>	<b>392.972</b>	-	<b>457.491</b>	<b>(272.170)</b>	-	<b>7.674.196</b>	<b>15.320</b>	<b>2.440.623</b>	<b>10.130.140</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	(394.175)	900.885	506.710	-	(21.828)	484.882
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	900.885	900.885	-	(21.828)	879.057
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(394.175)	-	(394.175)	-	-	(394.175)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	45.044	117.478	545.505	-	(25.778)	-	(682.249)	-	(1.748)	573	(1.176)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.058)	-	39.058	-	(2.649)	2.649	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.280	-	(13.280)	-	901	(901)	-
Constituição da reserva legal	-	-	45.044	-	-	-	-	-	(45.044)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	117.478	545.505	-	-	-	(662.983)	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	(1.176)	(1.176)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>392.972</b>	<b>(68)</b>	-	-	(392.972)	7.820	-	-	(218.636)	(210.884)	-	(30.292)	(241.176)
Aumento de capital	392.972	-	-	-	(392.972)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	3.144	3.144	-	-	3.144
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	7.820	-	-	(7.820)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.827)	(30.827)	(30.827)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(213.960)	(213.960)	-	-	(213.960)
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	(68)	-	535	467
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.741.284</b>	<b>468.014</b>	<b>739.102</b>	<b>702.928</b>	<b>545.505</b>	<b>7.820</b>	<b>431.713</b>	<b>(666.346)</b>	-	<b>7.970.021</b>	<b>13.572</b>	<b>2.389.076</b>	<b>10.372.668</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL Energia S/A**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>890.398</b>	<b>875.250</b>	<b>1.380.547</b>	<b>1.454.454</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	193	170	1.291.165	1.279.902
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	425	1.497	228.292	258.539
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	176.349	126.879
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	42.395	94.588	2.052.959	1.519.819
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	76.638	60.184
Equivalência patrimonial	(922.362)	(926.952)	(311.414)	(216.885)
Provisão para perda de valor recuperável de ativos	-	-	48.291	38.956
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	83.576	16.309
PIS e COFINS diferidos	-	-	(8.579)	19.138
Outros	-	-	(1.832)	(5.825)
	<u>11.049</u>	<u>44.553</u>	<u>5.015.992</u>	<u>4.551.470</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(205.828)	(1.055.143)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.606.073	627.014	83.356	24.050
Tributos a compensar	3.261	(12.350)	128.453	(62.041)
Depósitos judiciais	(37)	(48)	756.171	22.827
Ativo financeiro setorial	-	-	2.494.223	(858.860)
Contas a receber - Eletrobrás	-	-	186.052	181.141
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(55.134)	(44.243)
Outros ativos operacionais	(10.033)	933	265.404	(82.278)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	2.603	366	(782.963)	787.063
Outros tributos e contribuições sociais	(1.162)	804	(63.986)	412.703
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(77.183)	(112.172)
Taxas regulamentares	-	-	(514.935)	808.223
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(1.115)	(674)	(216.998)	(247.512)
Passivo financeiro setorial	-	-	288.144	(23.170)
Contas a pagar - CDE	-	-	(70.907)	19.696
Outros passivos operacionais	18.203	(3.907)	(148.967)	107.930
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.628.842</b>	<b>656.691</b>	<b>7.080.894</b>	<b>4.429.684</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(45.470)	(36.858)	(1.570.985)	(1.595.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.117)	(2.172)	(875.883)	(276.061)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.556.255</b>	<b>617.661</b>	<b>4.634.026</b>	<b>2.557.974</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(1.496.675)	-
Aumento de capital em investidas	-	(490.010)	-	-
Venda de participação em investidas	-	-	-	10.454
Aquisições de imobilizado	(573)	(535)	(1.026.867)	(550.003)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(200)	-	(125.517)	(147.914)
Adições de intangível	-	(12)	(1.211.082)	(877.793)
Venda de ativo não circulante	-	-	-	10.586
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.384.520)	(52.680)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(41.405)	10.845	44.922	29.776
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.426.698)</b>	<b>(532.392)</b>	<b>(3.815.219)</b>	<b>(1.524.894)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	467	7
Captação de empréstimos e debêntures	609.060	829.997	3.774.355	4.532.167
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(888.408)	(1.290.000)	(4.016.693)	(4.037.685)
Liquidação de operações com derivativos	(4.711)	-	158.242	(135.309)
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	(21.234)	(61.709)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(204.717)	(850)	(231.749)	(5.204)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(488.776)</b>	<b>(460.853)</b>	<b>(336.612)</b>	<b>292.267</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(359.219)</b>	<b>(375.584)</b>	<b>482.195</b>	<b>1.325.347</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>424.192</b>	<b>799.775</b>	<b>5.682.802</b>	<b>4.357.455</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>64.973</b>	<b>424.192</b>	<b>6.164.997</b>	<b>5.682.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CPFL Energia S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 (Reapresentado*)
<b>1 - Receita</b>	<b>2.461</b>	<b>1.821</b>	<b>31.664.675</b>	<b>34.770.704</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.888	1.274	29.430.560	33.255.632
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	573	547	1.056.442	595.282
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.354.023	1.046.669
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(176.349)	(126.879)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(13.305)</b>	<b>(10.322)</b>	<b>(16.150.083)</b>	<b>(17.590.769)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(12.452.018)	(14.749.957)
2.2 Material	(625)	(586)	(1.711.064)	(1.116.288)
2.3 Serviços de terceiros	(10.420)	(7.239)	(1.352.299)	(1.122.529)
2.4 Outros	(2.260)	(2.496)	(634.701)	(601.995)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>(10.844)</b>	<b>(8.501)</b>	<b>15.514.592</b>	<b>17.179.935</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(193)</b>	<b>(170)</b>	<b>(1.293.924)</b>	<b>(1.281.727)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(193)	(170)	(1.038.814)	(979.062)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(255.110)	(302.665)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>(11.037)</b>	<b>(8.670)</b>	<b>14.220.668</b>	<b>15.898.208</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>998.853</b>	<b>1.011.013</b>	<b>1.609.777</b>	<b>1.446.645</b>
6.1 Receitas financeiras	76.491	84.061	1.298.363	1.229.760
6.2 Equivalência patrimonial	922.362	926.951	311.414	216.885
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>987.815</b>	<b>1.002.342</b>	<b>15.830.445</b>	<b>17.344.853</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>33.168</b>	<b>16.939</b>	<b>1.073.118</b>	<b>905.102</b>
8.1.1 Remuneração direta	17.914	9.963	660.138	562.082
8.1.2 Benefícios	13.978	5.987	359.604	298.738
8.1.3 F.G.T.S	1.276	988	53.376	44.283
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>483</b>	<b>28.424</b>	<b>11.066.274</b>	<b>12.910.440</b>
8.2.1 Federais	443	28.394	6.109.701	8.207.474
8.2.2 Estaduais	40	30	4.938.832	4.688.978
8.2.3 Municipais	-	-	17.742	13.988
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>53.279</b>	<b>92.040</b>	<b>2.811.995</b>	<b>2.654.033</b>
8.3.1 Juros	53.229	91.918	2.743.600	2.600.948
8.3.2 Aluguéis	50	121	68.394	53.085
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>900.885</b>	<b>864.940</b>	<b>879.057</b>	<b>875.278</b>
8.4.1 Dividendo (incluindo adicional proposto)	192.857	173.708	143.379	164.228
8.4.2 Lucros retidos	708.027	691.232	735.678	711.050
	<b>987.815</b>	<b>1.002.342</b>	<b>15.830.444</b>	<b>17.344.853</b>

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.311	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.695	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	255	1.461	30 anos	Novembro de 2027
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul”) (a)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	118	1.320	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	209	30 anos	Julho de 2045
Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	7	58	30 anos	Julho de 2045
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Jaguarí”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	2	41	30 anos	Julho de 2045
Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo	5	85	30 anos	Julho de 2045
Companhia Luz e Força de Mococa (“CPFL Mococa”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	47	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia (fontes convencionais e renováveis)	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo e Goiás	3 usinas hidrelétricas (b)	1.295	688
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (e)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	429
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690	173
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (c)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	63
CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 51,60%	(d)	(d)	(d)	(d)
CPFL Centrais Geradoras Ltda (“CPFL Centrais Geradoras”)	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo e Minas Gerais	6 centrais geradoras hidrelétricas	4	4

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”)	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (“CPFL Meridional”)	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”)	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. (“CPFL Planalto”)	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista S.A. (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%

<b>Prestação de serviços</b>	<b>Tipo de sociedade</b>	<b>Atividade preponderante</b>	<b>Participação societária</b>
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
NECT Serviços Administrativos Ltda ("Nect")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda. ("CPFL Total")	Sociedade Limitada	Serviços de arrecadação e cobrança	Direta 100%
CPFL Eficiência Energética S.A. ("CPFL ESCO")	Sociedade por ações de capital fechado	Gestão em eficiência energética	Direta 100%
TI Nect Serviços de Informática Ltda. ("Authi")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de informática	Direta 100%
CPFL GD S.A. ("CPFL GD")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de geração	Indireta 100%

<b>Outras</b>	<b>Tipo de sociedade</b>	<b>Atividade preponderante</b>	<b>Participação societária</b>
CPFL Jaguariúna Participações Ltda ("CPFL Jaguariúna")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
CPFL Jaguar de Geração de Energia Ltda ("Jaguar Geração")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense") (e)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%
CPFL Telecom S.A. ("CPFL Telecom")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%
CPFL Transmissão Piracicaba S.A. ("CPFL Transmissão Piracicaba")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de transmissão de energia elétrica	Indireta 100%
CPFL Transmissora Morro Agudo S.A. ("CPFL Transmissão Morro Agudo")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de transmissão de energia elétrica	Indireta 100%

- a) A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a RGE Sul está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. O Grupo CPFL assumiu o controle da RGE Sul, anteriormente denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha S.A., em 31 de outubro de 2016, para mais detalhes vide nota 13.4.1 - aquisição da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. ("AES Sul").
- b) A CPFL Geração possui 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas. Os empreendimentos UHE Cariobinha e UTE Carioba encontram-se desativados enquanto aguardam posicionamento do Ministério de Minas e Energia sobre o encerramento antecipado de sua concessão e não constam no quadro.
- c) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- d) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2016, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 126 projetos de 2.904,1 MW de capacidade instalada (2.054,3 MW em operação), sendo:
- Geração de energia hidrelétrica: 47 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (555,3 MW) com 39 PCH's em operação (423 MW) e 8 PCHs em desenvolvimento (132,3 MW);
  - Geração de energia eólica: 70 projetos (1.977,7 MW) com 43 projetos em operação (1.260,2 MW) e 27 projetos em construção/desenvolvimento (717,5 MW);
  - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
  - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)
- e) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.



## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2017.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 35 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 14 – Imobilizado e redução ao valor recuperável;
- Nota 15 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 19 – Entidade de previdência privada;
- Nota 22 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 27 – Receita operacional líquida; e
- Nota 35 – Instrumentos financeiros.

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); (iv) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (v) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis, para detalhes vide nota 31.

## 2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA, que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e CPFL Renováveis.

## 2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

## 2.8 Reapresentações nas demonstrações financeiras de 2015

A Companhia e suas controladas de distribuição de energia elétrica, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluíram que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de cada distribuidora, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia e suas Controladas alteraram sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia e suas controladas (pelos argumentos

acima mencionados) e, portanto, procederam às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

- Demonstração do Resultado do Exercício

Conciliação da Demonstração de resultados	Consolidado		
	2015	Reclassificações	2015 (Reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>20.205.869</b>	<b>393.343</b>	<b>20.599.212</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo com energia elétrica	(13.311.747)	-	(13.311.747)
Custo de operação	(1.907.197)	-	(1.907.197)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.049.101)	-	(1.049.101)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>3.937.825</b>	<b>393.343</b>	<b>4.331.168</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(464.583)	-	(464.583)
Despesas gerais e administrativas	(863.499)	-	(863.499)
Outras despesas operacionais	(357.653)	-	(357.653)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>2.252.090</b>	<b>393.343</b>	<b>2.645.433</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>216.885</b>		<b>216.885</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	1.558.047	(414.800)	1.143.247
Despesas financeiras	(2.572.567)	21.457	(2.551.110)
	<b>(1.014.520)</b>	<b>(393.343)</b>	<b>(1.407.863)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.454.454</b>	<b>-</b>	<b>1.454.454</b>
Contribuição social	(160.162)	-	(160.162)
Imposto de renda	(419.015)	-	(419.015)
	<b>(579.177)</b>		<b>(579.177)</b>
		-	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>875.277</b>	<b>-</b>	<b>875.277</b>

- Demonstração do Valor adicionado

	Consolidado		
	2015	Reclassificações	2015 (Reapresentado)
<b>1 - Receita</b>	<b>34.377.361</b>	<b>393.343</b>	<b>34.770.704</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	32.862.289	393.343	33.255.632
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	595.282		595.282
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.046.669		1.046.669
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.879)		(126.879)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(17.590.769)</b>	<b>-</b>	<b>(17.590.769)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(14.749.957)		(14.749.957)
2.2 Material	(1.116.288)		(1.116.288)
2.3 Serviços de terceiros	(1.122.529)		(1.122.529)
2.4 Outros	(601.995)		(601.995)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>16.786.592</b>	<b>393.343</b>	<b>17.179.935</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(1.281.727)</b>	<b>-</b>	<b>(1.281.727)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(979.062)		(979.062)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(302.665)		(302.665)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>15.504.865</b>	<b>393.343</b>	<b>15.898.208</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.861.445</b>	<b>(414.800)</b>	<b>1.446.645</b>
6.1 Receitas financeiras	1.644.560	(414.800)	1.229.760
6.2 Equivalência patrimonial	216.885		216.885
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>17.366.310</b>	<b>(21.457)</b>	<b>17.344.853</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>			
8.1 Pessoal e encargos	905.102	-	905.102
8.2 Impostos, taxas e contribuições	12.910.440	-	12.910.440
8.3 Remuneração de capital de terceiros	2.675.490	(21.457)	2.654.033
8.3.1 Juros	2.622.405	(21.457)	2.600.948
8.3.2 Aluguéis	53.085		53.085
8.4 Remuneração de capital próprio	875.278	-	875.278
	<b>17.366.310</b>	<b>(21.457)</b>	<b>17.344.853</b>

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

#### 3.1 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA para as controladas do segmento de distribuição. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e as mudanças nos fluxos de caixa têm como contrapartida as contas de receita operacional (notas 2.8 e 4).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

#### – Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- (i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iv) Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado operacional para as variações da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão das controladas de distribuição, enquanto que as variações para registro ao valor justo são

reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

#### – Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 35.

#### – Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.3 Arrendamentos

No início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado linearmente, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos que contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos

mínimos futuros do arrendamento. O imobilizado é depreciado com base na vida útil estimada do ativo ou prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadoras, as contas a receber de arrendatários são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado, em contrapartida ao resultado operacional.

Em ambos os casos, as receitas/despesas relativas ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do contrato de arrendamento de modo que seja obtida uma taxa efetiva sobre o saldo do investimento/passivo existente.

### 3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentada como ativo intangível e até 31 de dezembro de 2015 era amortizada pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso. A partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente, para todos os casos, o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões. Em função disso, para o exercício de 2016, houve uma redução na despesa referente à amortização de intangível de concessão no montante de R\$ 24.627.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão): em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação de distribuição de energia elétrica da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela REN nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do serviço público de energia elétrica de prévia anuência para desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação dos bens depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

- (iii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

### 3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### – Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como



disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável, é reconhecido em outros resultados abrangentes.

#### – Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio*, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Para fins de teste de *impairment*, a Administração utiliza o valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

### **3.10 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia de cada distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada, sendo as perdas, caso existam, reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

### **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.12 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### **3.13 Subvenção governamental – CDE**

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia e suas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (notas 27) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras, nos termos do CPC 07/IAS 20.

### **3.14 Ativo e passivo financeiro setorial**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando as concessionárias e permissionárias autorizadas a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são

inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### 3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) instrumentos de patrimônio líquido.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“*goodwill*”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.16 Base de consolidação

#### (i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

#### (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, empresas que a Companhia tenha influência significativa, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Jaguari Geração, CPFL Renováveis e CPFL ESCO são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Energia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.5.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.17 Novas normas e interpretações vigentes**

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016:

#### **a) IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas**

A IFRS 14 determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada apenas para adotantes iniciais das IFRSs, permitindo aos adotantes iniciais manterem suas políticas e práticas contábeis sobre ativos e passivos regulatórios contabilizadas conforme os GAAP anteriores.

Considerando que a Companhia e suas controladas não são adotantes iniciais do IFRS, a IFRS 14 não foi aplicável para o Grupo.

#### **b) Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto**

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

A aplicação das alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pois não houve aquisições de negócios em conjunto no exercício. Caso essas transações venham a ocorrer, poderá haver impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

#### **c) Alterações à IAS 16/CPC 27 e ao IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização**

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas de usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações ao IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- (i) quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou
- (ii) quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

Com o início da vigência das alterações, a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização do ativo intangível da concessão, pelo prazo remanescente das concessões. Esta alteração resultou em uma despesa de amortização menor em R\$ 24.627 em 2016.

#### **d) Alterações ao IAS 1/CPC 26 – Iniciativa de Divulgações**

As alterações ao IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 1/CPC 26 não causou impactos relevantes sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**e) Alterações ao IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas**

As alterações tratam dos métodos permitidos para contabilização de investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Considerando que a Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas, a aplicação das alterações ao IAS 27 não causou impactos em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**f) Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Vendas ou Contribuição em Ativos entre Investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.**

As alterações à IFRS 10 e ao IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, ganhos e perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que seja contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, ganhos e perdas resultantes da reavaliação de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

A aplicação das alterações à IFRS 10 e ao IAS 28 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, uma vez que não houve vendas ou contribuições de ativos entre a Companhia ou suas subsidiárias e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto no exercício. Caso essas transações venham a ocorrer, poderá haver impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.

**g) Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação**

As alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 traz esclarecimentos sobre a isenção de preparação de demonstrações financeiras consolidadas para as entidades cuja controlada seja uma entidade de investimento. Considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui controlada, coligada ou controlada em conjunto que se qualifique como entidade de investimento, a aplicação das alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 não causaram impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**h) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012 – 2014**

A aplicação das alterações não causou impacto relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **3.18 Novas normas e interpretações vigentes mas não adotadas**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir:

**a) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja

apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de *hedge*, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

As controladas de distribuição da Companhia possuem ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do IAS 39/CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão das controladas de distribuição. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorre em função da não classificação nas outras três categorias descritas no IAS 39/CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). A opinião preliminar da Administração é que, caso estes ativos sejam classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma, os efeitos da mensuração subsequente deste ativo seria registrado no resultado do exercício. Assim, não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

#### **b) CPC 47/IFRS 15 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **c) IFRS 16 - Arrendamentos**

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 – Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

**d) Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas**

Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**e) Alterações ao IAS 7 / CPC 03 – Iniciativa de divulgação**

Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**f) Alterações à IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações**

Emitidas em 20 de junho de 2016, as alterações fornecem requisitos para a contabilização de:

- a) Efeitos das condições *vesting* e *non-vesting* na mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro;
- b) Transações de pagamentos baseadas em ações com um critério de liquidação líquida, para obrigações de retenção na fonte; e
- c) Uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em ações que altera a classificação da transação de liquidação em dinheiro para liquidação em ações.

As alterações à IFRS 2 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção destas alterações.

**g) Alterações à IFRS 4 – Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 – Contratos de seguros**

Emitida em 12 de setembro de 2016, as alterações abordam as preocupações decorrentes da implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da implementação da nova norma que substituirá a IFRS 4, por potenciais volatilidades temporárias nos resultados reportados.



Uma vez que a Companhia não aplica o pronunciamento de seguros, a administração da Companhia avalia que as alterações à IFRS 4 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **h) IFRIC 22 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira**

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **i) Alterações ao CPC 28/IAS 40 – Propriedade de investimento**

Emitidas em 8 de dezembro de 2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A administração da Companhia está avaliando os eventuais impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **j) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 – 2016**

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 8 de dezembro de 2016 tratam dos seguintes temas:

- j.1) Alterações à IFRS 1 – Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS.
- j.2) Alterações à IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5.
- j.3) Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

## **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

### **- Imobilizado e intangível**

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na

abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 35) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	426	311	170.884	148.224
Aplicações financeiras	64.548	423.881	5.994.112	5.534.578
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	64.541	-	95.034	26.914
Certificado de depósito bancário (b)	-	-	2.357.187	1.255.666
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	58.616	433.693
Fundos de investimento (c)	6	423.881	3.483.274	3.818.305
<b>Total</b>	<b>64.973</b>	<b>424.192</b>	<b>6.164.997</b>	<b>5.682.802</b>

- Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").
- Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,7% do CDI.
- Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 100,4% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

### ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	423.499	429.169	79.711	932.380	793.826
Industrial	222.168	83.207	81.451	386.826	365.420
Comercial	178.567	88.230	50.314	317.111	263.259
Rural	67.575	21.850	8.019	97.444	64.257
Poder público	64.009	24.064	6.275	94.348	79.953
Iluminação pública	57.049	10.287	5.805	73.142	78.204
Serviço público	74.792	15.752	6.959	97.503	80.706
<b>Faturado</b>	<b>1.087.660</b>	<b>672.559</b>	<b>238.534</b>	<b>1.998.754</b>	<b>1.725.626</b>
Não faturado	1.095.188	-	-	1.095.188	881.307
Parcelamento de débito de consumidores	118.357	20.792	31.834	170.982	197.035
Operações realizadas na CCEE	194.177	4.619	90.964	289.761	169.561
Concessionárias e permissionárias	381.982	678	7.673	390.333	331.105
Outros	39.974	-	-	39.974	10.770
	<b>2.917.338</b>	<b>698.648</b>	<b>369.005</b>	<b>3.984.991</b>	<b>3.315.403</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(219.098)	(140.485)
<b>Total</b>				<b>3.765.893</b>	<b>3.174.918</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	198.875	-	-	198.875	101.585
Energia livre	5.436	-	-	5.436	4.768
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
	<b>245.612</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>245.612</b>	<b>147.654</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(42.427)	(18.708)
<b>Total</b>				<b>203.185</b>	<b>128.946</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

**Operações realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

**Concessionárias e permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e CPFL Renováveis.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>Outros créditos (nota 12)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(123.171)</b>	<b>(15.285)</b>	<b>(138.456)</b>
Provisão revertida (constituída)	(170.131)	(1.152)	(171.283)
Recuperação de receita	44.338	67	44.405
Baixa de contas a receber provisionadas	89.770	1.930	91.700
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(159.194)</b>	<b>(14.441)</b>	<b>(173.634)</b>
Combinação de negócios	(70.636)	(16.187)	(86.823)
Provisão revertida (constituída)	(258.377)	(969)	(259.347)
Recuperação de receita	82.393	605	82.998
Baixa de contas a receber provisionadas	144.289	3.000	147.289
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>(261.525)</b>	<b>(27.992)</b>	<b>(289.517)</b>
Circulante	(219.098)	(27.992)	(247.090)
Não Circulante	(42.427)	-	(42.427)

## **( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	5.508	-	14.141	35.019
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	2.282	2.171	35.534	76.920
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	3.126	10.776	3.642	11.150
Imposto de renda e contribuição social a compensar	45.457	42.456	94.268	100.658
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	26.150	16.996	115.189	125.392
ICMS a compensar	-	-	82.090	63.450
Programa de integração social - PIS	52	74	9.062	8.543
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	262	411	39.984	40.126
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	6.374	12.660
Outros	-	-	3.564	1.292
<b>Total</b>	<b>82.836</b>	<b>72.885</b>	<b>403.848</b>	<b>475.211</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	55.498	57.439
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	10.037	23.765
ICMS a compensar	-	-	122.415	81.584
Programa de integração social - PIS	-	-	800	350
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	3.687	1.613
Outros	-	-	5.849	2.409
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>198.286</b>	<b>167.159</b>

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**Contribuição social a compensar – CSLL** - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando a autorização de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar sua posterior compensação.

**ICMS a compensar** – No não circulante, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

## ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado										
	Saldo em 31/12/2015			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento		Saldo em 31/12/2016		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 27.5)	Combinação de negócios	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	1.490.744	519.838	2.010.582	(644.484)	(1.260.579)	28.166	-	-	(762.573)	190.369	(572.203)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	407.295	109.937	517.232	(612.336)	(329.898)	(4.020)	-	16.561	(342.161)	(70.301)	(412.462)
Custos energia elétrica	(466.337)	472.428	6.091	81.164	(179.617)	(101.982)	(417.883)	(134.041)	(506.490)	(239.777)	(746.267)
ESS e EER (***)	(25.128)	(249.081)	(274.209)	(225.794)	385.941	(56.038)	(269.352)	(91.527)	(406.568)	(124.411)	(530.979)
Proinfa	(814)	(5.334)	(6.148)	51.060	(19.335)	7.219	-	2.111	3.492	31.414	34.906
Rede básica	28.185	68.289	96.474	19.517	(84.894)	(1.449)	-	7.539	27.527	9.660	37.187
Repasso de Itaipu	1.281.279	39.416	1.320.695	(116.276)	(921.201)	197.581	-	109.124	147.012	442.911	589.923
Transporte de Itaipu	11.372	4.097	15.469	8.102	(13.754)	2.163	-	2.948	7.646	7.281	14.927
Neutralidade dos encargos setoriais	187.765	2.508	190.273	198.274	(171.420)	15.730	-	73.609	142.091	164.375	306.466
Sobrecontratação	67.127	77.578	144.705	(48.195)	73.600	(31.037)	(439)	(4.537)	164.878	(30.782)	134.096
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(92.098)</b>	<b>35.480</b>	<b>(56.618)</b>	<b>(195.758)</b>	<b>6.126</b>	<b>(20.498)</b>	-	<b>(75.968)</b>	<b>(182.958)</b>	<b>(159.759)</b>	<b>(342.717)</b>
Devolução referente liminares (nota 27.4)	-	-	-	(223.356)	31.419	(17.088)	-	-	(76.615)	(132.410)	(209.025)
Outros	(92.098)	35.480	(56.618)	27.598	(25.294)	(3.410)	-	(75.968)	(106.343)	(27.349)	(133.692)
<b>Total</b>	<b>1.398.646</b>	<b>555.318</b>	<b>1.953.964</b>	<b>(840.241)</b>	<b>(1.254.453)</b>	<b>7.668</b>	<b>(687.673)</b>	<b>(94.181)</b>	<b>(945.530)</b>	<b>30.612</b>	<b>(914.918)</b>
Ativo circulante			1.464.019								-
Ativo não circulante			489.945								-
Passivo circulante			-								(597.515)
Passivo não circulante			-								(317.406)

(\*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da "Parcela A"

(\*\*) Conta de Desenvolvimento Energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER)

### a) CVA

Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

### b) Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

### c) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

### d) Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, passou a ser um componente financeiro que somente será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, para as controladas CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa (ii) garantias financeiras, relacionadas à compensação do custo do aporte prévio de garantias exigido das distribuidoras para a realização de transações comerciais entre os agentes do setor, (iii) componentes financeiros referente a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores e (iv) Liminar Abrace conforme Despacho nº 1.576/2016.

## ( 9 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>				
Bases negativas	42.841	46.602	123.389	152.200
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	86.377	93.467
Diferenças temporariamente indedutíveis	1.125	(5.918)	(332.750)	(547.066)
<b>Subtotal</b>	<b>43.966</b>	<b>40.684</b>	<b>(122.984)</b>	<b>(301.399)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>				
Prejuízos fiscais	123.980	116.438	358.683	417.600
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	295.987	323.421
Diferenças temporariamente indedutíveis	3.126	(16.733)	(923.383)	(1.519.170)
<b>Subtotal</b>	<b>127.106</b>	<b>99.705</b>	<b>(268.713)</b>	<b>(778.150)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u></b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(9.580)	(18.159)
<b>Total</b>	<b>171.073</b>	<b>140.389</b>	<b>(401.276)</b>	<b>(1.097.708)</b>
Total crédito fiscal	171.073	140.389	922.858	334.886
Total débito fiscal	-	-	(1.324.134)	(1.432.594)

### 9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 15.

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	50.497	140.270	55.123	153.119
CPFL Piratininga	12.251	42.044	13.286	45.597
RGE	23.629	97.584	25.058	106.324
CPFL Geração	-	16.090	-	18.380
<b>Total</b>	<b>86.377</b>	<b>295.987</b>	<b>93.467</b>	<b>323.422</b>

### 9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis</b>						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	45.065	125.182	-	33.806	93.906	-
Entidade de previdência privada	1.711	4.753	-	1.867	5.185	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.543	73.729	-	15.680	43.556	-
Provisão energia livre	7.718	21.440	-	6.897	19.158	-
Programas de P&D e eficiência energética	17.474	48.538	-	16.060	44.612	-
Provisão relacionada a pessoal	3.422	9.506	-	2.578	7.161	-
Diferença de taxas de depreciação	6.200	17.223	-	6.797	18.880	-
Derivativos	(54.368)	(151.023)	-	(219.524)	(609.788)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS/CPC)	(8.355)	(23.208)	-	(9.031)	(25.085)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(104.080)	(287.990)	(6.157)	(73.241)	(202.271)	(18.450)
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	25.390	70.527	-	26.351	73.199	-
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(10.022)	(27.838)	-	(8.950)	(24.860)	-
Depreciação acelerada incentivada	(73)	(204)	-	(34)	(95)	-
Outros	4.491	12.281	(3.423)	4.236	11.054	291
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado</b>						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(55.223)	(153.398)	-	(58.484)	(162.456)	-
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	49.698	138.051	-	10.464	29.064	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis</b>						
<b>Impostos diferidos - ativo:</b>						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	22.771	63.252	-	24.248	67.355	-
<b>Impostos diferidos - passivo:</b>						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)	(27.472)	(76.310)	-	(29.132)	(80.922)	-
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(78.443)	(217.897)	-	(86.495)	(240.264)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(183.443)	(509.563)	-	(193.927)	(538.685)	-
Outras diferenças temporárias	(21.754)	(60.435)	-	(17.233)	(47.874)	-
<b>Total</b>	<b>(332.750)</b>	<b>(923.383)</b>	<b>(9.580)</b>	<b>(547.066)</b>	<b>(1.519.171)</b>	<b>(18.159)</b>

### 9.4 Expectativa de recuperação

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	2.010	214.154
2018	10.964	206.224
2019	22.501	157.568
2020	19.672	116.761
2021	53.523	209.705
2022 a 2024	49.313	275.413
2025 a 2027	15.108	408.551
2028 a 2030	-	60.799
2031 a 2033	-	13.747
<b>Total</b>	<b><u>173.092</u></b>	<b><u>1.662.921</u></b>

## 9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

	Controladora			
	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	890.398	890.398	875.250	875.250
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(922.362)	(922.362)	(926.951)	(926.951)
Amortização de intangível adquirido	(13.528)	-	(23.177)	-
Receita juros sobre o capital próprio	20.837	20.837	72.339	72.339
Outras adições permanentes líquidas	13.672	21.434	11.390	17.413
<b>Base de cálculo</b>	<b>(10.983)</b>	<b>10.307</b>	<b>8.851</b>	<b>38.049</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>988</b>	<b>(2.577)</b>	<b>(797)</b>	<b>(9.513)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(2.063)	14.138	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.075)</b>	<b>11.562</b>	<b>(797)</b>	<b>(9.513)</b>
Corrente	(4.357)	(15.840)	-	(70)
Diferido	3.282	27.402	(797)	(9.443)

	Consolidado			
	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	1.380.547	1.380.547	1.454.454	1.454.454
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(311.414)	(311.414)	(216.885)	(216.885)
Amortização de intangível adquirido	48.649	62.756	84.484	108.797
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(7.820)	(7.820)	-	-
Efeito regime lucro presumido	(175.110)	(234.827)	(186.546)	(244.541)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	119.272	119.272	117.374	117.374
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(112.232)	-	(85.760)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	14.240	(16.243)	42.310	59.450
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.068.364</b>	<b>880.040</b>	<b>1.295.193</b>	<b>1.192.890</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(96.153)</b>	<b>(220.010)</b>	<b>(116.567)</b>	<b>(298.223)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(54.706)	(130.621)	(43.595)	(120.792)
<b>Total</b>	<b>(150.859)</b>	<b>(350.631)</b>	<b>(160.162)</b>	<b>(419.015)</b>
Corrente	(244.015)	(623.183)	(10.916)	(1.944)
Diferido	93.156	272.552	(149.246)	(417.071)

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

**Amortização de intangível adquirido** - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPC 09 (R2) (nota 15).

**Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido** – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

## 9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:



	Consolidado			
	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas / (ganhos) atuariais	527.436	527.436	(84.635)	(84.635)
Rendimento sobre o direito reembolsável	(8.738)	(8.738)	7.984	7.984
<b>Base de cálculo</b>	<b>518.698</b>	<b>518.698</b>	<b>(76.651)</b>	<b>(76.651)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(46.683)	(129.675)	6.899	19.163
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	13.720	38.112	(3.959)	(10.998)
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(32.962)</b>	<b>(91.562)</b>	<b>2.940</b>	<b>8.165</b>

## 9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 85.717, por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2016, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados são CPFL Renováveis (R\$ 785.660), RGE Sul (R\$ 272.820), Sul Geradora (R\$ 72.596), CPFL Telecom (R\$ 34.783), CPFL Jaguariúna (R\$ 2.777) e CPFL Jaguari Geração (R\$ 1.648). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

## ( 10 ) ARRENDAMENTO

As atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia são realizadas principalmente pela controlada CPFL ESCO, nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia (“autoprodução”) e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação.

A controlada realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, os recebimentos tratados como realização do contas a receber e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício em uma receita operacional de R\$ 17.156 (R\$ 11.164 em 2015).

	Consolidado				
	31/12/2016	31/12/2015			
Investimento bruto	132.930	83.854			
Receita financeira não realizada	(63.108)	(36.466)			
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	<b>69.822</b>	<b>47.388</b>			
Circulante	19.281	12.883			
Não circulante	50.541	34.504			
	<b>até 1 ano</b>	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>	
Investimento bruto	27.455	59.640	45.835	132.930	
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	19.281	33.094	17.447	69.822	

Em 31 de dezembro de 2016 não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período; e (iv) necessidade de reconhecimento de provisão para recuperabilidade.

#### ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Distribuidoras	Transmissoras	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>3.296.837</b>	<b>77.779</b>	<b>3.374.616</b>
Circulante	540.094	-	540.094
Não circulante	2.756.744	77.779	2.834.522
Adições	330.062	37.469	367.531
Prorrogação de concessões - transferência para o ativo intangível	(537.198)	-	(537.198)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	414.800	-	414.800
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	11.400	11.400
Recebimento RAP	-	(3.257)	(3.257)
Baixas	(20.788)	-	(20.788)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>3.483.713</b>	<b>123.391</b>	<b>3.607.104</b>
Circulante	-	9.630	9.630
Não circulante	3.483.713	113.761	3.597.474
Combinação de negócios	876.281	-	876.281
Adições	655.456	50.580	706.036
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	203.452	-	203.452
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	16.088	16.088
Recebimento RAP	-	(9.727)	(9.727)
Baixas	(25.392)	-	(25.392)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>5.193.511</b>	<b>180.333</b>	<b>5.373.844</b>
Circulante	-	10.700	10.700
Não circulante	5.193.511	169.633	5.363.144

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras (mensurados a valores justos) e transmissoras de energia (mensurado ao custo amortizado) de receber caixa (i) via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão e (ii) direito das transmissoras de receber caixa ao longo da concessão via receita anual permitida (“RAP”).

Para as distribuidoras de energia, conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - “VNR” - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 27) no resultado do exercício (R\$ 186.148 em 2016 e R\$ 393.343 reclassificado em 2015).

Na linha “transferência para o ativo intangível”, em 2015, estão registrados os impactos da prorrogação das concessões de distribuição das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa, que efetuaram a transferência do montante de R\$ 537.198 do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível (nota 15), correspondente ao direito de exploração da concessão de julho de 2015 a junho de 2045. Como o período de concessão foi renovado, a Companhia trocou o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão por um período adicional de concessão de 30 anos, ou seja, representando a troca do ativo financeiro por um intangível de explorar a concessão.

Para as transmissoras de energia, a remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado, a RAP a ser recebida ao longo da concessão e a indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente. A atualização de R\$ 16.088 tem como contrapartida outras receitas e rendas operacionais (R\$ 11.400 em 2015).

## ( 12 ) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	7.533	10.567	-	-
Adiantamentos - fornecedores	15.787	10.666	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	106.925	649	533.719	433.014
Ordens em curso	203.344	274.605	-	-
Serviços prestados a terceiros	9.385	6.987	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	27.302	31.375
Convênios de arrecadação	1.273	90.451	-	-
Despesas antecipadas	65.668	61.602	20.942	19.579
Repactuação GSF	12.722	8.724	28.935	29.392
Contas a receber - Eletrobrás	213.552	341.781	-	-
Contas a receber - combinação de negócios	-	-	-	13.950
Adiantamentos a funcionários	15.940	12.509	-	-
Indenizações de sinistros	-	49.937	-	-
Outros	153.315	90.653	104.752	34.685
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(27.992)	(12.460)	-	(1.981)
<b>Total</b>	<b>777.451</b>	<b>946.670</b>	<b>715.650</b>	<b>560.014</b>

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

**Ordens em curso** – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

**Contratos de pré-compra de energia** - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

**Repactuação GSF** – Refere-se ao prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran, CPFL Jaguari Geração (Paulista Lajeado) e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta

Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”), e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

**Contas a receber – Eletrobrás** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 17.239 (R\$ 18.190 em 31 de dezembro de 2015), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 164.396 (R\$ 323.591 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) descontos tarifários – liminares no montante de R\$ 31.917 (nota 27.4).

Em 2016 as controladas efetuaram o encontro de contas do contas a receber – Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 24) no montante de R\$ 869.717, sendo (i) R\$ 659.258 com base na liminar obtida em maio 2015 e (ii) R\$ 201.249 autorizado por meio do despacho nº 1.576/2016.

**Indenizações de sinistros** – Refere-se aos montantes a receber de seguradora referente à indenização para os sinistros ocorridos em controladas da CPFL Renováveis recebido no decorrer de 2016.

## ( 13 ) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.811.894	6.178.637	1.482.533	1.235.832
Mais valia de ativos, líquidos	692.632	755.345	11.219	11.799
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.355.520	-	-	-
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
<b>Total</b>	<b>7.866.100</b>	<b>6.940.036</b>	<b>1.493.753</b>	<b>1.247.631</b>

### 13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de ações	31/12/2016				31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Paulista	880.653	9.237.502	905.948	1.063.400	255.329	1.063.400	1.352.393	255.329	298.203
CPFL Piratininga	53.096.770	3.656.198	235.556	355.755	68.114	355.755	537.670	68.114	211.637
CPFL Santa Cruz	371.772	422.005	74.862	140.520	23.797	140.520	131.149	23.797	12.424
CPFL Leste Paulista	892.772	168.031	29.212	52.853	10.731	52.853	46.301	10.731	13.556
CPFL Sul Paulista	454.958	194.012	28.492	58.895	8.455	58.895	55.233	8.455	16.201
CPFL Jaguari	209.294	135.194	20.632	30.255	7.988	30.255	28.521	7.988	4.852
CPFL Mococa	117.199	113.270	16.004	33.824	9.198	33.824	29.205	9.198	6.679
RGE	1.019.790	4.219.445	1.213.180	1.614.320	102.647	1.614.320	1.580.807	102.647	145.804
CPFL Geração	205.492.020	7.037.210	1.043.922	2.158.384	401.148	2.158.384	2.169.922	401.148	240.520
CPFL Jaguari Geração (*)	40.108	46.947	40.108	45.099	6.655	45.099	42.729	6.655	6.670
CPFL Brasil	2.999	925.624	2.999	109.054	104.235	109.054	51.779	104.235	81.929
CPFL Planalto (*)	630	2.274	630	2.101	2.476	2.101	2.003	2.476	1.830
CPFL Serviços	1.509.882	175.161	50.143	97.968	(8.175)	97.968	7.117	(8.175)	(17.952)
CPFL Atende (*)	13.991	25.869	13.991	17.150	5.833	17.150	17.373	5.833	7.776
Nect (*)	2.059	24.976	2.059	10.295	13.424	10.295	16.087	13.424	18.155
CPFL Total (*)	19.005	30.865	19.005	27.570	12.817	27.570	19.930	12.817	5.836
CPFL Jaguariuna (*)	3.156	1.657.416	3.156	1.656.161	(35.498)	1.256.161	2.496	(35.498)	(167)
CPFL Telecom	55.420	51.211	55.420	(19.302)	(33.333)	(19.302)	(33.969)	(33.333)	(60.718)
CPFL Centrais Geradoras (*)	16.128	16.381	16.128	15.459	(958)	15.459	19.972	(958)	4.740
CPFL ESCO	48.164	99.742	48.164	61.543	5.926	61.543	66.038	5.926	35.194
AUTHI (*)	2.610	34.185	2.610	16.810	24.264	16.810	1.913	24.264	2.537
<b>Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada</b>						<b>7.148.112</b>	<b>6.144.668</b>	<b>985.074</b>	<b>1.035.703</b>
Amortização da mais valia de ativos						-	-	(62.713)	(108.754)
<b>Total</b>						<b>7.148.112</b>	<b>6.144.668</b>	<b>922.362</b>	<b>926.950</b>
Investimento						5.811.894	6.178.637		
Adiantamento para futuro aumento de capital						1.355.520	-		
Provisão para perda em investimento						(19.302)	(33.969)		

(\*) Quantidade de cotas

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da

mais valia de ativos de R\$ 62.713 (R\$ 108.754 em 2015) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

Em 31 de dezembro de 2016 os montantes de adiantamento para futuro aumento de capital eram compostos pelos adiantamentos para as seguintes controladas: (i) R\$ 1.299.520 para CPFL Jaguariúna, (ii) R\$ 56.000 para a CPFL Serviços; e (iii) R\$ 29.000 para a CPFL Telecom (provisão para perda em investimento).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2015	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2016
CPFL Paulista	1.352.393	-	255.329	(260.666)	(283.656)	-	-	1.063.400
CPFL Piratininga	537.670	-	68.114	(109.626)	(140.404)	-	-	355.755
CPFL Santa Cruz	131.149	-	23.797	-	(14.427)	-	-	140.520
CPFL Leste Paulista	46.301	-	10.731	-	(4.180)	-	-	52.853
CPFL Sul Paulista	55.233	-	8.455	-	(4.793)	-	-	58.895
CPFL Jaguari	28.521	-	7.988	-	(6.253)	-	-	30.255
CPFL Mococa	29.205	-	9.198	-	(4.580)	-	-	33.824
RGE	1.580.807	-	102.647	(3.915)	(65.218)	-	-	1.614.320
CPFL Geração	2.169.922	-	401.148	(9.531)	(403.086)	-	(68)	2.158.384
CPFL Jaguari Geração	42.729	-	6.655	-	(4.284)	-	-	45.099
CPFL Brasil	51.779	-	104.235	-	(46.960)	-	-	109.054
CPFL Planalto	2.003	-	2.476	-	(2.378)	-	-	2.101
CPFL Serviços	7.117	43.026	(8.175)	-	-	56.000	-	97.968
CPFL Atende	17.373	-	5.833	-	(6.056)	-	-	17.150
Nect	16.087	-	13.424	-	(19.216)	-	-	10.295
CPFL Total	19.930	-	12.817	-	(5.178)	-	-	27.570
CPFL Jaguariúna	2.496	80	(35.498)	(10.438)	-	1.299.520	-	1.256.161
CPFL Telecom	(33.969)	19.000	(33.333)	-	-	29.000	-	(19.302)
CPFL Centrais Geradoras	19.972	-	(958)	-	(3.555)	-	-	15.459
CPFL ESCO	66.038	-	5.926	-	(10.421)	-	-	61.543
AUTHI	1.913	2.600	24.264	-	(11.967)	-	-	16.810
	<b>6.144.668</b>	<b>64.706</b>	<b>985.074</b>	<b>(394.175)</b>	<b>(1.036.612)</b>	<b>1.384.520</b>	<b>(68)</b>	<b>7.148.112</b>

Investimento	Investimento em 31/12/2014	Aumento / Redução / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Investimento em 31/12/2015
CPFL Paulista	728.213	612.493	298.203	40.879	(327.395)	-	1.352.393
CPFL Piratininga	479.686	15.511	211.637	32.263	(201.427)	-	537.670
CPFL Santa Cruz	132.353	-	12.424	-	(13.628)	-	131.149
CPFL Leste Paulista	38.066	-	13.556	-	(5.321)	-	46.301
CPFL Sul Paulista	44.375	-	16.201	-	(5.343)	-	55.233
CPFL Jaguari	25.627	-	4.852	-	(1.958)	-	28.521
CPFL Mococa	26.260	-	6.679	-	(3.734)	-	29.205
RGE	1.300.685	250.000	145.804	(940)	(114.742)	-	1.580.807
CPFL Geração	2.035.286	-	240.520	(6.654)	(103.532)	4.302	2.169.922
CPFL Jaguari Geração	34.685	-	6.670	-	1.374	-	42.729
CPFL Brasil	65.508	-	81.929	-	(95.658)	-	51.779
CPFL Planalto	1.633	-	1.830	-	(1.460)	-	2.003
CPFL Serviços	23.013	-	(17.952)	-	2.056	-	7.117
CPFL Atende	17.496	-	7.776	-	(7.899)	-	17.373
Nect	9.458	-	18.155	-	(11.526)	-	16.087
CPFL Total	24.417	-	5.836	-	(10.323)	-	19.930
CPFL Jaguariúna	2.553	110	(167)	-	-	-	2.496
CPFL Telecom	(293)	27.043	(60.718)	-	-	-	(33.969)
CPFL Centrais Geradoras	22.439	-	4.740	-	(2.905)	(4.302)	19.972
CPFL ESCO	409.385	(360.000)	35.194	-	(18.541)	-	66.038
AUTHI	-	10	2.537	-	(634)	-	1.913
	<b>5.420.845</b>	<b>545.167</b>	<b>1.035.705</b>	<b>65.547</b>	<b>(922.597)</b>	<b>-</b>	<b>6.144.669</b>

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	175.914	166.150	9.853	2.508
Enercan	562.701	473.148	117.112	74.677
Chapecoense	537.170	449.049	117.451	77.487
EPASA	206.749	147.485	67.577	63.348
Mais valia de ativos, líquidos	11.219	11.799	(579)	(1.136)
	<b>1.493.753</b>	<b>1.247.631</b>	<b>311.414</b>	<b>216.885</b>

### 13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15).

### 13.3 Juros sobre capital próprio (“JCP”) e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CPFL Paulista	-	612.585	-	52.383	-	664.968
CPFL Piratininga	72.080	172.239	-	27.084	72.080	199.323
CPFL Santa Cruz	-	19.527	-	7.517	-	27.044
CPFL Leste Paulista	-	3.220	-	2.102	-	5.321
CPFL Sul Paulista	8.641	3.848	1.986	1.986	10.627	5.834
CPFL Jaguarí	6.115	1.152	-	-	6.115	1.152
CPFL Mococa	-	2.499	-	1.234	-	3.734
RGE	24.672	67.815	-	64.073	24.672	131.887
CPFL Geração	396.086	103.532	-	-	396.086	103.532
CPFL Centrais Geradoras	-	1.185	-	-	-	1.185
CPFL Jaguarí Geração	1.664	1.667	-	-	1.664	1.667
CPFL Brasil	86.020	41.176	1.650	1.601	87.671	42.777
CPFL Planalto	-	458	-	-	-	458
CPFL Serviços	-	12.026	-	-	-	12.026
CPFL Atende	1.953	-	554	-	2.507	-
Nect	5.600	4.539	-	-	5.600	4.539
CPFL Total	-	5.589	-	-	-	5.589
CPFL ESCO	9.565	9.565	16.325	6.354	25.891	15.920
AUTHI	10.064	634	-	-	10.064	634
	<b>622.463</b>	<b>1.063.256</b>	<b>20.516</b>	<b>164.334</b>	<b>642.978</b>	<b>1.227.590</b>

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber é de R\$ 73.328 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 91.392 em 31 de dezembro de 2015, referente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou no primeiro semestre de 2016 o montante de R\$ 278.520 a título de dividendo e juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2015. Adicionalmente, as controladas declararam em 2016 (i) o montante de R\$ 590.196 como dividendo e JCP intermediários, referentes aos resultados intermediários de 2016 e (ii) o montante de R\$ 164.771 como dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2016.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.606.073 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2016.

## 13.4 Combinação de negócios

### 13.4.1 Aquisição da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”)

Em 16 de junho de 2016, a Companhia divulgou em Fato Relevante que havia firmado acordo para a aquisição da totalidade das ações (100%) de emissão da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“AES Sul”), atualmente denominada RGE Sul, através de sua controlada integral CPFL Jaguariúna Ltda., ações estas até então detidas pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. (“vendedora”), subsidiária integral indireta de The AES Corporation.

Em 5 de agosto de 2016, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE, e em 9 de setembro de 2016 foi obtida a autorização da ANEEL.

A aquisição foi concluída em 31 de outubro de 2016 (“data de aquisição”), após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da RGE Sul foi assumido pela CPFL Jaguariúna e a titularidade das ações foi transferida e o pagamento foi efetuado. Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “*Business Combination*”, uma vez que a CPFL Jaguariúna passou a deter o controle da RGE Sul através do pagamento em caixa.

A contraprestação inicialmente transferida foi de R\$ 1.698.455, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação foi posteriormente ajustada pelas variações de capital de giro e de dívida líquida da RGE Sul, ocorridas no período entre 31 de dezembro de 2015 e a data de aquisição, conforme acordo contratual. O valor final da contraprestação, considerando o ajuste de preço, foi de R\$1.591.839.

A RGE Sul é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a RGE Sul está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

Sua sede administrativa está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A RGE Sul detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 05 de novembro de 2027, sua área de concessão contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, localizados entre a região metropolitana de Porto Alegre até a fronteira com o Uruguai e a Argentina, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A aquisição da RGE Sul está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, especialmente no segmento de Distribuição, com potenciais ganhos de escala para suas operações. Adicionalmente, a Companhia espera obter sinergias importantes relacionadas a área de concessão da RGE Sul, uma vez que outra distribuidora importante do Grupo (RGE) detém concessão no estado do Rio Grande do Sul.

#### Informações adicionais à aquisição (aquisição da RGE Sul)

##### a) Contraprestações

	<b>RGE Sul</b>
	<b>31/10/2016</b>
<b>Contraprestação transferida</b>	
Caixa transferido diretamente aos acionistas	1.698.455
Ajuste de preço recebido dos vendedores de acordo com cláusula contratual	(106.616)
<b>Contrapartida paga em caixa</b>	<b>1.591.839</b>

##### b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição

A totalidade do valor pago na transação foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da concessão, o qual passou a ser amortizado pelo prazo remanescente da concessão que se encerra em novembro de 2027. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos identificados e passivos assumidos, nenhum valor residual foi alocado como ágio (“goodwill”) nesta transação.

A alocação do valor pago dos ativos e passivos adquiridos foi realizada com valores provisoriamente apurados para as demonstrações financeiras de 31 de outubro de 2016, com base em análises conduzidas pela própria Administração. Considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, estes valores serão confirmados após a conclusão de laudo de avaliação a ser preparado por avaliador independente. Os custos relacionados à aquisição, registrados como despesa do resultado de 2016, somaram R\$ 6.692.

A contabilização inicial da aquisição da RGE Sul foi provisoriamente apurada no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas, com base em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado por avaliador independente. A alocação do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentado a seguir:

	<b>31/10/2016</b>
	<b>Consolidado</b>
	<b>preliminar</b>
<b>Ativos circulantes</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	95.164
Consumidores, concessionárias e permissionárias	580.945
Outros ativos circulantes	89.548
<b>Ativos não circulantes</b>	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	54.111
Créditos fiscais diferidos	204.176
Ativo financeiro da concessão	876.281
Intangível da infraestrutura de distribuição	1.456.472
Intangível adquirido nesta combinação de negócios	413.796
Outros ativos não circulantes	147.784
<b>Passivos circulantes</b>	
Fornecedores	(479.031)
Debêntures, empréstimos e financiamentos	(24.672)
Impostos, taxas e contribuições	(65.198)
Passivo financeiro setorial	(29.246)
Taxas regulamentares	(60.787)
Outros passivos circulantes	(114.552)
<b>Passivos não circulantes</b>	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	(1.131.949)
Passivo financeiro setorial	(64.935)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(223.383)
Outros passivos não circulantes	(132.686)
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<b>1.591.839</b>
 <b>Ágio gerado na aquisição</b>	
Contrapartida transferida	1.591.839
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.591.839
<b>Ágio / Goodwill</b>	<b>-</b>



Os valores justos apresentados acima são provisórios, cuja confirmação de valores está pendente até o recebimento do laudo de avaliação econômico-financeiro, que está em fase de elaboração por avaliador independente:

- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias: R\$ 635.056
- Ativo financeiro da concessão: R\$ 876.281
- Intangível da infraestrutura da distribuição: R\$ 1.456.472
- Ativo de indenização: R\$ 30.000
- Intangível adquirido em combinação de negócios: R\$ 413.976
- Passivos contingentes: R\$ 223.283

Os valores justos do ativo financeiro da concessão e do intangível de infraestrutura da distribuição foram calculados com base na melhor estimativa do valor justo da base de ativos (Base de Remuneração Regulatória – “BRR”) da RGE Sul, considerando as mesmas premissas adotadas quando da elaboração de laudo para fins de Revisão Tarifária Periódica.

A expectativa da Administração é de que o laudo supracitado esteja finalizado até outubro de 2017.

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

### c) Contraprestação contingente

Não consta no contrato de aquisição das ações quaisquer cláusulas relacionadas a contraprestação contingente a ser paga à vendedora.

### d) Ativos de indenização

O contrato de compra e venda da totalidade das ações da RGE Sul prevê que a CPFL Jaguariúna pode ser indenizada, até o limite de 15% do montante total pago, caso venha a sofrer no futuro perdas, condicionadas ao atendimento de cláusulas específicas, derivadas de assuntos originadas na vendedora ou em qualquer uma de suas subsidiárias estabelecidas no contrato de compra e venda das ações. Adicionalmente, existem cláusulas específicas para dois processos (de naturezas regulatória e ambiental) nas quais a vendedora se compromete a indenizar integralmente a CPFL Jaguariúna em caso de saídas de caixa relacionadas a estas ações, bem como CPFL Jaguariúna compromete-se a repassar à vendedora quaisquer fluxos de caixa relacionados a estes processos e que venham a ser recebidos no futuro de forma a neutralizar qualquer efeito sobre estes dois assuntos em particular.

Na data de aquisição, foi reconhecido ativo de indenização no montante de R\$ 30.000, referente a processo ambiental (vide item “e” abaixo). Este ativo de indenização foi reconhecido pelo mesmo montante do valor justo atribuído a este passivo contingente, que também foi reconhecido na data de aquisição.

Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para o processo regulatório para o qual há cláusula específica de indenização, uma vez que nenhum passivo contingente relacionado a este processo foi reconhecido na data de aquisição.

### e) Passivos contingentes reconhecidos

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos provisoriamente no montante de R\$ 145.443 na data de aquisição:

	<b>RGE Sul</b> <b>31/10/2016</b>
Processos trabalhistas (i)	53.958
Processos cíveis (i)	53.174
Processos regulatórios (i)	5.850
Processos ambientais (ii)	30.000
Processos fiscais (i)	2.461
Passivo contingente preliminar	<b>145.443</b>
Provisões registradas na controlada	77.940
<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>223.383</b>

i. Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis, regulatórios e fiscais cuja probabilidade de perda atribuída na data de aquisição seja “possível” ou “remota”. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

ii. Refere-se ao valor justo atribuído a uma ação civil pública cuja probabilidade de perda atribuída pela Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, é “possível” na data de aquisição. Esta ação civil pública busca a reparação de danos ambientais ocorridos em uma unidade para tratamento da madeira e fabricação de postes que foi operada, entre 1997 e 2005, pela RGE Sul em conjunto com sua coligada à época AES Florestal. Até 1997, esta unidade foi operada pela antiga concessionária, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Um ativo de indenização no mesmo montante foi reconhecido na data de aquisição.

#### f) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R\$ 635.056. O valor contratual bruto dos recebíveis é R\$ 703.672, e, com base na melhor estimativa da Administração, dos quais são esperados que R\$ 68.616 não sejam recebidos, representando, portanto, a parcela que se estima que representarão a perda por não realização.

#### g) Saída de caixa líquido na aquisição

Contrapartida paga em caixa	1.591.839
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(95.164)
Caixa líquido de aquisição	<u>1.496.675</u>

#### h) Informações financeiras da adquirida

##### i. Sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2016:

	2016	
	Receita operacional líquida	Lucro (prejuízo) líquido
RGE Sul (de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016)	522.677	(27.687)

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam 2 (dois) meses de operações da RGE Sul.

##### ii. Informações financeiras consolidadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido de 2016 caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2016.

	2016	
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Consolidado CPFL Energia	19.112.089	879.057
Ajuste pro-forma consolidado (*)	2.365.090	(403.839)
<b>Total pro-forma</b>	<u>21.477.179</u>	<u>475.218</u>

(\*) Os ajustes pro-forma na receita operacional líquida consideram a adição da receita operacional líquida da controlada para o período em que ela não era controlada e conseqüentemente não consolidada pela Companhia. Os ajustes pro-forma do lucro líquido consideram: (i) adição do resultado da controlada para o período em que ela não era consolidada pela Companhia; (ii) inclusão da amortização do intangível adquirido na combinação de negócios, bem como da amortização do valor justo do intangível da infraestrutura de distribuição, caso a aquisição tivesse sido em 1º de janeiro de 2016.

### 13.5 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

#### 13.5.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CPFL			Total
	CERAN	Renováveis	Paulista Lajeado	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>214.454</b>	<b>2.171.911</b>	<b>67.427</b>	<b>2.453.794</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,39%</b>	<b>40,07%</b>	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	25.990	(20.611)	4.958	10.337
Dividendos	(6.173)	(2.818)	843	(8.147)
Outras movimentações	-	7	(48)	(41)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>234.271</b>	<b>2.148.490</b>	<b>73.182</b>	<b>2.455.942</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,39%</b>	<b>40,07%</b>	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	38.621	(65.311)	4.862	(21.828)
Dividendos	(9.172)	(22.751)	1.096	(30.827)
Outras movimentações	-	535	(1.176)	(641)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>263.719</b>	<b>2.060.963</b>	<b>77.966</b>	<b>2.402.648</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	<b>40,07%</b>	

#### 13.5.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

	31/12/2016			31/12/2015		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Ativo circulante	288.538	1.398.797	39.429	203.205	1.296.420	39.916
Caixa e equivalentes de caixa	238.241	908.982	24.688	154.845	871.503	30.907
Ativo não circulante	927.948	11.066.086	122.991	997.049	10.607.682	126.147
Passivo circulante	121.646	1.313.466	9.586	128.920	1.174.865	16.515
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.162	889.981	324	62.279	854.042	392
Outros passivo financeiros	20.800	85.523	1.056	39.068	75.716	6.497
Passivo não circulante	341.356	6.713.610	36.404	401.988	6.425.440	40.908
Empréstimos, financiamentos e debêntures	254.732	5.517.890	36.167	318.864	5.167.017	40.908
Outros passivo financeiros	86.624	633	-	83.124	633	-
Patrimônio líquido	753.484	4.437.807	116.431	669.346	4.303.797	108.639
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	753.484	4.324.589	116.431	669.346	4.176.063	108.639
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	113.218	-	-	127.734	-
	<b>2016</b>			<b>2015</b>		
	<b>CERAN</b>	<b>CPFL Renováveis</b>	<b>Paulista Lajeado</b>	<b>CERAN</b>	<b>CPFL Renováveis</b>	<b>Paulista Lajeado</b>
Receita operacional líquida	301.179	1.646.589	30.820	281.374	1.499.356	31.225
Custo e despesa operacional	(67.242)	(653.459)	(27.404)	(71.033)	(498.005)	(22.400)
Depreciação e amortização	(48.082)	(553.169)	(3)	(45.986)	(540.578)	(7)
Receita de juros	28.232	112.389	2.728	17.532	115.639	2.243
Despesa de juros	(36.485)	(591.626)	(1.383)	(40.801)	(551.407)	(1.206)
Despesa de imposto sobre a renda	(55.596)	(46.311)	(1.137)	(38.381)	(49.221)	(2.843)
Lucro (prejuízo) líquido	110.345	(143.706)	12.134	74.256	(48.717)	12.374
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	110.345	(151.900)	12.134	74.256	(54.447)	12.374
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	8.195	-	-	5.730	-

### 13.5.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	405.874	54.703	577.296	257.082	292.133	105.198	356.493	305.371
Caixa e equivalentes de caixa	288.956	18.946	280.083	85.709	112.387	75.097	239.192	120.307
Ativo não circulante	1.174.869	1.117.120	2.892.371	562.462	1.253.002	1.174.604	3.079.957	600.413
Passivo circulante	196.760	116.192	391.402	172.401	264.721	188.077	447.142	336.794
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.560	87.032	137.753	35.555	86.724	111.422	136.323	57.269
Outros passivo financeiros	7.848	24.119	78.372	62.762	81.121	70.793	115.360	122.921
Passivo não circulante	229.085	352.142	2.024.989	259.559	309.317	427.284	2.108.820	292.490
Empréstimos, financiamentos e debêntures	153.020	63.196	1.292.239	218.891	240.336	155.826	1.404.553	251.914
Outros passivo financeiros	26.254	276.600	730.494	28.686	24.759	260.042	703.556	40.381
Patrimônio líquido	1.154.897	703.489	1.053.275	387.584	971.097	664.442	880.488	276.500
	2016				2015			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	564.966	239.730	789.732	548.145	523.055	427.561	729.511	949.246
Custo e despesa operacional	(137.159)	(76.985)	(140.212)	(328.093)	(196.480)	(260.004)	(149.219)	(729.994)
Depreciação e amortização	(53.888)	(51.429)	(126.770)	(35.075)	(53.733)	(55.342)	(130.652)	(32.413)
Receita de juros	31.602	9.115	35.113	10.329	15.742	8.426	28.235	11.275
Despesa de juros	(36.275)	(23.961)	(125.192)	(23.128)	(56.049)	(22.555)	(132.625)	(29.778)
Despesa de imposto sobre a renda	(121.223)	(20.401)	(106.683)	(28.011)	(76.795)	(5.165)	(76.880)	(32.869)
Lucro (prejuízo) líquido	240.363	39.405	212.294	126.665	153.269	10.028	151.935	118.734
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

### 13.5.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Geração, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até 2028 (informações relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

## 13.6 Aumentos e reduções de capital

### 13.6.1 CPFL Serviços e CPFL Telecom

Em 26 de abril de 2016 em AGE foram aprovados os aumentos de capital pela Companhia nas controladas CPFL Serviços e CPFL Telecom, nos montantes de R\$ 43.026 e R\$ 19.000, respectivamente.

### 13.6.2 CPFL Jaguariúna e Authi

Em 27 de abril de 2016 em Reunião da Diretoria Executiva foram aprovados os aumentos de capital pela Companhia nas controladas CPFL Jaguariúna e Authi, nos montantes de R\$ 80 e R\$ 2.600, respectivamente.

**( 14 ) IMOBILIZADO**

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>182.316</b>	<b>1.185.614</b>	<b>1.517.475</b>	<b>5.832.005</b>	<b>32.328</b>	<b>11.660</b>	<b>388.088</b>	<b>9.149.486</b>
Custo histórico	197.393	1.637.812	1.976.212	7.521.804	43.081	22.462	388.088	11.786.852
Depreciação acumulada	(15.077)	(452.199)	(458.737)	(1.689.799)	(10.753)	(10.802)	-	(2.637.366)
Adições	-	-	168	512	-	-	583.538	584.216
Baixas	(1.354)	(414)	(4.093)	(21.773)	(558)	(284)	-	(28.477)
Transferências	2.338	140	61.615	217.462	10.436	578	(292.569)	-
Reclassificação - custo	(212)	328.101	(499.943)	172.169	22	(137)	-	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(24)	2	(6.548)	6.598	(1)	(186)	630	471
Depreciação	(6.257)	(68.562)	(50.716)	(370.076)	(6.343)	(1.926)	-	(503.881)
Baixa da depreciação	-	139	204	3.572	379	186	-	4.480
Reclassificação - depreciação	-	(68.775)	68.711	151	-	(88)	-	-
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	-	-	-	35	-	-	-	35
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	(10.891)	(16.565)	(32)	(106)	(5.519)	(33.112)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>176.807</b>	<b>1.376.246</b>	<b>1.075.982</b>	<b>5.824.089</b>	<b>36.230</b>	<b>9.696</b>	<b>674.166</b>	<b>9.173.217</b>
Custo histórico	198.141	1.965.641	1.516.228	7.878.838	52.947	22.323	674.166	12.308.285
Depreciação acumulada	(21.334)	(589.395)	(440.246)	(2.054.749)	(16.717)	(12.627)	-	(3.135.068)
Adições	-	171	-	236	-	-	1.084.612	1.085.019
Baixas	-	-	(421)	(6.705)	(1.249)	(779)	(26.696)	(35.850)
Transferências	8.325	95.799	177.902	1.160.915	22.467	456	(1.465.864)	-
Reclassificação - custo	(137)	(1.434)	(40.852)	52.205	12	(39)	(1.219)	8.536
Transferências de/para outros ativos - custo	-	3	-	(5.025)	(167)	(452)	(10.523)	(16.164)
Depreciação	(7.632)	(75.659)	(54.035)	(377.529)	(8.888)	(1.676)	-	(525.420)
Baixa da depreciação	(7)	1	62	4.694	480	254	-	5.484
Reclassificação - depreciação	(1.211)	(967)	(5.374)	(1.002)	7	11	-	(8.536)
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	-	3	(46)	1.374	150	91	-	1.572
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(5.221)	(5.221)
Combinação de negócios	-	-	-	2.140	27.175	-	1.049	30.364
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>176.145</b>	<b>1.394.162</b>	<b>1.153.220</b>	<b>6.655.391</b>	<b>76.217</b>	<b>7.562</b>	<b>250.302</b>	<b>9.712.998</b>
Custo histórico	206.330	2.060.191	1.652.934	9.066.408	106.920	21.507	250.302	13.364.592
Depreciação acumulada	(30.185)	(666.028)	(499.714)	(2.411.017)	(30.704)	(13.945)	-	(3.651.594)
<b>Taxa média de depreciação 2016</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,69%</b>	<b>3,30%</b>	<b>4,19%</b>	<b>14,31%</b>	<b>10,01%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2015</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,66%</b>	<b>3,46%</b>	<b>4,62%</b>	<b>14,24%</b>	<b>10,49%</b>		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 182.181 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 612.083 em 31 de dezembro de 2015).

Os montantes registrados na linha “Reclassificação – custo”, relacionados principalmente à controlada CPFL Renováveis, referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado e não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2016 foram capitalizados R\$ 54.733 (R\$ 34.212 em 2015) a uma taxa de 11,70% (11,16% em 2015).

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 29).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 17, é de aproximadamente R\$ 4.198.472, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 4.157.894).

#### **14.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Em função das condições econômicas brasileiras terem se deteriorado ainda mais durante o exercício de 2016, foi registrado, na controlada CPFL Telecom, um complemento de R\$ 5.221 na provisão referente à avaliação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa (em 2015, R\$ 31.284 na controlada CPFL Telecom e R\$ 1.828 na controlada CPFL Total). Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais” (nota 29).

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo imobilizado destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional (nota 31). Adicionalmente, durante 2016 e 2015 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

**( 15 ) INTANGÍVEL**

	Consolidado						
	Ágio	Direito de concessão				Outros ativos intangíveis	Total
		Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Uso do bem público		
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>6.115</b>	<b>4.658.210</b>	<b>3.734.606</b>	<b>414.574</b>	<b>30.162</b>	<b>86.503</b>	<b>8.930.171</b>
Custo histórico	6.152	7.441.935	9.526.355	414.574	35.840	195.577	17.620.433
Amortização acumulada	(37)	(2.783.725)	(5.791.748)	-	(5.678)	(109.074)	(8.690.262)
Adições	-	-	-	879.851	-	9.298	889.149
Amortização	-	(302.665)	(460.774)	-	(1.419)	(12.604)	(777.462)
Transferência - intangíveis	-	-	512.912	(512.912)	-	-	-
Transferência para o ativo financeiro	-	-	387	(330.449)	-	-	(330.062)
Prorrogação de concessões - transferência do ativo financeiro	-	-	488.635	48.563	-	-	537.198
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(26.584)	-	-	(6.228)	(32.813)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(5.844)	(5.844)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>6.115</b>	<b>4.355.546</b>	<b>4.249.182</b>	<b>499.627</b>	<b>28.743</b>	<b>71.125</b>	<b>9.210.338</b>
Custo histórico	6.152	7.441.902	10.348.857	499.627	35.840	192.626	18.525.004
Amortização acumulada	(37)	(3.086.356)	(6.099.675)	-	(7.097)	(121.500)	(9.314.665)
Adições	-	-	-	1.213.924	-	10.507	1.224.431
Amortização	-	(255.110)	(498.891)	-	(1.419)	(12.438)	(767.858)
Transferência - intangíveis	-	-	610.032	(610.032)	-	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	9.452	(664.908)	-	-	(655.456)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(7.283)	(48.346)	-	-	(7.410)	(63.040)
Combinação de negócios	-	413.796	1.229.074	227.398	-	-	1.870.268
Perda por redução ao valor recuperável	-	(40.433)	-	-	-	(2.637)	(43.070)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>6.115</b>	<b>4.466.516</b>	<b>5.550.502</b>	<b>666.008</b>	<b>27.324</b>	<b>59.147</b>	<b>10.775.613</b>
Custo histórico	6.152	7.602.941	11.987.109	666.008	35.840	183.138	20.481.188
Amortização acumulada	(37)	(3.136.425)	(6.436.607)	-	(8.516)	(123.990)	(9.705.575)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios (nota 29).

Conforme mencionado na nota 11, em 2015 as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa efetuaram a transferência do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível do montante de R\$ 537.198, registrados na linha de “Prorrogação de concessões - transferência do ativo financeiro”, cuja amortização do período de julho a dezembro de 2015 foi de R\$ 27.939.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2016 foram capitalizados R\$ 13.349 (R\$ 11.358 em 2015) a uma taxa de 7,74% a.a. (7,53% a.a. em 2015).

### 15.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização a.a.	
	31/12/2016		31/12/2015		2016	2015
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
<b>Intangível adquirido em combinações de negócio</b>						
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	304.861	(197.018)	107.843	117.829	3,28%	4,78%
CPFL Piratininga	39.065	(23.746)	15.319	16.614	3,31%	4,50%
RGE	3.150	(1.693)	1.457	1.590	4,24%	5,51%
CPFL Geração	54.555	(33.643)	20.912	22.757	3,38%	5,04%
CPFL Jaguari Geração	7.896	(3.582)	4.314	4.584	3,41%	6,36%
	<u>409.527</u>	<u>(259.682)</u>	<u>149.845</u>	<u>163.373</u>		
<b>Controladas</b>						
CPFL Renováveis	3.717.093	(722.065)	2.995.028	3.195.215	5,39%	4,35%
RGE Sul	101.055	(1.531)	99.524	-	9,09%	-
RGE	618	(145)	473	516	7,06%	7,06%
	<u>3.818.766</u>	<u>(723.742)</u>	<u>3.095.025</u>	<u>3.195.731</u>		
<b>Subtotal</b>	<b>4.228.294</b>	<b>(983.424)</b>	<b>3.244.869</b>	<b>3.359.104</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - dedutível</b>						
<b>Controladas</b>						
RGE	1.120.266	(862.342)	257.924	281.551	2,11%	1,79%
RGE Sul	312.741	(4.759)	307.982	-	9,09%	-
CPFL Geração	426.450	(313.497)	112.953	122.919	2,34%	3,80%
<b>Subtotal</b>	<b>1.859.457</b>	<b>(1.180.598)</b>	<b>678.859</b>	<b>404.470</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - recomposto</b>						
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	1.074.026	(722.461)	351.565	383.770	3,00%	4,34%
CPFL Piratininga	115.762	(70.366)	45.395	49.232	3,31%	4,50%
RGE	310.128	(171.659)	138.469	151.153	4,09%	5,32%
CPFL Jaguari Geração	15.275	(7.917)	7.358	7.818	3,01%	5,61%
<b>Subtotal</b>	<b>1.515.190</b>	<b>(972.403)</b>	<b>542.787</b>	<b>591.972</b>		
<b>Total</b>	<b>7.602.941</b>	<b>(3.136.425)</b>	<b>4.466.516</b>	<b>4.355.546</b>		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado:

- Intangível adquirido não incorporado  
Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3.
- Intangível adquirido já incorporado - Dedutível  
Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.
- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto  
Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.



A partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1), a Companhia e suas controladas passaram a adotar prospectivamente, para todos os casos, o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

## 15.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Em função das condições econômicas brasileiras terem se deteriorado ainda mais durante o exercício de 2016, foi registrado, na controlada CPFL Telecom, um complemento de R\$ 2.637 na provisão referente à avaliação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa (em 2015, R\$ 1.835 na controlada CPFL Telecom e R\$ 4.009 na controlada CPFL Total). Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais" (nota 29). Adicionalmente, a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$40.433, referente aos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios do empreendimento Aiuruoca.

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional (nota 31). Adicionalmente, durante 2016 e 2015 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

## ( 16 ) FORNECEDORES

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	59.935	203.961
Suprimento de energia elétrica	1.868.950	2.402.823
Encargos de uso da rede elétrica	121.884	106.940
Materiais e serviços	545.468	331.809
Energia livre	131.893	115.676
<b>Total</b>	<b>2.728.130</b>	<b>3.161.210</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Suprimento de energia elétrica	129.148	-
Materiais e serviços	633	633
<b>Total</b>	<b>129.781</b>	<b>633</b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização realizada pela controlada indireta RGE Sul no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, correspondentes às transações de compra e venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo ajustados, nos exercícios de 2002 e 2003, com base em informações e cálculos preparados e divulgados pela CCEE, cujo pagamento está suspenso em função de liminar obtida pela controlada indireta até que o processo seja julgado (notas 6 e 24).

**( 17 ) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Consolidado							
	31/12/2016			31/12/2015				
	Encargos - circulante e não Circulante	Principal		Total	Encargos - circulante e não circulante	Principal		Total
Circulante		Não circulante	Circulante			Não circulante		
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Investimento	17.827	842.015	4.606.227	5.466.069	17.775	693.058	4.970.715	5.681.549
Bens de renda	38	1.034	3.955	5.028	17	687	3.434	4.138
Instituições financeiras	234.096	255.355	1.517.251	2.006.702	179.656	382.411	1.350.746	1.912.812
Outros	50	59.756	42.370	102.176	764	134.960	10.002	145.726
<b>Total ao custo</b>	<b>252.011</b>	<b>1.158.159</b>	<b>6.169.803</b>	<b>7.579.974</b>	<b>198.212</b>	<b>1.211.115</b>	<b>6.334.897</b>	<b>7.744.225</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda estrangeira</b>								
Instituições financeiras	22.062	595.101	4.922.463	5.539.626	40.714	1.651.199	5.560.517	7.252.430
Marcação a mercado	-	(1.764)	(35.651)	(37.415)	-	(29.269)	(282.980)	(312.249)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>22.062</b>	<b>593.337</b>	<b>4.886.812</b>	<b>5.502.211</b>	<b>40.714</b>	<b>1.621.930</b>	<b>5.277.536</b>	<b>6.940.180</b>
<b>Gastos com captação *</b>	-	(5.213)	(32.930)	(38.143)	-	(1.391)	(20.227)	(21.618)
<b>Total</b>	<b>274.073</b>	<b>1.746.284</b>	<b>11.023.685</b>	<b>13.044.041</b>	<b>238.926</b>	<b>2.831.654</b>	<b>11.592.206</b>	<b>14.662.787</b>

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2016	31/12/2015			
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Investimento</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
FINEM V	37.078	70.293	TJLP + 2,12% a 3,3% (c)	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	3.638	5.384	Pré fixado 8% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	30.835	38.386	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	149.984	197.145	TJLP + 2,06% a 3,08% (e) (f)	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	8.907	10.412	Pré fixado 2,5% (a)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	163.404	191.022	Pré fixado 2,5% (a)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	57.798	63.777	Pré fixado 6% (b)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	73.435	65.304	SELIC + 2,62% a 2,66% (h)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	132.622	130.774	TJLP + 2,12% a 2,66% (c) (d)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	25.356	33.808	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>					
FINEM IV	19.970	37.859	TJLP + 2,12% a 3,3% (c)	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	1.173	1.736	Pré fixado 8% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	16.035	19.962	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	43.836	57.621	TJLP + 2,06% a 3,08% (e) (f)	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	2.339	2.735	Pré fixado 2,5% (a)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	40.664	47.536	Pré fixado 2,5% (a)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	41.620	39.605	SELIC + 2,62% a 2,66% (h)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	65.778	69.054	TJLP + 2,12% a 2,66% (c) (d)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	28.198	30.463	Pré fixado 6% (b)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	12.023	16.031	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
<b>RGE</b>					
FINEM V	22.444	42.549	TJLP + 2,12% a 3,3% (c)	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	11.828	14.725	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	80.122	105.322	TJLP + 2,06% a 3,08% (e) (f)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	942	1.102	Pré fixado 2,5% (a)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	60.085	70.240	Pré fixado 2,5% (a)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	39.442	43.522	Pré fixado 6% (b)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	65.261	59.348	SELIC + 2,62% a 2,66% (h)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VII	81.394	76.728	TJLP + 2,12% a 2,66% (d)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	6.033	8.045	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	168	227	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária
FINAME	579	715	Pré fixado 10,0%	66 Parcelas mensais a partir de outubro 2015	Bens vinculados em alienação fiduciária
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
FINEM	9.094	10.306	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.381	3.663	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	6.062	7.382	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
FINEM	3.397	3.850	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.239	1.343	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.224	2.709	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
FINEM	2.412	2.734	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.731	1.876	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.122	3.803	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguari</b>					
CCB - Santander	1.464	1.710	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	572	808	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.422	2.745	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.287	1.394	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.321	2.826	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Mococa</b>					
CCB - Santander	1.883	2.200	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	736	1.039	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	1.413	1.932	Cesta de Moedas + 1,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	4.081	4.619	TJLP + 2,99% (f)	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>RGE SUL</b>					
FINEP I	7.757	-	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Fiança bancária
FINEP II	7.562	-	TJLP	73 parcelas mensais a partir de maio de 2016	Fiança bancária
<b>CPFL Serviços</b>					
FINAME	1.297	1.509	Pré fixado 2,5% a 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	313	357	Pré fixado 6%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	668	864	Pré fixado 7,7% a 10%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	11.292	13.049	Pré fixado 2,5% a 5,5%	114 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	47	60	TJLP + 4,2%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	2.249	2.659	Pré fixado 6%	90 Parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	101	108	Pré fixado 6%	96 Parcelas mensais a partir de julho de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	5.768	6.496	Pré fixado 6%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	762	1.002	TJLP + 2,2% a 3,2% (c)	56 Parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	3.870	4.006	Pré fixado 9,5% a 10% (c)	66 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	1.589	-	Pré fixado 6% a 10% (e)	66 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	5.832	-	TJLP + 3,50% (e)	48 Parcelas mensais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	2.511	-	SELIC + 3,86 a 3,90% (k)	48 Parcelas mensais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	1.147	-	SELIC + 3,74% (d)	36 Parcelas mensais a partir de novembro de 2018	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	495	-	TJLP + 3,40% (h)	36 Parcelas mensais a partir de Novembro de 2018	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
<b>CERAN</b>					
BNDES	266.484	312.150	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
BNDES	48.409	68.993	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Transmissão</b>					
FINAME	16.871	19.466	Pré fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
<b>CPFL Telecom</b>					
FINAME	7.448	7.610	Pré fixado 6,0% (b)	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINEM	7.849	7.018	SELIC + 3,12% (h)	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINEM	21.342	21.544	TJLP + 2,12% a 3,12% (c)	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINEM	470	-	TJLP (l)	60 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval e Fiança da CPFL Energia

<b>CPFL Renováveis</b>					
FINEM I	262.224	290.445	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	22.210	25.308	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	495.912	528.528	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	80.362	90.678	TJLP + 2,8% a 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária
FINEM VI	74.737	79.457	TJLP + 2,05%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	138.474	156.737	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	25.195	32.289	TJLP + 2,15%	120 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Penhor de ações, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	230	528	TJLP	84 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI	105.670	115.676	TJLP + 1,87% a 1,9%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	317.289	335.894	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	318.257	296.891	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária.
FINEM XIV	-	11.599	TJLP + 3,50%	120 parcelas mensais a partir de junho de 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com os recursos da operação.
FINEM XV	27.305	31.227	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e conta reserva.
FINEM XVI	6.418	8.500	Pré fixado 5,50%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes e conta reserva.
FINEM XVII	460.426	490.786	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013.	Penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes, conta reserva.
FINEM XVIII	13.763	18.481	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis e fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	29.559	31.381	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis.
FINEM XX	44.660	52.091	Pré fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis.
FINEM XXI	40.281	42.765	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis.
FINEM XXII	39.281	45.828	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis.
FINEM XXIII	1.729	2.305	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de ações, conta reserva, cessão de recebíveis.
FINEM XXIV	109.580	136.528	Pré fixado 5,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XXV	87.492	79.010	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016	Penhor de ações e de direitos emergentes, cessão fiduciária de direitos creditórios e de máquinas e equipamentos
FINEM XXVI	525.011	270.768	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017	Penhor de ações e de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta reserva.
FINEM XXVII	70.532	-	TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE
FINAME IV	2.857	3.327	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015	Alienação fiduciária e aval da CPFL Renováveis
FINEP I	1.397	1.890	Pré fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança bancária
FINEP II	10.445	10.383	TJLP - 1,00%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança bancária
FINEP III	5.232	6.374	TJLP + 2,00%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança bancária
BNB I	100.323	108.835	Pré fixado 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação fiduciária, penhor de ações e garantia da SUIF Energy
BNB II	158.364	165.324	Pré fixado 10% (J)	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Fiança da CPFL Energia
BNB III	29.020	30.837	Pré fixado 9,5%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	67.872	72.739	IGP-M + 8,63%	50 parcelas trimestrais a partir de junho de 2011	Não existem garantias
Banco do Brasil	-	31.014	Pré fixado 10,00%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária, seguro garantia e conta reserva.
<b>CPFL Brasil</b>					
FINEP	-	1.864	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
<b>Bens de renda</b>					
<b>CPFL ESCO</b>					
FINAME	2.923	3.544	Pré fixado 4,5% a 8,7%	96 Parcelas mensais a partir de março de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	99	117	Pré fixado 6%	72 Parcelas mensais a partir de outubro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINAME	234	261	TJLP + 2,70%	48 Parcelas mensais a partir de agosto de 2016	Aval da CPFL Energia
FINAME	219	216	SELIC + 2,70%	48 Parcelas mensais a partir de agosto de 2016	Aval da CPFL Energia
FINAME	121	-	Pré fixado 9,5%	48 Parcelas mensais a partir de outubro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINAME	678	-	Pré fixado 9,5% (e)	48 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2017	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	753	-	TJLP + 3,50% (e)	48 Parcelas mensais a partir de agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
<b>Instituições financeiras</b>					
<b>CPFL Energia</b>					
Santander - capital de giro	-	331.343	86,40% do CDI	Parcela única em janeiro de 2016	Sem garantia
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	380.403	331.549	104,90% do CDI (f)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	66.951	58.353	104,90% do CDI (f)	02 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	50.213	43.764	104,90% do CDI (f)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	6.925	7.637	CDI + 0,27% (f)	12 Parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
Banco IBM - Capital de giro	5.405	6.587	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	20.955	23.790	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	15.658	17.268	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	6.993	8.052	CDI + 1,33%(f)	12 Parcelas semestrais a partir de janeiro de 2016	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	31.954	27.850	104,90% do CDI (f)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	7.888	8.914	CDI + 0,27% a 1,33%(f)	12 Parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	6.784	-	CDI + 1,27% (g)	Semestral a partir de fevereiro de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Jaguari</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	4.413	3.846	104,90% do CDI (f)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	10.726	13.266	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	11.297	12.825	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Mococa</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	28.911	25.198	104,90% do CDI (f)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	3.481	4.305	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	13.296	14.663	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Serviços</b>					
Banco IBM - Capital de giro	3.473	5.111	CDI + 0,10%	11 Parcelas semestrais a partir de junho de 2013	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>					
Banco do Brasil - Capital de giro	641.316	642.124	109,5% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança da CPFL Energia

<b>CPFL Renováveis</b>					
HSBC	250.363	290.679	CDI + 0,5% (i)	08 Parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Safra	208.547	-	105% do CDI	14 parcelas a partir de agosto de 2016	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis
Cédula de crédito bancário - CCB - Banco BBM	44.171	-	CDI + 3,40%	Parcela única em março de 2018	Sem garantia
Cédula de crédito bancário - CCB - Banco ABC	44.217	-	CDI + 3,80%	Parcela única em dezembro de 2017	Sem garantia
Banco ABC / Notas promissórias	105.883	-	CDI + 3,80%	Parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2017	Sem garantia
<b>CPFL Telecom</b>					
Banco IBM - Capital de giro	31.449	35.689	CDI + 0,18%	12 Parcelas semestrais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Transmissão Morro Agudo</b>					
Santander	5.031	-	CDI+1,60% (k)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia
<b>Outros</b>					
<b>Eletrobrás</b>					
CPFL Paulista	2.960	3.931	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	-	88	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
RGE	5.851	7.658	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	508	1.029	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Leste Paulista	338	532	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	303	544	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	9	24	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de junho de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Mococa	122	170	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
RGE SUL	25.946	-	Pré fixado 5%	120 parcelas mensais a partir de junho de 2012	Fiança bancária
Outros	66.141	131.751			
<b>Subtotal moeda nacional - custo</b>	<b>7.579.974</b>	<b>7.744.225</b>			
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Instituições financeiras</b>					
<b>CPFL Energia</b>					
Santander	-	293.660	US\$ + 1,547% (3)	Parcela única em fevereiro de 2016	Sem garantia
Bradesco	-	154.665	US\$ + 1,72% (2) (f)	Parcela única em junho de 2016	Sem garantia
Santander	-	197.044	US\$ + 1,918% (3)	Parcela única em setembro de 2016	Sem garantia
<b>CPFL Paulista</b>					
Bank of America Merrill Lynch (***)	327.503	397.324	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3) (f)	Parcela única em outubro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	146.703	175.750	US\$+Libor 3 meses+1,7% (4)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	163.279	195.524	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (3) (g)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	163.106	195.380	US\$+Libor 3 meses+0,8% (3) (f)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
BNP Paribas	68.663	85.991	Euro + 1,6350% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	-	195.502	US\$+Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	-	227.397	US\$ + Libor 3 meses + 1,44% (3)	Parcela única em janeiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	282.808	338.504	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	130.522	156.381	US\$ + 2,28% a 2,32% (3)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	115.382	138.255	US\$ + 2,36% a 2,39% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	82.544	98.891	US\$ + 2,74% (3)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	49.311	59.080	US\$ + 2,2% (3)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	490.334	587.094	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (3)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Mizuho Bank	244.484	292.895	US\$+Libor 3 meses + 1,55% (3) (f)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	-	196.502	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (3)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	-	95.502	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Operação sindicalizada (**)- Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	218.104	-	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (4)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Piratininga</b>					
Bank of America Merrill Lynch	-	48.964	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	-	97.849	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (3)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
BNP Paribas	188.822	236.474	Euro + 1,6350% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	204.486	244.778	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (3)	02 parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	163.225	195.502	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	-	177.268	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	-	124.737	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	54.235	64.980	US\$ + 2,08% (3)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Sumitomo	163.712	195.938	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3) (f)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Operação sindicalizada (**)- Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	218.104	-	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (4)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>RGE</b>					
Bank of Tokyo-Mitsubishi	58.852	70.439	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (3)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	267.740	320.602	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (3)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	-	58.683	US\$ + Libor 3 meses + 1,25% (4)	02 parcelas anuais a partir de maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	-	274.426	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (3)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	44.496	53.260	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (3)	Parcela única em outubro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	199.826	239.453	US\$ + 2,78% (3)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	-	139.466	US\$ + 1,35% (3)	Parcela única em fevereiro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Operação sindicalizada (**)- Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	218.104	-	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (4)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
Santander	-	34.679	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	16.556	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Sul Paulista</b>					
Santander	-	38.147	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	16.556	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Leste Paulista</b>					
Scotiabank	16.556	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Jaguarí</b>					
Santander	-	53.752	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	16.556	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Geração</b>					
HSBC	326.159	390.757	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (3)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CCB-China Construction Bank	97.946	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,6% + Comissão 1,4% (4)	Parcela única em junho 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	117.550	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	391.380	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (3) (f)	03 Parcelas anuais a partir de setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CCB-China Construction Bank	32.624	-	US\$ + 3,37% (4) (g)	Parcela única em setembro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	163.125	-	US\$ + 3,13% a.a. (f)	Parcela única em dezembro de 2019	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Serviços</b>					
J.P. Morgan	-	14.760	US\$ + 1,75% (3)	Parcela única em outubro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>Paulista Lajeado</b>					
Banco Itaú	35.771	42.862	US\$ + 3,196% (4)	Parcela única em março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>CPFL Brasil</b>					
Scotiabank	44.501	53.317	US\$ + 2,779% (3)	Parcela única em agosto de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>					
	<b>(37.415)</b>	<b>(312.249)</b>			
<b>Total moeda estrangeira - valor justo</b>	<b>5.502.211</b>	<b>6.940.180</b>			
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(38.143)</b>	<b>(21.618)</b>			
<b>Total Consolidado</b>	<b>13.044.041</b>	<b>14.662.787</b>			

As controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 143,85% do CDI  
(2) 95,20% do CDI  
(3) 99% a 109% do CDI  
(4) 109,1% a 119% do CDI

Taxa efetiva:

(a) 30% a 40% do CDI  
(b) 40,1% a 50% do CDI  
(c) 60,1% a 70% do CDI  
(d) 70,1% a 80% do CDI  
(e) 80,1% a 90% do CDI  
(f) 100,1% a 110% do CDI  
(g) 110,1% a 120% do CDI  
(h) 120,1% a 130% do CDI  
(i) CDI + 0,73%  
(j) Pré fixado 10,57%  
(k) 130,01% a 140% do CDI  
(l) 50,1% a 60% do CDI

(\*) Conforme CPC 38/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(\*\*) Operação sindicalizada – empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 5.502.211 (R\$ 6.940.180 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 37.415 (R\$ 312.249 em 31 de dezembro de 2015), somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 24.504 (perda de R\$ 184.518 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 35), geraram um ganho total líquido de R\$ 61.919 (R\$ 127.731 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2018	4.034.972
2019	2.784.486
2020	1.356.467
2021	688.645
2022	489.441
2023 a 2027	1.230.202
2028 a 2032	458.899
2033 a 2037	16.225
<b>Subtotal</b>	<b>11.059.336</b>
Marcação a mercado	(35.651)
<b>Total</b>	<b>11.023.685</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IGP-M	7,17	10,54	0,53	0,50
UMBND	(16,30)	47,00	0,38	0,49
TJLP	7,50	6,21	31,48	27,67
CDI	13,63	13,18	56,31	61,60
Outros			11,31	9,74
			<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

## Principais adições no exercício

Empresa	Banco / Modalidade	R\$ mil			Pagamento de juros	Destinação dos recursos
		Total aprovado	Liberado em 2016	Liberado líquido dos gastos de captação		
<b>Moeda nacional:</b>						
<b>Investimento:</b>						
CPFL Paulista	FINEM VII	427.716	27.075	26.421	Trimestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Piratininga	FINEM VI	194.862	7.866	7.586	Trimestral	Plano de investimentos da controlada
RGE	FINEM VII	266.790	21.125	20.740	Trimestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Serviços	FINAME (a)	12.277	11.886	11.886	Trimestral	Aquisição de máquinas e equipamentos
CPFL Esco	FINAME (a)	1.543	1.525	1.525	Trimestral	Aquisição de máquinas e equipamentos
CPFL Renováveis	FINEM XIII	379.948	38.873	38.873	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVII	69.103	67.628	67.628	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVI	764.109	219.028	218.370	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXV	84.338	6.676	6.676	Mensal	Plano de investimentos da controlada
<b>Instituições financeiras:</b>						
CPFL Sul Paulista	Banco IBM / CCB (a)	6.459	6.459	6.459	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Transmissão Morro Agudo	Santander / CCB (a)	5.000	5.000	5.000	No vencimento da dívida	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis: Alto Irani	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Alto Irani (a)	75.000	75.000	73.416	Semestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Plano Alto	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Plano Alto (a)	55.000	55.000	53.838	Semestral	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis controladora	Banco BBM/CCB (a)	44.000	44.000	44.000	No vencimento da dívida	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis controladora	Banco ABC/CCB (a)	44.000	44.000	44.000	No vencimento da dívida	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	Banco ABC/Notas Promissórias (a)	100.000	100.000	99.294	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis: Figueirópolis	Banco Safra / ações preferenciais resgatáveis da controlada Figueirópolis (a)	70.000	70.000	68.521	Semestral	Plano de investimentos da controlada
		<b>2.600.145</b>	<b>801.141</b>	<b>794.233</b>		
<b>Moeda estrangeira:</b>						
<b>Instituições financeiras:</b>						
CPFL Paulista	Operação sindicalizada: Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC / Lei 4.131	236.127	236.127	232.458	Trimestral	Reforço de capital de giro
CPFL Piratininga	Operação sindicalizada: Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC / Lei 4.131	236.127	236.127	232.461	Trimestral	Reforço de capital de giro
RGE	Operação sindicalizada: Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC / Lei 4.131	236.127	236.127	232.461	Trimestral	Reforço de capital de giro
CPFL Santa Cruz	Scotiabank / Lei 4.131	16.484	16.484	16.484	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Leste Paulista	Scotiabank / Lei 4.131	16.484	16.484	16.484	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Sul Paulista	Scotiabank / Lei 4.131	16.484	16.484	16.484	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Jaguari	Scotiabank / Lei 4.131	16.484	16.484	16.484	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	Scotiabank / Lei 4.131	117.036	117.036	117.036	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	Scotiabank / Lei 4.131	174.525	174.525	174.525	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	Citibank / Lei 4131	397.320	397.320	397.320	Trimestral	Reforço de capital de giro
CPFL Geração	CCB China / Lei 4.131 (a)	137.071	137.071	137.071	Trimestral	Reforço de capital de giro
		<b>1.600.269</b>	<b>1.600.269</b>	<b>1.589.269</b>		
		<b>4.200.414</b>	<b>2.401.411</b>	<b>2.383.502</b>		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

## Condições restritivas

### **BNDES:**

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, Ceran e CPFL Telecom: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

### **CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE**

Manutenção, pelas controladas, dos seguintes índices:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida líquida dividida pela soma da dívida líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

### **CPFL Geração**

Manutenção pela controlada indireta, dos empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada indireta CERAN determina:

- Manutenção de índice de cobertura da dívida ("ICSD") em 1,3 vezes, durante o período de amortização;
- Restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

### **CPFL Telecom**

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Patrimônio líquido / (patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28; e
- Dívidas bancárias líquidas / EBITDA ajustado inferior a 3,75.

### **CPFL Renováveis (apurados na controlada indireta CPFL Renováveis e suas controladas, exceto quando mencionado em cada item específico):**

#### FINEM I e FINEM VI

- Manutenção de índice de cobertura da dívida "ICSD" (Saldo de caixa do ano anterior + geração de caixa do ano corrente) / Serviço da dívida do ano corrente em 1,2 vezes.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas indiretas SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A. e SPE Várzea Alegre Energia S.A. (controladas da CPFL Renováveis) não atenderam o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total das dívidas, de R\$ 87.376, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado das dívidas em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2016 e em 07 de março de 2017, as controladas obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016. O descumprimento do referido *covenant* também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de *cross-default*.

#### FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendo caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

#### FINEM III

- Manutenção de patrimônio líquido/ (Patrimônio líquido + Dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

#### FINEM V



- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de índice de capitalização própria igual ou superior a 30%.

#### FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendo limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendo menor que 2,33.

#### FINEM IX, FINEM XIII e FINEM XXV

- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3.

#### FINEM XXVI

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,3 nas controladas beneficiárias do contrato;
- Manutenção anual do ICSD maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada Turbina 16.

#### FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

#### FINEM XII

- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida das controladas indiretas Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A. e SPE Pedra Preta Energia S.A. maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;
- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding S.A., após o início de amortização.

#### FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total;
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

#### FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,2 durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

#### FINEM XIX, FINEM XX, FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2014 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## FINEM XXVII

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Índice de Capitalização Própria (ICP), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total, maior ou igual a 39,5%.

## HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

## NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção do coeficiente de endividamento igual ou inferior a 70%;
- Manutenção de Índice de cobertura da duração do financiamento maior ou igual a 1,7.

## Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

## **Captações em moeda estrangeira - Bank of America Merrill Lynch, J.P Morgan, Citibank, Scotiabank, Banco de Tokyo-Mitsubishi, Santander, Sumitomo, Mizuho, HSBC, BNP Paribas e operação sindicalizada (Lei 4.131)**

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25.

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estavam sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a não decretação dos vencimentos antecipados dos referidos empréstimos e financiamentos, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, exceto pelo mencionado anteriormente sobre a controlada indireta CPFL Renováveis, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

## ( 18 ) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

		Consolidado							
		31/12/2016			31/12/2015				
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total
<b>Controladora</b>									
5ª Emissão	Série única	18.069	-	620.000	638.069	-	-	-	-
<b>CPFL Paulista</b>									
6ª Emissão	Série única	47.079	198.000	462.000	707.079	47.292	-	660.000	707.292
7ª Emissão	Série única	28.913	-	505.000	533.913	29.546	-	505.000	534.546
		<b>75.992</b>	<b>198.000</b>	<b>967.000</b>	<b>1.240.992</b>	<b>76.838</b>	-	<b>1.165.000</b>	<b>1.241.838</b>
<b>CPFL Piratininga</b>									
6ª Emissão	Série única	7.846	33.000	77.000	117.846	7.882	-	110.000	117.882
7ª Emissão	Série única	13.455	-	235.000	248.455	13.749	-	235.000	248.749
		<b>21.301</b>	<b>33.000</b>	<b>312.000</b>	<b>366.301</b>	<b>21.631</b>	-	<b>345.000</b>	<b>366.631</b>
<b>RGE</b>									
6ª Emissão	Série única	35.666	150.000	350.000	535.666	35.828	-	500.000	535.828
7ª Emissão	Série única	9.733	-	170.000	179.733	9.946	-	170.000	179.946
		<b>45.399</b>	<b>150.000</b>	<b>520.000</b>	<b>715.399</b>	<b>45.774</b>	-	<b>670.000</b>	<b>715.774</b>
<b>RGE SUL</b>									
4ª Emissão	Série única	32.058	-	1.100.000	1.132.058	-	-	-	-
<b>CPFL Santa Cruz</b>									
1ª Emissão	Série única	550	32.500	32.500	65.550	568	-	65.000	65.568
<b>CPFL Brasil</b>									
2ª Emissão	Série única	-	-	-	-	2.794	-	228.000	230.794
3ª Emissão	Série única	11.657	-	400.000	411.657	-	-	-	-
		<b>11.657</b>	-	<b>400.000</b>	<b>411.657</b>	<b>2.794</b>	-	<b>228.000</b>	<b>230.794</b>
<b>CPFL Geração</b>									
5ª Emissão	Série Única	12.969	546.000	546.000	1.104.969	13.382	-	1.092.000	1.105.382
6ª Emissão	Série única	23.228	-	460.000	483.228	23.531	-	460.000	483.531
7ª Emissão	Série única	16.379	-	635.000	651.379	16.770	-	635.000	651.770
8ª Emissão	Série única	3.369	-	85.520	88.889	3.153	-	80.024	83.177
9ª Emissão	Série única	524	-	50.278	50.802	-	-	-	-
		<b>56.470</b>	<b>546.000</b>	<b>1.776.798</b>	<b>2.379.268</b>	<b>56.835</b>	-	<b>2.267.024</b>	<b>2.323.859</b>
<b>CPFL Renováveis</b>									
1ª Emissão - SIF (*)	1ª a 12ª Série	762	41.938	461.314	504.014	788	38.965	467.577	507.329
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	644	8.700	132.091	141.435	616	8.701	140.792	150.109
1ª Emissão - Renováveis	Série única	6.160	43.000	322.500	371.660	6.579	43.000	365.500	415.079
2ª Emissão - Renováveis	Série única	11.486	30.000	270.000	311.486	11.894	-	300.000	311.894
3ª Emissão - Renováveis	Série única	4.444	-	296.000	300.444	4.589	-	296.000	300.589
4ª Emissão - Renováveis	1ª Série	7.925	-	200.000	207.925	-	-	-	-
1ª Emissão - DESA	Série única	425	17.500	-	17.925	862	17.500	17.500	35.862
2ª Emissão - DESA	Série única	29.153	-	65.000	94.153	16.487	-	65.000	81.487
1ª Emissão - Turbina 16	Série única	-	-	-	-	1.810	277.200	-	279.010
1ª Emissão - Campos dos Ventos V	Série única	-	-	-	-	374	42.000	-	42.374
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série única	-	-	-	-	275	30.800	-	31.075
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	6.675	52.200	-	58.875	-	-	-	-
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	6.114	47.800	-	53.914	-	-	-	-
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	6.395	50.000	-	56.395	-	-	-	-
		<b>80.183</b>	<b>291.138</b>	<b>1.746.905</b>	<b>2.118.226</b>	<b>44.274</b>	<b>458.165</b>	<b>1.652.369</b>	<b>2.154.808</b>
<b>Gastos com emissão (**)</b>		<b>(7.346)</b>	<b>(8.545)</b>	<b>(51.684)</b>	<b>(67.575)</b>	-	-	<b>(28.842)</b>	<b>(28.842)</b>
		<b>334.333</b>	<b>1.242.095</b>	<b>7.423.519</b>	<b>8.999.946</b>	<b>248.714</b>	<b>458.165</b>	<b>6.363.552</b>	<b>7.070.430</b>

(\*) Estas debêntures podem ser conversíveis em ações e, portanto, são consideradas no cálculo do efeito dilutivo para o lucro por ação (nota 26)

(\*\*) Conforme CPC 08/IAS 39 referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias
<b>Controladora</b>						
5ª Emissão	Série única	62.000	114,5% do CDI	120,65% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Sem Garantia
<b>CPFL Paulista</b>						
6ª Emissão	Série única	660	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,87%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	50.500	CDI + 0,83% (3)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Piratininga</b>						
6ª Emissão	Série única	110	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,91%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	23.500	CDI + 0,83% (2)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>RGE</b>						
6ª Emissão	Série única	500	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,88%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	17.000	CDI + 0,83% (3)	CDI + 0,88%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
<b>RGE SUL</b>						
4ª Emissão	Série única	110.000	114,50% do CDI	120,65% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Santa Cruz</b>						
1ª Emissão	Série única	650	CDI + 1,4%	CDI + 1,52%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
<b>CPFL Brasil</b>						
2ª Emissão	Série única	2.280	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão	Série única	40.000	114,5% do CDI	124,04% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Aval CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>						
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
8ª Emissão	Série única	1	IPCA + 5,86% (1)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
9ª Emissão	Série única	50.000	IPCA+ 5,48%	101,74% do CDI	Parcela única em Outubro de 2021	Aval CPFL Energia
<b>CPFL Renováveis</b>						
1ª Emissão - SIF (*)	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015	Fiança da CPFL Renováveis Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
1ª Emissão - Renováveis	Série única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Parcelas anuais a partir de maio de 2015	Quirografária
2ª Emissão - Renováveis	Série única	300.000	114,0% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Quirografária
3ª Emissão - Renováveis	Série única	29.600	117,25% do CDI	120,64% do CDI	Parcela única em maio de 2020	Quirografária
4ª Emissão - Renováveis	1ª Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019	Aval CPFL Energia
1ª Emissão - DESA	Série única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio de 2016	Quirografária
2ª Emissão - DESA	Série única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril de 2018	Quirografária
1ª Emissão - Turbina 16	Série única	27.720	112,75% do CDI	116,94% do CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Campos dos Ventos V	Série única	4.200	112,75% do CDI	116,94% do CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Santa Úrsula	Série única	3.080	112,75% do CDI	116,94% do CDI	Parcela única em dezembro de 2016	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	5.220	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	4.780	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis

As controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 100,15% a 106,9% do CDI
- (2) 107% a 107,9% do CDI
- (3) 108% a 108,1% do CDI

As controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 100,15% a 106,9% do CDI
- (2) 107% a 107,9% do CDI
- (3) 108% a 108,1% do CDI

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2018	1.655.227
2019	3.000.726
2020	1.771.096
2021	595.340
2022	129.920
2023 a 2027	230.095
2028 a 2032	41.113
<b>Total</b>	<b>7.423.519</b>

## Principais adições no exercício

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos
			Liberado em 2016	Liberado líquido dos gastos de emissão		
CPFL Energia - controladora	5ª emissão	62.000	620.000	609.060	Semestral	Aquisição de participação acionária, direta ou indiretamente, pela Emissora na AES Sul
CPFL Brasil	3ª emissão	40.000	400.000	389.077	Semestral	Aquisição de participação acionária, direta ou indiretamente, pela Emissora na AES Sul
CPFL Geração	9ª emissão	50.000	50.000	48.843	Anual	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Pedra Cheirosa I (a)	1º emissão	5.200	52.200	51.602	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Pedra Cheirosa II (a)	1º emissão	4.780	47.800	47.251	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis: Boa Vista II (a)	1º emissão	5.000	50.000	49.426	Única	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis - controladora	4ª emissão	20.000	200.000	195.589	Semestral	Reperfilamento de dívidas e capital de giro
			<u>1.420.000</u>	<u>1.390.847</u>		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

### Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

#### CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, RGE Sul, CPFL Geração, CPFL Brasil e CPFL Santa Cruz

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

### CPFL Renováveis

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros:

#### 1ª emissão CPFL Renováveis:

- Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020;
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

A controlada obteve anuência dos debenturistas para os descumprimentos abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operacional referente a apuração de junho de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2016.

#### 2ª e 3ª emissão - CPFL Renováveis

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

#### **4ª emissão – CPFL Renováveis**

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

#### **1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A:**

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

#### **2ª emissão – Dobrevê Energia S/A (DESA):**

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo Dividendo Recebido menor ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto estavam sujeitas à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da Companhia e suas controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto, a não decretação dos vencimentos antecipados das referidas debêntures, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

## **( 19 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

### **19.1 Características**

#### **CPFL Paulista**

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
  - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer

responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### **CPFL Piratininga**

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### **RGE**

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela Fundação CEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, estruturado na modalidade de contribuição definida.

### **RGE Sul**

Planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Fundação CEEE. O Plano Único é do tipo "benefício definido" e encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos empregados beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação. Atualmente, o plano da Itauprev está vigente, estruturado na modalidade de contribuição definida.

### **CPFL Santa Cruz**

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

### CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

### CPFL Geração

Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 19.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2016					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	4.524.008	1.202.596	108.486	352.879	480.081	6.668.050
Valor justo dos ativos do plano	(3.723.563)	(1.062.638)	(89.533)	(347.906)	(405.251)	(5.628.892)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>800.445</b>	<b>139.958</b>	<b>18.953</b>	<b>4.972</b>	<b>74.830</b>	<b>1.039.158</b>

	31/12/2015					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.793.259	961.329	90.609	278.985	-	5.124.182
Valor justo dos ativos do plano	(3.355.589)	(951.021)	(80.332)	(287.202)	-	(4.674.144)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>437.670</b>	<b>10.308</b>	<b>10.277</b>	<b>(8.217)</b>	-	<b>450.038</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	-	-	-	8.217	-	8.217
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>437.670</b>	<b>10.308</b>	<b>10.277</b>	-	-	<b>458.255</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total Passivo
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2014</b>	<b>3.820.563</b>	<b>986.972</b>	<b>88.621</b>	<b>279.283</b>	-	<b>5.175.439</b>
Custo do serviço corrente bruto	1.183	3.733	160	(131)	-	4.945
Juros sobre obrigação atuarial	425.465	110.425	9.944	31.490	-	577.324
Contribuições de participantes vertidas no ano	12	1.842	-	611	-	2.465
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(226)	(614)	(12)	(6)	-	(858)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(98.399)	(70.590)	(400)	(11.884)	-	(181.273)
Benefícios pagos no ano	(355.339)	(70.439)	(7.704)	(20.378)	-	(453.860)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2015</b>	<b>3.793.259</b>	<b>961.329</b>	<b>90.609</b>	<b>278.985</b>	-	<b>5.124.182</b>
Combinação de negócios	-	-	-	-	474.710	474.710
Custo do serviço corrente bruto	828	3.242	76	59	365	4.570
Juros sobre obrigação atuarial	467.872	121.158	11.184	35.211	8.469	643.894
Contribuições de participantes vertidas no ano	59	2.020	-	319	165	2.563
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	-	3.602	-	3.602
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	619.803	193.652	14.909	57.793	3.613	889.770
Benefícios pagos no ano	(357.813)	(78.805)	(8.292)	(23.090)	(7.241)	(475.241)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2016</b>	<b>4.524.008</b>	<b>1.202.596</b>	<b>108.486</b>	<b>352.879</b>	<b>480.081</b>	<b>6.668.050</b>



	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE SUL	Total Ativo
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2014</b>	<b>(3.315.422)</b>	<b>(913.589)</b>	<b>(85.360)</b>	<b>(273.019)</b>	-	<b>(4.587.390)</b>
Rendimento esperado no ano	(375.527)	(105.413)	(9.691)	(31.686)	-	(522.317)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(12)	(1.842)	-	(611)	-	(2.465)
Contribuições de patrocinadoras	(81.111)	(22.936)	(1.687)	(7.593)	-	(113.327)
Perda (ganho) atuarial	61.144	22.320	8.702	5.329	-	97.495
Benefícios pagos no ano	355.339	70.439	7.704	20.378	-	453.860
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2015</b>	<b>(3.355.589)</b>	<b>(951.021)</b>	<b>(80.332)</b>	<b>(287.202)</b>	-	<b>(4.674.144)</b>
Combinação de negócios	-	-	-	-	(415.621)	(415.621)
Rendimento esperado no ano	(404.183)	(115.607)	(9.582)	(35.632)	(7.470)	(572.474)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(59)	(2.020)	-	(319)	(165)	(2.563)
Contribuições de patrocinadoras	(48.263)	(13.405)	(843)	(9.441)	(1.437)	(73.389)
Perda (ganho) atuarial	(273.282)	(59.390)	(7.068)	(38.403)	12.201	(365.942)
Benefícios pagos no ano	357.813	78.805	8.292	23.090	7.241	475.241
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2016</b>	<b>(3.723.563)</b>	<b>(1.062.638)</b>	<b>(89.533)</b>	<b>(347.906)</b>	<b>(405.251)</b>	<b>(5.628.892)</b>

### 19.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total Passivo
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2014</b>	<b>505.140</b>	<b>73.383</b>	<b>3.261</b>	<b>6.264</b>	-	<b>588.048</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	51.121	8.745	413	(95)	-	60.184
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(81.111)	(22.936)	(1.687)	(7.593)	-	(113.327)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(226)	(614)	(12)	(6)	-	(858)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(37.254)	(48.270)	8.302	(6.555)	-	(83.777)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	7.984	-	7.984
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2015</b>	<b>437.670</b>	<b>10.308</b>	<b>10.277</b>	-	-	<b>458.255</b>
Outras contribuições	16.149	526	63	127	-	16.865
<b>Total passivo</b>	<b>453.819</b>	<b>10.834</b>	<b>10.340</b>	<b>127</b>	-	<b>475.120</b>

Circulante	802
Não circulante	474.318

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total Passivo
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2015</b>	<b>437.670</b>	<b>10.308</b>	<b>10.277</b>	-	-	<b>458.255</b>
Combinação de Negócios	-	-	-	-	59.089	59.089
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	64.514	8.791	1.677	158	1.364	76.505
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(48.263)	(13.405)	(843)	(9.442)	(1.436)	(73.388)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	-	3.602	-	3.602
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	346.523	134.263	7.843	19.392	15.813	523.834
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	(8.738)	-	(8.738)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2016</b>	<b>800.445</b>	<b>139.958</b>	<b>18.954</b>	<b>4.972</b>	<b>74.830</b>	<b>1.039.158</b>
Outras contribuições	12.914	133	8	228	-	13.284
<b>Total passivo</b>	<b>813.359</b>	<b>140.091</b>	<b>18.962</b>	<b>5.200</b>	<b>74.830</b>	<b>1.052.442</b>

Circulante	33.209
Não Circulante	1.019.233

### 19.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2017 estão apresentadas a seguir:

	<u>2017</u>
CPFL Paulista	75.920
CPFL Piratininga	21.375
CPFL Geração	1.606
RGE	9.914
RGE Sul	9.053
<b>Total</b>	<b><u>117.868</u></b>

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração negociaram com a Fundação CESP carência no valor de pagamento do principal das contribuições mensais dos respectivos planos durante o período de setembro de 2015 a agosto de 2017, com retomada destes pagamentos a partir de setembro de 2017.

Os benefícios esperados a serem pagos pelas fundações nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021 a 2026	TOTAL
CPFL Paulista	374.441	390.441	407.979	424.542	2.869.228	4.466.631
CPFL Piratininga	83.797	88.712	94.257	99.111	713.424	1.079.301
CPFL Geração	8.941	9.408	9.745	10.173	68.181	106.448
RGE	25.229	27.041	28.632	30.051	212.032	322.985
RGE Sul	33.377	35.368	37.554	39.607	285.256	431.162
<b>Total</b>	<b>525.785</b>	<b>550.970</b>	<b>578.167</b>	<b>603.484</b>	<b>4.148.121</b>	<b>6.406.527</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,1 anos para a CPFL Paulista, 10,7 anos para a CPFL Piratininga, 9,3 anos para a CPFL Geração, 10,2 anos para a RGE e 10,6 anos para a RGE Sul.

## 19.5 Reconhecimento das receitas e despesas com entidade de previdência privada

A estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2017 e as despesas reconhecidas em 2016 e 2015 são como segue:

	2017 estimadas					Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	
Custo do serviço	707	3.153	73	270	2.153	6.356
Juros sobre obrigações atuariais	476.613	127.561	11.431	37.395	50.927	703.927
Rendimento esperado dos ativos do plano	(392.819)	(113.470)	(9.437)	(37.412)	(43.258)	(596.396)
Efeito do limite a ser contabilizado	-	-	-	-	-	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>84.501</b>	<b>17.244</b>	<b>2.067</b>	<b>253</b>	<b>9.822</b>	<b>113.887</b>

	2016 realizadas					Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul*	
Custo do serviço	828	3.242	76	59	365	4.570
Juros sobre obrigações atuariais	467.872	121.158	11.184	35.211	8.469	643.894
Rendimento esperado dos ativos do plano	(404.184)	(115.608)	(9.582)	(35.632)	(7.470)	(572.476)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	520	-	520
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>64.514</b>	<b>8.791</b>	<b>1.677</b>	<b>158</b>	<b>1.364</b>	<b>76.505</b>

(\*) Despesas e receitas da RGE Sul correspondem apenas aos meses de novembro e dezembro de 2016

	2015 realizadas					Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	
Custo do serviço	1.183	3.733	160	(131)	-	4.945
Juros sobre obrigações atuariais	425.465	110.425	9.944	31.490	-	577.324
Rendimento esperado dos ativos do plano	(375.527)	(105.413)	(9.691)	(31.686)	-	(522.317)
Efeito do limite a ser contabilizado	-	-	-	232	-	232
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>51.121</b>	<b>8.745</b>	<b>413</b>	<b>(95)</b>	<b>-</b>	<b>60.184</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga		RGE		RGE Sul
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.	10,99% a.a.	12,67% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.	10,99% a.a.	12,67% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.	8,15% a.a.	6,79% a.a.	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10) Light fraca	AT-2000 (-10) Light fraca	BR-EMS sb v.2015 Light média	AT-2000 (-10) Light fraca	AT-2000 Light média
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	ExprR_2012*	ExprR_2012*	Nula	ExprR_2012*	Nula
Taxa de rotatividade esperada:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

\* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

## 19.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, administrados pela Fundação CESP e Fundação CEEE. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2017, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2016.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Fundação CESP				Ativos administrados pela Fundação CEEE			
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE		RGE Sul	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	
<b>Renda fixa</b>	<b>79%</b>	<b>80%</b>	<b>83%</b>	<b>84%</b>	<b>76%</b>	<b>73%</b>	<b>74%</b>	
Títulos públicos federais	60%	57%	56%	54%	61%	56%	60%	
Títulos privados (instituições financeiras)	6%	5%	10%	10%	8%	4%	8%	
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	1%	1%	4%	5%	4%	
Fundos de investimento multimercado	1%	16%	1%	19%	3%	8%	3%	
Outros investimentos de renda fixa	12%	1%	15%	-	-	-	-	
<b>Renda variável</b>	<b>14%</b>	<b>13%</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>15%</b>	<b>14%</b>	<b>16%</b>	
Ações da CPFL Energia	8%	5%	6%	4%	-	-	-	
Fundos de investimento em ações	6%	8%	7%	8%	15%	14%	16%	
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>	<b>-</b>	<b>1%</b>	<b>-</b>	<b>8%</b>	<b>11%</b>	<b>8%</b>	
Fundos de participação	-	-	-	-	7%	10%	7%	
Fundos imobiliários	-	-	-	-	1%	1%	1%	
Fundos de investimento multimercado	1%	-	1%	-	-	-	-	
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>94%</b>	<b>93%</b>	<b>97%</b>	<b>96%</b>	<b>99%</b>	<b>98%</b>	<b>98%</b>	
<b>Imóveis</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Depósitos judiciais e outros	1%	1%	-	-	-	-	-	
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha “Ações da CPFL Energia” nos ativos gerenciados pela Fundação CESP é de R\$ 417.058 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 245.380 em 31 de dezembro de 2015).

	Meta para 2017			
	Fundação CESP		Fundação CEEE	
	CPFL Paulista e CPFL Geração	CPFL Piratininga	RGE	RGE Sul
Renda Fixa	77,1%	80,4%	80,0%	78,0%
Renda variável	14,4%	12,2%	15,0%	16,0%
Imóveis	3,4%	1,6%	1,0%	1,0%
Empréstimos e financiamentos	1,5%	1,8%	1,0%	2,0%
Investimentos estruturados	2,3%	2,3%	3,0%	3,0%
Investimentos no exterior	1,3%	1,7%	0,0%	0,0%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2017 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP e Fundação CEEE, efetuada ao final de 2016 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2017, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. A Fundação CESP e a Fundação CEEE realizam estudos de Asset Liability Management (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos, ou “ALM”) no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O estudo de ALM representa também importante ferramenta para a gestão do risco de liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada por ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

## 19.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	Total	
Obrigação do benefício definido	4.524.008	1.202.596	108.486	352.879	480.081	6.668.050	
						Aumento (redução) total da obrigação do benefício definido	
	Aumento (redução)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	RGE Sul	
Taxa de desconto nominal (a.a.)*	-0,25 p.p.	104.645	32.642	2.565	9.082	12.933	161.867
	+0,25 p.p.	(100.503)	(31.174)	(2.460)	(8.694)	(12.346)	(155.177)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(92.886)	(19.346)	(2.132)	(5.666)	(8.549)	(128.578)
	-1 ano	90.954	18.750	2.091	5.484	8.299	125.577

\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,99% a.a. para todas as empresas. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,74% a.a. e 11,24% a.a..

\*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração; BREMS sb v.2015 para a RGE e AT-2000 para a RGE Sul. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

## 19.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada, exigida pela legislação, a Fundação CESP e a Fundação CEEE utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: *VaR*, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP e da Fundação CEEE impõem restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

**( 20 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Componentes financeiros e recursos hídricos	1.385	2.482
Reserva global de reversão - RGR	17.469	17.446
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	2.044	1.764
Conta de desenvolvimento energético - CDE	309.117	526.196
Bandeiras tarifárias e outros	36.064	304.129
<b>Total</b>	<b>366.078</b>	<b>852.017</b>

**Conta de desenvolvimento energético – CDE** – Refere-se à (i) quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 164.681 (R\$ 401.347 em 31 de dezembro de 2015); (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante R\$ 44.622 (R\$ 45.618 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 99.814 (R\$ 79.231 em 31 de dezembro de 2015). As controladas efetuaram a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 12) no ano de 2016 no montante de R\$ 869.717.

**Bandeiras tarifárias e outros** – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária (“CCRBT”).

**( 21 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	416.096	384.151
Programa de integração social - PIS	28.759	33.199
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	126.939	159.317
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	42.793	30.751
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	14.434	12.498
Outros	52.522	33.427
<b>Total</b>	<b>681.544</b>	<b>653.342</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS - parcelamento	26.814	-

**( 22 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	222.001	110.147	171.989	78.345
<b>Cíveis</b>	236.915	114.214	194.530	112.909
<b>Fiscais</b>				
FINSOCIAL	32.372	90.951	29.917	84.092
Imposto de renda	142.790	150.439	138.524	886.271
Outras	113.227	84.091	15.920	63.600
	<u>288.389</u>	<u>325.481</u>	<u>184.362</u>	<u>1.033.964</u>
<b>Outros</b>	85.971	229	18.654	2.310
<b>Total</b>	<u><u>833.276</u></u>	<u><u>550.072</u></u>	<u><u>569.534</u></u>	<u><u>1.227.527</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	
Trabalhistas	171.989	114.403	(56.710)	(104.254)	20.416	76.156	222.001
Cíveis	194.530	105.424	(51.246)	(105.870)	30.080	63.998	236.915
Fiscais	184.362	81.776	(13.006)	(1.122)	20.457	15.922	288.389
Outros	18.654	12.362	(8.880)	(5.757)	2.286	67.307	85.971
<b>Total</b>	<u><u>569.534</u></u>	<u><u>313.965</u></u>	<u><u>(129.843)</u></u>	<u><u>(217.003)</u></u>	<u><u>73.239</u></u>	<u><u>223.383</u></u>	<u><u>833.276</u></u>

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas em 2016, referem-se, substancialmente, a discussões por certas controladas sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**

**Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

**Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n<sup>os</sup>. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

c. **Fiscais**

**FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991 na controlada CPFL Paulista.

**Imposto de renda** - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 139.957 (R\$ 129.907 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.

**Fiscais outras** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

**Perdas possíveis:**

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2016	31/12/2015	
<b>Trabalhistas</b>	668.005	659.636	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
<b>Cíveis</b>	1.004.279	697.242	Danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária
<b>Fiscais</b>	4.611.077	3.600.368	ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS e Imposto de Renda
<b>Regulatório</b>	93.827	71.514	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeiro
<b>Total</b>	<b>6.377.188</b>	<b>5.028.760</b>	

**Fiscais** – há uma discussão referente à dedutibilidade para imposto de renda da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.130.820, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB n<sup>o</sup> 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. A despeito da resposta favorável da RFB, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e, em duas execuções fiscais oriundas destas autuações, efetuou depósitos judiciais. Em janeiro de 2016, a controlada obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais (R\$ 745.903 em 31 de dezembro de 2015) por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da controlada ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em um dos casos, sem efeito suspensivo, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível.

Adicionalmente, em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 285.537 referente cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011 o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

A controlada CPFL Geração, em dezembro de 2016, recebeu 2 (dois) autos de infração que, somados remontam o valor de R\$ 316.372 relativos à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia e de suas controladas considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## ( 23 ) USO DO BEM PÚBLICO

Empresas	Consolidado		Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
	31/12/2016	31/12/2015		
CERAN	97.481	92.581	231	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	10.857	9.457		
Não circulante	86.624	83.124		

## ( 24 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	73.864	53.959	44.711	-
Programa de eficiência energética - PEE	257.622	295.745	58.798	35.597
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	75.655	84.943	55.272	36.426
EPE/FNDCT/PROCEL	12.928	6.181	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	163.054	141.228	8.029	10.041
Descontos tarifários - CDE	8.891	54.749	-	-
Provisão para gastos ambientais	13.703	-	61.828	53.378
Folha de pagamento	16.951	13.136	-	-
Participação nos lucros	56.215	49.227	11.400	5.099
Convênios de arrecadação	69.793	130.282	-	-
Garantias	-	-	44.140	28.531
Aquisição de negócios	9.492	29.935	-	-
Outros	49.454	45.587	7.364	4.326
<b>Total</b>	<b>807.623</b>	<b>904.971</b>	<b>309.292</b>	<b>191.148</b>

**Consumidores e concessionárias:** As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. O não circulante refere-se à comercialização realizada pela controlada indireta RGE Sul no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002 (nota 16).



**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

**Adiantamentos:** referem-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

**Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

**Descontos tarifários – CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização, bem como os resultados da empresa, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as outorgas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e em 3 conversões (33/33/34%).

O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo gatilho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente projetado, limitado a 150%.

## **( 25 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim distribuída (Ver nota 38.1 - evento subsequente - aquisição acionária da Companhia):

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
BB Carteira Livre I FIA	-	0,00%	262.698.037	26,45%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	299.787.559	29,45%	29.756.032	3,00%
Camargo Correa S.A.	5.897.311	0,58%	26.764	0,00%
ESC Energia S.A.	234.086.204	23,00%	234.086.204	23,57%
Bonaire Participações S.A.	1.249.386	0,12%	1.238.334	0,12%
Energia São Paulo FIA	35.145.643	3,45%	146.463.379	14,75%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	28.056.260	2,76%	1.816.119	0,18%
Fundação Sistel de Seguridade Social	37.070.292	3,64%	-	0,00%
Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev	696.561	0,07%	-	0,00%
Fundação CESP	51.048.952	5,02%	-	0,00%
BNDES Participações S.A.	68.592.097	6,74%	66.914.177	6,74%
Antares Holdings Ltda.	16.967.165	1,67%	16.552.110	1,67%
Brumado Holdings Ltda.	36.497.075	3,59%	35.604.273	3,59%
Membros da Diretoria Executiva	34.250	0,00%	105.672	0,01%
Demais acionistas	202.785.991	19,92%	197.753.114	19,91%
<b>Total</b>	<b>1.017.914.746</b>	<b>100,00%</b>	<b>993.014.215</b>	<b>100,00%</b>

O capital social da Companhia é de R\$ 5.741.284, composto por 1.017.914.746 ações ordinárias, escriturais, totalmente subscritas e integralizadas. As ações não tem valor nominal e não há ações em tesouraria. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de até 500.000.000 de novas ações ordinárias.

### 25.1 Aprovação de aumento de capital e bonificação em ações aos acionistas – AGO/E

Em 8 de abril de 2016 a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através de Fato Relevante, que seus acionistas controladores assinaram termo de desvinculação do acordo de acionistas relativo às ações que lhe seriam entregues em virtude do processo de bonificação em ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da CPFL Energia com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, por meio da integralização do saldo da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro no montante de R\$ 392.972, mediante a emissão de 24.900.531 ações ordinárias, cuja distribuição foi emitida aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, nos termos do Artigo 169 da Lei n.º 6.404/76.

### 25.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 ocorrido em 2011; (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis em 2013, no montante de R\$ 59.308, como consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis; (iii) efeito da associação entre CPFL Renováveis e DESA, no montante de R\$ 180.297 em 2014 e (iv) outras movimentações sem alteração no controle de R\$ 87. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

### 25.3 Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva legal, no montante de R\$ 739.102;
- (ii) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão: as controladas de distribuição registram o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no resultado do exercício, e sua realização se dará pela baixa do ativo financeiro da concessão decorrente de alienação ou reestruturação societária ou no momento da indenização (ao final da concessão). Desta forma, a Companhia tem constituído reserva estatutária – ativo financeiro da concessão sobre estes montantes, amparada no artigo 194 da Lei no 6.404/76, até a realização financeira destes montantes. O saldo final em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 702.928 (R\$ 585.450 em 31 de dezembro de 2015).

## 25.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 431.713;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 666.346 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

## 25.5 Dividendo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, com a declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 205.423.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2016, o montante de R\$ 213.960 de dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, e, R\$ 7.820 de dividendo adicional proposto, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,217876793.

Em 2016, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 204.717 referente basicamente ao dividendo mínimo obrigatório de 2015.

## 25.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2016</u>
<b>Lucro líquido do exercício - controladora</b>	<b>900.885</b>
Realização do resultado abrangente	25.778
Dividendos prescritos	3.144
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>929.807</b>
Reserva legal	(45.044)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(117.478)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(545.505)
Dividendos mínimos obrigatórios	(213.960)
Dividendo adicional proposto	(7.820)

Para este exercício, considerando o atual cenário econômico adverso e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 545.505 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

## **( 26 ) LUCRO POR AÇÃO**

### **Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	900.885	864.940
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.017.914.746 (**)	1.017.914.746 (**)
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>0,89</b>	<b>0,85</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	900.885	864.940
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	<u>(16.153)</u>	<u>(19.811)</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	884.731	845.129
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.017.914.746 (**)	1.017.914.746 (**)
<b>Lucro por ação - diluído</b>	<b>0,87</b>	<b>0,83</b>

(\*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos exercícios.

(\*\*) Considera o evento ocorrido em 29 de abril de 2016, relacionado ao aumento de capital mediante emissão de 24.900.531 ações (nota 25). De acordo com o CPC 41/IAS 33, quando ocorre aumento na quantidade de ações sem aumento nos recursos, o número de ações é ajustado como se o evento tivesse ocorrido no início do período mais antigo apresentado.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

Os efeitos apurados no denominador da controlada indireta CPFL Renováveis do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações da controlada foram considerados antidilutivos em 2016 e 2015. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo do exercício.

## ( 27 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015 Reapresentado
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	8.174.700	6.906.580	16.473	16.164	10.367.415	9.833.419
Industrial	61.112	55.586	13.022	12.748	5.281.978	5.526.967
Comercial	551.171	473.333	9.720	9.259	5.431.926	5.266.432
Rural	355.586	245.238	2.474	2.152	816.684	750.209
Poderes públicos	61.208	51.359	1.271	1.278	690.389	674.530
Iluminação pública	11.073	10.362	1.746	1.649	580.229	573.219
Serviço público	9.649	8.402	1.840	1.797	901.662	879.288
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(72.129)	(79.362)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>9.224.499</b>	<b>7.750.860</b>	<b>46.546</b>	<b>45.049</b>	<b>23.998.155</b>	<b>23.424.701</b>
Consumo próprio	-	-	32	33	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	50.444	202.726
Outros encargos do consumidor / Encargos emergenciais (ECE/EAEE)	-	-	-	-	(3)	3
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(9.055.188)	(8.118.085)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>9.224.499</b>	<b>7.750.860</b>	<b>46.578</b>	<b>45.082</b>	<b>14.993.408</b>	<b>15.509.345</b>
Furnas Centrais Elétricas S.A.			3.034	3.026	533.855	485.846
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			12.252	10.656	2.371.091	2.223.339
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(50.598)	(46.982)
Energia elétrica de curto prazo			6.173	4.289	641.744	875.002
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>21.459</b>	<b>17.971</b>	<b>3.496.092</b>	<b>3.537.205</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					9.105.786	8.165.066
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					2.057.327	1.898.138
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(17.908)	(16.884)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.354.023	1.046.669
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(2.094.695)	2.506.524
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					186.148	393.343
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					1.266.027	895.538
Outras receitas e rendas					438.377	367.356
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>12.295.084</b>	<b>15.255.750</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>30.784.584</b>	<b>34.302.301</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(4.935.068)	(4.686.039)
PIS					(471.836)	(529.322)
COFINS					(2.172.777)	(2.438.208)
ISS					(10.568)	(8.204)
Reserva global de reversão - RGR					(4.230)	(2.529)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(3.360.613)	(3.970.013)
Programa de P & D e eficiência energética					(138.583)	(158.516)
PROINFA					(121.800)	(90.910)
Bandeiras tarifárias e outros					(430.077)	(1.796.226)
IPI					(195)	(100)
FUST e FUNTEL					(38)	(24)
Outros					(26.709)	(22.997)
					<b>(11.672.495)</b>	<b>(13.703.089)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>19.112.089</b>	<b>20.599.212</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

### 27.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("Proret"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas das controladas de distribuição auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deveriam ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e seriam amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. A partir de maio de 2015 para a controlada CPFL Piratininga e de setembro de 2015 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. As controladas de distribuição estão aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Em 31 de dezembro de 2016, tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais, em atendimento ao CPC 25, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão.

## 27.2 Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) - 2015

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL aprovou o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até a data do próximo reajuste ou revisão tarifária de cada distribuidora. Para as controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Santa Cruz, em 7 de abril de 2015, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.870, a ANEEL retificou o resultado da RTE de 27 de fevereiro de 2015, com o objetivo de alterar o valor das quotas mensais da CDE - energia referentes à conta ACR, destinadas à amortização das operações de crédito contratadas pela CCEE na gestão da conta ACR. As tarifas resultantes desta retificação estiveram vigentes a partir de 8 de abril de 2015 até a data da revisão tarifária seguinte de cada distribuidora.

O impacto para os consumidores da área de concessão das controladas de distribuição foi como segue:

Controlada	Efeito médio percebido pelo consumidor (*)		
	Total	Grupo A	Grupo B
CPFL Paulista	32,28%	40,05%	27,27%
CPFL Piratininga	29,78%	40,49%	21,47%
RGE	37,16%	43,36%	33,04%
RGE Sul	39,45%	43,76%	36,23%
CPFL Santa Cruz	10,04%	10,53%	9,78%
CPFL Leste Paulista	19,54%	24,74%	17,55%
CPFL Jaguari	23,01%	25,01%	18,79%
CPFL Sul Paulista	21,95%	37,67%	13,86%
CPFL Mococa	16,59%	23,84%	13,97%

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

## 27.3 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2016		2015	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	9,89%	7,55%	41,45%	4,67% (b)
CPFL Piratininga	Outubro	-12,54%	-24,21%	56,29%	21,11% (b)
RGE	Junho	-1,48%	-7,51%	33,48%	-3,76% (b)
RGE Sul	Abril	3,94%	-0,34%	52,45%	5,46% (b)
CPFL Santa Cruz	Março (c)	22,51%	7,15%	34,68%	27,96%
CPFL Leste Paulista	Março (c)	21,04%	13,32%	20,80%	24,89%
CPFL Jaguari	Março (c)	29,46%	13,25%	38,46%	45,70%
CPFL Sul Paulista	Março (c)	24,35%	12,82%	24,88%	28,38%
CPFL Mococa	Março (c)	16,57%	9,02%	23,34%	29,28%

- (a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior (informação não auditada pelos auditores independentes).
- (b) Percepção do consumidor em comparação à RTE descrita na nota 27.2.
- (c) Em fevereiro de 2016 a ANEEL alterou a data de reajuste e revisão tarifária das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari de fevereiro para março.

## **27.4 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares**

### **27.4.1 Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No exercício de 2016 foi registrada receita de R\$ 1.038.621 (R\$ 895.538 em 2015), sendo R\$ 93.879 (R\$ 66.313 em 2015) referentes à subvenção baixa renda e R\$ 944.742 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 829.225 em 2015), em contrapartida a Outros créditos na rubrica Contas a receber– Eletrobrás (nota 12) e descontos tarifários – aporte CDE (nota 24).

### **27.4.2 Descontos tarifários - liminares**

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (“ABRACE”) obteve liminar em julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem itens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcaram com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita.

Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que este déficit de receita será de responsabilidade da Eletrobrás.

Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário:

- (i) registrar uma receita na rubrica Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobrás (nota 12) no montante de R\$ 227.406
- (ii) registrar passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida a receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 209.250, que será ressarcido aos consumidores no próximo processo tarifário.

## **27.5 Bandeiras tarifárias**

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da REN nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50 e R\$ 3,00 e R\$ 4,50, (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 KWh consumidos, reajustados por meio da REH nº 2.016/2016 a partir de 1º de fevereiro de 2016 que vigorou até 31 de janeiro de 2017.

No exercício de 2016 as controladas de distribuição faturaram aos seus consumidores o montante de R\$ 430.065 (R\$ 1.796.226 em 2015) de Bandeira Tarifária, registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”.

Em 2016, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2015 a novembro de 2016. O valor faturado nesse período foi de R\$ 706.178, deste montante R\$ 687.673 foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 18.911 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

## **27.6 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)**

A ANEEL, por meio das REHs nº 2018, de 2 de fevereiro de 2016, revogada pela nº 2.077 de 07 de junho de 2016, e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a

janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH n° 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de cada controlada de distribuição.

## ( 28 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	10.497	10.261	2.025.780	2.869.481
Energia de curto prazo/PROINFA	2.253	4.004	269.792	981.009
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	51.225	44.342	8.541.677	9.192.868
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(987.997)	(1.196.579)
<b>Subtotal</b>	<b>63.975</b>	<b>58.607</b>	<b>9.849.252</b>	<b>11.846.779</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica			834.341	847.342
Encargos de transporte de itaipu			53.248	51.236
Encargos de conexão			84.927	56.312
Encargos de uso do sistema de distribuição			38.699	40.332
Encargos de serviço do sistema - ESS			362.735	555.851
Encargos de energia de reserva - EER			106.925	54.762
Crédito de PIS e COFINS			(129.883)	(140.868)
<b>Subtotal</b>			<b>1.350.990</b>	<b>1.464.967</b>
<b>Total</b>			<b>11.200.242</b>	<b>13.311.747</b>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes



## ( 29 ) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora	
	Despesas Operacionais	
	Gerais e administrativas	
	2016	2015
Pessoal	37.845	19.816
Material	79	74
Serviços de terceiros	10.404	7.209
Depreciação e amortização	193	170
Outros	2.340	2.642
Arrendamentos e aluguéis	50	121
Publicidade e propaganda	520	142
Legais, judiciais e indenizações	626	1.686
Doações, contribuições e subvenções	-	105
Outros	1.144	589
<b>Total</b>	<b>50.860</b>	<b>29.911</b>

	Consolidado											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	686.434	596.021	1	28	134.864	123.812	272.618	219.348	-	-	1.093.918	939.209
Entidade de previdência privada	76.505	60.184	-	-	-	-	-	-	-	-	76.505	60.184
Material	164.168	123.853	1.412	1.008	8.191	5.249	16.175	9.825	-	-	189.946	139.935
Serviços de terceiros	271.623	187.080	3.416	2.777	146.957	128.022	229.199	241.115	-	-	651.195	558.994
Depreciação e amortização	937.506	870.427	-	-	3.602	21.826	94.949	84.985	-	-	1.036.056	977.238
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.352.214	1.045.301	-	-	-	-	-	-	1.352.214	1.045.301
Outros	112.560	69.633	(11)	(12)	253.638	185.673	236.476	308.226	386.746	357.653	989.408	921.173
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	65.562	56.990	-	-	-	-	65.562	56.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	176.349	126.879	-	-	-	-	176.349	126.879
Arrendamentos e aluguéis	42.163	31.687	-	-	113	(4)	17.109	16.874	-	-	59.385	48.558
Publicidade e propaganda	150	339	-	-	29	34	11.659	9.565	-	-	11.838	9.938
Legais, judiciais e indenizações	-	10	-	-	-	-	181.888	263.453	-	-	181.888	263.463
Doações, contribuições e subvenções	54	-	-	-	9	16	2.425	3.418	-	-	2.488	3.434
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	83.575	16.309	83.575	16.309
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	255.110	302.665	255.110	302.665
Amortização de prêmio pago - GSF	9.594	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	12.233	13.768	-	-	-	-	-	-	-	-	12.233	13.768
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	48.291	38.956	48.291	38.956
Outros	48.367	23.829	(11)	(12)	11.575	1.759	23.395	14.916	(231)	(277)	83.095	40.214
<b>Total</b>	<b>2.248.795</b>	<b>1.907.197</b>	<b>1.357.032</b>	<b>1.049.101</b>	<b>547.251</b>	<b>464.583</b>	<b>849.416</b>	<b>863.499</b>	<b>386.746</b>	<b>357.653</b>	<b>5.389.240</b>	<b>4.642.033</b>

**( 30 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	55.084	72.158	667.429	472.745
Acréscimos e multas moratórias	464	3	246.045	215.923
Atualização de créditos fiscais	6.698	6.413	32.371	57.580
Atualização de depósitos judiciais	44	35	35.228	84.683
Atualizações monetárias e cambiais	1	-	147.849	121.609
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	16.198	13.027
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	32.747	162.786
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.608)	(2.496)	(63.223)	(52.849)
PIS e COFINS sobre JCP	(2.006)	(6.711)	(2.324)	(6.941)
Outros	14.200	5.451	88.182	74.685
<b>Total</b>	<b>70.878</b>	<b>74.854</b>	<b>1.200.503</b>	<b>1.143.247</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(27.217)	(61.398)	(1.811.263)	(1.725.252)
Atualizações monetárias e cambiais	(25.980)	(30.332)	(703.128)	(686.575)
(-) Juros capitalizados	-	-	68.082	45.568
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(25.079)	(1.573)
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(14.950)	(16.028)
Outros	(498)	(6.072)	(167.638)	(167.250)
<b>Total</b>	<b>(53.694)</b>	<b>(97.802)</b>	<b>(2.653.977)</b>	<b>(2.551.110)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17.183</b>	<b>(22.948)</b>	<b>(1.453.474)</b>	<b>(1.407.863)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 10,9% a.a. durante o exercício de 2016 (10,25% a.a. em 2015) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 1.399.988 em 2016 (ganhos de R\$ 1.514.439 em 2015) (nota 35).

**( 31 ) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

2016	Distribuição	Geração	Renováveis	Comercialização	Serviços	Outros (*)	Eliminações	Total
		(Fontes convencionais)	(Fontes renováveis)					
Receita operacional líquida	15.017.166	593.775	1.334.571	2.024.350	81.595	60.633		19.112.089
(-) Vendas entre sociedades parceiras	22.526	409.338	338.357	62.757	318.770	8.661	(1.160.410)	-
Custo com energia elétrica	(9.382.165)	(91.588)	(211.777)	(1.514.712)	-	-		(11.200.242)
Custos e despesas operacionais	(3.153.327)	(100.606)	(374.391)	(38.440)	(308.232)	(123.077)		(4.098.073)
(-) Custos e despesas entre sociedades parceiras	(659.308)	(12.691)	(93.630)	(371.347)	(13.900)	(9.534)	1.160.410	-
Depreciação e amortização	(591.334)	(126.596)	(553.169)	(3.779)	(12.870)	(3.417)		(1.291.166)
Resultado do serviço	1.253.557	671.631	439.961	158.629	65.363	(66.734)		2.522.608
Equivalência	-	311.414	-	-	-	-		311.414
Receita financeira	781.365	182.574	132.653	31.513	10.742	61.655		1.200.503
Despesa financeira	(1.331.973)	(562.196)	(667.344)	(24.761)	(5.272)	(62.432)		(2.653.978)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	702.950	603.424	(94.730)	165.581	70.832	(67.510)		1.380.547
Imposto de renda e contribuição social	(295.748)	(98.530)	(46.311)	(53.225)	(17.019)	9.343		(501.490)
Lucro (prejuízo) líquido	407.202	504.894	(141.041)	112.357	53.813	(58.167)		879.057
Total do ativo (**)	22.887.781	5.310.924	12.459.791	466.021	345.372	701.103		42.170.992
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	1.200.621	7.564	978.896	3.713	42.954	4.199		2.237.949
<b>2015 Reapresentado</b>								
Receita operacional líquida	16.945.222	572.553	1.262.297	1.716.348	55.547	47.246		20.599.212
(-) Vendas entre sociedades parceiras	22.318	411.038	335.979	82.544	239.088	3.136	(1.094.101)	-
Custo com energia elétrica	(11.604.347)	(147.120)	(249.809)	(1.310.470)	-	-		(13.311.747)
Custos e despesas operacionais	(2.668.411)	(80.811)	(226.522)	(34.460)	(241.247)	(110.674)		(3.362.130)
(-) Custos e despesas entre sociedades parceiras	(550.953)	(80.954)	(120.593)	(324.495)	(10.137)	(6.975)	1.094.101	-
Depreciação e amortização	(587.059)	(131.969)	(540.578)	(4.534)	(12.633)	(3.128)		(1.279.903)
Resultado do serviço	1.556.770	542.738	460.772	124.933	30.617	(70.396)		2.645.434
Equivalência	-	216.885	-	-	-	-		216.885
Receita financeira	740.628	110.018	131.354	42.840	44.098	74.310		1.143.247
Despesa financeira	(1.256.801)	(549.286)	(599.303)	(38.386)	(4.858)	(102.477)		(2.551.110)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.040.597	320.354	(7.176)	129.386	69.857	(98.563)		1.454.454
Imposto de renda e contribuição social	(414.633)	(37.570)	(49.222)	(41.282)	(18.232)	(18.239)		(579.177)
Lucro (prejuízo) líquido	625.965	282.783	(56.398)	88.104	51.625	(116.802)		875.277
Total do ativo (**)	22.138.086	4.575.230	11.868.943	714.781	317.845	917.586		40.532.471
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	868.495	6.910	493.584	2.432	39.176	17.199		1.427.796

(\*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(\*\*) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos.

Em função das condições econômicas brasileiras terem se deteriorado ainda mais durante o exercício de 2016, foi registrado, nas controladas (i) CPFL Telecom – “segmento outros” -, um complemento de R\$7.858 e (ii) R\$40.433 da CPFL Renováveis (segmento geração renováveis) na provisão referente à avaliação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa (em 2015, R\$ 33.119 na controlada CPFL Telecom e R\$ 5.837 na controlada CPFL Total “segmento serviços”). Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais” (nota 29).

O montante do investimento em empreendimentos controlados em conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, classificado no segmento de geração convencional, é de R\$ 1.493.753 (R\$ 1.247.631 em 2015)

## ( 32 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2016, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Entidade fechada de previdência, cujos participantes são funcionários do Banco do Brasil e empregados do quadro próprio.

- Fundação CESP

Entidade fechada de previdência, que administra planos de previdência para funcionários de empresas do setor de energia elétrica do Estado de São Paulo.

- Fundação SISTEL de Seguridade Social

Entidade fechada de previdência, que administra planos de previdência para funcionários de empresas do setor de telecomunicações.

- Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS

Entidade fechada de previdência, que administra planos de previdência para funcionários de empresas majoritariamente dos setores petrolífero e químico.

- Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV

Entidade fechada de previdência, que administra planos de previdência para funcionários da SABESP.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos** - Corresponde à captação de recursos junto a instituições financeiras conforme condições descritas nas notas 17 e 18. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito nas notas 17 e 18.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração.
- d) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- e) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- f) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- g) **Contrato de mútuo** – Refere-se a (i) contratos realizados com o empreendimento controlado em conjunto EPASA cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento em janeiro de 2017; e (ii) contratos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento definido para a data de distribuição de lucros da controlada indireta a seus acionistas e remuneração de 8% a.a. + IGP-M.

Algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da Companhia (nota 19).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, renegociaram, para pagamento em janeiro e julho de 2017, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendimentos controlados em conjunto Enercan e Baesa e a controlada Ceran, cujos vencimentos originais eram agosto a novembro de 2016.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 58.132 (R\$ 43.208 em 2015). Este valor é composto por R\$ 49.989 (R\$ 44.061 em 2015) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 1.212 (R\$ 1.087 em 2015) de benefícios pós-emprego e R\$ 6.930 (reversão de provisão de R\$ 1.940 em 2015) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto, até o encerramento do exercício, são como segue:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
<b>Saldo bancário e aplicação financeira</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	-	4.097.770	-	1	-	351.086	-	312
Banco do Brasil S.A.	48.985	126.036	-	-	4.113	28.466	5	4
<b>Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	-	667.335	-	-	-	85.505
Banco do Brasil S.A.	-	-	4.257.562	3.727.087	800	-	463.949	459.889
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5.126	58.478	-	322.465	-	-	67.196	8.978
<b>Outras operações financeiras</b>								
Banco Bradesco S.A. (**)	-	1.344	-	1.259	-	166	-	4.174
Banco do Brasil S.A.	-	-	962	879	234	80	6.408	5.941
<b>Adiantamentos</b>								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	726	790	-	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	1.025	1.120	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.269	1.377	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	462	503	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
AES Tietê S.A. (***)	-	-	-	-	2	-	14.498	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	53	27	-	-	1.212	1.426
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	1.183	1.364	4	1	49.944	34.063
Alpargatas S.A. (***)	-	-	-	-	2.954	-	-	-
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	967	883
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	6	6	-	-	294	268
BRF Brasil Foods	-	-	-	-	20.190	-	-	-
Caetite 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	889	810
Caetite 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	896	817
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	1.073	977
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	916	834
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	1.072	977
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	995	907
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	1.054	963
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	374	-	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	743	655	121	-	19.296	14.491	121	46
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	692	587	20	-	9.829	7.062	250	206
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	267	227	-	-	3.128	2.580	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	1.416	1.548	57	17	53.710	29.915
ELEB Equipamentos Ltda	-	-	-	-	-	4.036	-	-
Embraer	-	-	-	-	6.938	26.615	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	112	130	6	2	4.716	4.260
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	7.978	19.026	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	181	166
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	2	1	-	-
Itapebi Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	3	1	-	-
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	718	632
NC ENERGIA S.A.	451	-	2	-	28.298	5.336	6	-
Norte Energia S.A.	1	1	4.585	17	17	1	61.240	-
Rio PCHI S.A.	-	-	209	242	-	-	8.865	8.004
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	2	1	-	-
Santista Jeanswear S/A	-	-	-	-	13.600	4.491	-	-
Santista Work Solution S/A	-	-	-	-	2.224	-	-	-
SE Nandiba S.A.	-	-	2	-	-	-	152	166
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	557	576	-	-	23.153	20.916
Termopernambuco S.A.	-	-	-	-	5	3	-	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	25.268	37.238	7.683	6.965
Tupy	-	-	-	-	-	-	27.127	-
Vale Energia S.A.	8.680	7.843	-	-	102.069	92.353	216	695
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	5.642	88.441	-	6.080	60.765	111.541
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	35.018	142.596	215	4.996	358.272	330.675
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	387	667	50.526	140.496	3.684	23.283	269.480	244.102
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	12.418	19.807	-	15.243	91.010	168.187
<b>Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>								
Alpargatas S.A. (***)	168	-	-	-	2.310	-	-	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	5	-
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	-	2	-	-	-	19
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	6	170
Brasil veículos Companhia de Seguros	-	-	-	-	2	-	-	-
BRF Brasil Foods	-	-	-	-	1.250	-	-	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	4	65	42	42	170	1.034	94	31
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	-	576
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	-	-	-	-	-	-	-	50
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	-	-	-	-	-	-	15	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	-	-	-	-	-	-	6	-
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirante S.A.	86	-	-	-	-	-	10	9
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	9	-	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	-	-	-	24	22
HM 14 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	14	-	-	-	-	-	-
HM 02 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	45	-	-	-
HM Engenharia e Construções S.A.	-	-	-	-	-	272	-	-
Indústrias Romi S.A.	4	-	-	-	51	68	-	-
InterCement Brasil S.A.	-	-	-	-	43	26	-	-
Oi Móvel S.A. (***)	-	-	-	-	-	-	302	-
Logum Logística S.A.	26	-	-	-	730	55	-	-
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	-	2
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	-	-	-	-	-	4	-	1
NC Energia S.A.	-	-	-	-	17	-	-	-
Renovias Concessionária S.A.	-	-	-	-	-	-	17	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A.	-	-	-	12	-	-	3	-
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.	-	-	-	-	1.410	1.463	-	-
Santista Jeanswear S/A	-	-	-	-	1	21	-	-
Tim Celular S.A. (**)	6	-	89	-	2.008	-	12	-
TOTVS S.A.	-	-	2	3	2	-	32	44
Ultrafertil S.A.	-	-	-	-	14	868	-	-
Vale Energia S.A.	-	-	-	-	331	-	-	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	11	-
Vale Fertilizantes S.A.	-	39	-	-	-	45	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	56	-	-	-	521	1.354	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	104	-	-	-	1.424	1.483	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	74	-	-	-	1.826	1.354	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	1.599	1.104	-	-	488	720	-	-
<b>Contrato de Mútuo</b>								
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	38.078	76.586	-	-	4.379	14.123	-	-
Acionistas não controladores da CPFL Renováveis	9.067	7.680	-	-	1.039	1.475	-	-
<b>Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio</b>								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	89	20	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	29.329	28.417	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	40.983	30.905	-	-	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	29.933	-	-	-	-	-	-

(\*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(\*\*) Parte relacionada até o exercício de 2015

(\*\*\*) Parte relacionada a partir do exercício de 2016

### ( 33 ) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	9.679.825
Transporte	Transporte nacional	416.358
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	232.849
Automóveis	Cobertura compreensiva	13.235
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica e outros	200.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	234.357
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	281.914
<b>Total</b>		<b>11.058.537</b>

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

### ( 34 ) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

Compete ao Conselho de Administração orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e *Compliance*, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar os riscos sobre elaboração das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira e parcela da receita do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN de contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A exposição relativa à receita da ENERCAN foi protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 35.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 35. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) volume de energia contratada ser superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) nível de contratos ser inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre da possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços de curto prazo que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre.

**Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN") melhoraram ao longo de 2016, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada ao longo do ano e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga por razões energéticas.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as



tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

## Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

## ( 35 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Consolidado			
					31/12/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	5.267.966	5.267.966	4.353.488	4.353.488
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	897.031	897.031	1.329.314	1.329.314
Titulos e valores mobiliarios		(a)	(2)	Nível 1	511	511	23.633	23.633
Derivativos	35	(a)	(2)	Nível 2	746.883	746.883	2.269.932	2.269.933
Derivativos - zero-cost collar	35	(a)	(2)	Nível 3	57.715	57.715	8.820	8.820
Ativo financeiro da concessão - distribuição	11	(b)	(2)	Nível 3	5.193.511	5.193.511	3.483.713	3.483.713
					<b>12.163.617</b>	<b>12.163.617</b>	<b>11.468.901</b>	<b>11.468.901</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	(c)	(1)	Nível 2 (***)	7.554.059	6.615.837	7.725.978	6.499.746
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17 (**)	(a)	(2)	Nível 2	5.489.982	5.489.982	6.936.808	6.936.808
Debêntures - principal e encargos	18	(c)	(1)	Nível 2 (***)	8.999.947	8.857.941	7.070.430	6.105.830
Derivativos	35	(a)	(2)	Nível 2	118.262	118.262	31.745	31.745
Derivativos - zero-cost collar	35	(a)	(2)	Nível 3	-	-	2.440	2.440
					<b>22.162.250</b>	<b>21.082.022</b>	<b>21.767.402</b>	<b>19.576.570</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 274.834 em 2016 (um ganho de R\$ 256.251 em 2015).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

### Legenda

#### Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para venda
- (c) - Outros passivos financeiros

#### Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) coligadas, controladas e controladora, (iv) contas a receber – Eletrobrás, (v) ativo financeiro da concessão das transmissoras, (vi) cauções, fundos e depósitos vinculados, (vii) serviços prestados a terceiros, (viii) convênios de arrecadação e (ix) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários – CDE, e (x) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### **a) Valorização dos instrumentos financeiros**

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 186.148 (R\$ 393.343 em 2015), assim como as principais metodologias utilizadas, estão divulgadas na nota 11 e 27.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 35 b.1.

A Companhia registra no consolidado, em “Investimentos ao custo” a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais. Uma vez que esta Sociedade não possui ações cotadas em bolsa e que o objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia optou por registrar o respectivo investimento ao seu valor de custo.

#### **b) Instrumentos derivativos**

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a controlada CPFL Geração contratou em 2015 derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo

amortizado. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de derivativos, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial</b>								
<b>CPFL Paulista</b>								
Bank of Tokyo-Mitsubishi	44.536	-	44.536	44.845	(309)	dólar	03/2019	117.400
Bank of America Merrill Lynch	41.815	-	41.815	40.514	1.300	dólar	09/2018	106.020
Bank of America Merrill Lynch	47.538	-	47.538	46.268	1.270	dólar	03/2019	116.600
J.P.Morgan	23.768	-	23.768	23.134	634	dólar	03/2019	58.300
J.P.Morgan	13.231	-	13.231	13.311	(80)	dólar	12/2017	51.470
J.P.Morgan	11.785	-	11.785	11.885	(100)	dólar	12/2017	53.100
J.P.Morgan	4.053	-	4.053	4.065	(12)	dólar	01/2018	27.121
Bradesco	10.045	-	10.045	9.698	347	dólar	01/2018	54.214
Bradesco	41.072	-	41.072	39.589	1.483	dólar	01/2018	173.459
J.P.Morgan	10.354	-	10.354	10.191	164	dólar	01/2018	67.938
J.P.Morgan	10.532	-	10.532	10.515	16	dólar	01/2018	67.613
BNP Paribas	1.367	-	1.367	672	695	euro	01/2018	63.896
Bank of Tokyo-Mitsubishi	14.735	-	14.735	18.298	(3.563)	dólar	02/2020	142.735
J.P.Morgan	5.961	-	5.961	6.080	(119)	dólar	02/2018	41.100
Bank of America Merrill Lynch	81.111	-	81.111	77.971	3.140	dólar	02/2018	405.300
Bank of America Merrill Lynch	-	(11.672)	(11.672)	(11.726)	54	dólar	10/2018	329.500
Bradesco	-	(4.379)	(4.379)	(5.418)	1.039	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(3.771)	(3.771)	(5.390)	1.619	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(7.846)	(7.846)	(10.793)	2.947	dólar	05/2021	118.063
	<b>361.903</b>	<b>(27.668)</b>	<b>334.235</b>	<b>323.711</b>	<b>10.524</b>			
<b>CPFL Piratininga</b>								
Citibank	44.955	-	44.955	44.779	176	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	25.700	-	25.700	25.194	506	dólar	04/2018	55.138
J.P.Morgan	25.717	-	25.717	25.197	521	dólar	04/2018	55.138
Citibank	30.808	-	30.808	30.780	28	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	3.759	-	3.759	1.849	1.911	euro	01/2018	175.714
Scotiabank	-	(4.257)	(4.257)	(4.211)	(46)	dólar	08/2017	55.440
Bradesco	-	(4.379)	(4.379)	(5.418)	1.039	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(5.438)	(5.438)	(8.074)	2.636	dólar	05/2021	88.548
Citibank	-	(6.950)	(6.950)	(8.098)	2.148	dólar	05/2021	88.548
	<b>130.940</b>	<b>(20.024)</b>	<b>110.916</b>	<b>101.997</b>	<b>8.919</b>			
<b>CPFL Geração</b>								
Bradesco	92.771	-	92.771	92.569	201	dólar	03/2017	232.520
Votorantim	-	(4.525)	(4.525)	(7.212)	2.687	dólar	06/2019	104.454
Scotiabank	-	(8.208)	(8.208)	(7.643)	(566)	dólar	07/2019	117.036
Bradesco	79	-	79	(158)	237	dólar	09/2019	32.636
Citibank	-	(8.824)	(8.824)	(7.646)	(1.177)	dólar	09/2020	397.320
Scotiabank	-	(14.117)	(14.117)	(12.248)	(1.870)	dólar	12/2019	174.525
	<b>92.849</b>	<b>(35.674)</b>	<b>57.175</b>	<b>57.663</b>	<b>(488)</b>			
<b>RGE</b>								
Bank of Tokyo-Mitsubishi	21.496	-	21.496	21.657	(162)	dólar	04/2018	36.270
Bank of Tokyo-Mitsubishi	96.357	-	96.357	96.985	(628)	dólar	05/2018	168.346
Bradesco	11.207	-	11.207	10.968	239	dólar	10/2017	32.715
J.P.Morgan	19.839	-	19.839	19.441	398	dólar	02/2018	171.949
Bradesco	-	(4.379)	(4.379)	(5.418)	1.039	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(7.106)	(7.106)	(10.759)	3.653	dólar	05/2021	118.063
Citibank	-	(4.053)	(4.053)	(5.403)	1.350	dólar	05/2021	59.032
	<b>148.898</b>	<b>(15.539)</b>	<b>133.360</b>	<b>127.471</b>	<b>5.888</b>			
<b>CPFL Jaguarí</b>								
Scotiabank	-	(1.156)	(1.156)	(1.076)	(80)	dólar	07/2019	16.484
<b>CPFL Sul Paulista</b>								
Scotiabank	-	(1.156)	(1.156)	(1.076)	(80)	dólar	07/2019	16.484
<b>CPFL Leste Paulista</b>								
Scotiabank	-	(1.156)	(1.156)	(1.076)	(80)	dólar	07/2019	16.484
<b>CPFL Santa Cruz</b>								
Scotiabank	-	(1.156)	(1.156)	(1.076)	(80)	dólar	07/2019	16.484
<b>CPFL Paulista Lajeado</b>								
Itaú	-	(678)	(678)	(653)	(25)	dólar	03/2018	35.000
<b>CPFL Brasil</b>								
Itaú	-	(3.403)	(3.403)	(3.407)	5	dólar	08/2018	45.360
<b>Subtotal (a)</b>	<b>734.590</b>	<b>(107.610)</b>	<b>626.980</b>	<b>602.476</b>	<b>24.504</b>			
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial:</b>								
<b>CPFL Geração</b>								
J.P.Morgan	-	(6.807)	(6.807)	(2.045)	(4.762)	dólar	12/2018	47.645
<b>Hedge variação índice de preços:</b>								
<b>CPFL Geração</b>								
Santander	6.077	-	6.077	5.922	155	IPCA	04/2019	35.235
J.P.Morgan	6.077	-	6.077	5.922	155	IPCA	04/2019	35.235
	<b>12.155</b>	<b>-</b>	<b>12.155</b>	<b>11.845</b>	<b>310</b>			
<b>Hedge variação de taxa de juros (1):</b>								
<b>CPFL Paulista</b>								
Bank of America Merrill Lynch	-	(1.242)	(1.242)	(810)	(432)	CDI	07/2019	660.000
J.P.Morgan	-	(530)	(530)	(286)	(244)	CDI	02/2021	300.000
Votorantim	-	(158)	(158)	(92)	(66)	CDI	02/2021	100.000
Santander	-	(163)	(163)	(96)	(67)	CDI	02/2021	105.000
	<b>-</b>	<b>(2.093)</b>	<b>(2.093)</b>	<b>(1.284)</b>	<b>(809)</b>			
<b>CPFL Piratininga</b>								
J.P.Morgan	-	(207)	(207)	(135)	(72)	CDI	07/2019	110.000
Votorantim	-	(168)	(168)	(116)	(52)	CDI	02/2021	135.000
Santander	-	(115)	(115)	(84)	(31)	CDI	02/2021	100.000
	<b>-</b>	<b>(490)</b>	<b>(490)</b>	<b>(335)</b>	<b>(155)</b>			
<b>RGE</b>								
Bradesco	-	(941)	(941)	(614)	(328)	CDI	07/2019	500.000
Votorantim	-	(321)	(321)	(166)	(155)	CDI	02/2021	170.000
	<b>-</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(779)</b>	<b>(483)</b>			
<b>CPFL Geração</b>								
Votorantim	138	-	138	(221)	359	CDI	08/2020	460.000
<b>Subtotal (b)</b>	<b>12.293</b>	<b>(10.652)</b>	<b>1.641</b>	<b>7.181</b>	<b>(5.540)</b>			
<b>Outros derivativos (2):</b>								
<b>CPFL Geração</b>								
Itaú	20.028	-	20.028	-	20.028	dólar	09/2020	26.627
Votorantim	16.688	-	16.688	-	16.688	dólar	09/2020	26.627
Santander	20.999	-	20.999	-	20.999	dólar	09/2020	33.060
<b>Subtotal (c)</b>	<b>57.715</b>	<b>-</b>	<b>57.715</b>	<b>-</b>	<b>57.715</b>			
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>804.598</b>	<b>(118.262)</b>	<b>686.336</b>	<b>609.657</b>	<b>76.679</b>			
<b>Circulante</b>	<b>163.241</b>	<b>(6.055)</b>						
<b>Não circulante</b>	<b>641.357</b>	<b>(112.207)</b>						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 17 e 18.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

(2) Devido as características deste derivativo (zero cost collar) o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 17).

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Empresa	Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
		2016	2015
CPFL Energia	Variação cambial	(76.202)	71.492
CPFL Energia	Marcação a mercado	2.319	(2.319)
CPFL Paulista	Variação de taxas de juros	(1.423)	(2.250)
CPFL Paulista	Variação cambial	(802.479)	843.224
CPFL Paulista	Marcação a mercado	118.663	(98.738)
CPFL Piratininga	Variação de taxas de juros	(661)	(609)
CPFL Piratininga	Variação cambial	(358.412)	300.652
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	48.193	(32.431)
RGE	Variação de taxas de juros	(835)	(1.321)
RGE	Variação cambial	(252.321)	291.612
RGE	Marcação a mercado	48.915	(29.946)
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	3.161	2.600
CPFL Geração	Variação cambial	(145.933)	122.294
CPFL Geração	Marcação a mercado	66.425	(7.896)
CPFL Santa Cruz	Variação cambial	(6.986)	9.899
CPFL Santa Cruz	Marcação a mercado	148	(80)
CPFL Leste Paulista	Variação cambial	(1.076)	4.596
CPFL Leste Paulista	Marcação a mercado	(80)	(76)
CPFL Sul Paulista	Variação cambial	(7.577)	12.404
CPFL Sul Paulista	Marcação a mercado	170	(83)
CPFL Jaguari	Variação cambial	(10.236)	16.616
CPFL Jaguari	Marcação a mercado	273	(63)
CPFL Mococa	Variação cambial	-	2.022
CPFL Mococa	Marcação a mercado	-	(33)
Paulista Lajeado Energia	Variação cambial	(11.046)	4.626
Paulista Lajeado Energia	Marcação a mercado	1.649	(1.675)
CPFL Telecom	Variação cambial	-	3.204
CPFL Telecom	Marcação a mercado	-	6
CPFL Brasil	Variação cambial	(13.857)	5.367
CPFL Brasil	Marcação a mercado	2.383	(2.378)
CPFL Serviços	Variação cambial	(3.420)	3.810
CPFL Serviços	Marcação a mercado	254	(87)
		<b>(1.399.988)</b>	<b>1.514.439</b>

#### b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015 a controlada CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de

venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário atual é favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o montante total contratado é de US\$ 86.313, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IAS 39/CPC 38. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

<b>Técnica(s) de avaliação e informações-chave</b>	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
<b>Informações não observáveis significativas</b>	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 20,9%.
<b>Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)</b>	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 864, resultando em um ativo líquido de R\$ 58.579.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-	-	-
Mensuração a valor justo	10.342	(2.440)	7.902
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	<u>(1.522)</u>	-	<u>(1.522)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.820</b>	<b>(2.440)</b>	<b>6.380</b>
Mensuração a valor justo	65.546	2.440	67.986
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	<u>(16.651)</u>	-	<u>(16.651)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>57.715</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>57.715</u></b>

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

### c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Redução (aumento)	
				Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(5.295.856)		(462.134)	977.364	2.416.861
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	5.430.208		473.858	(1.002.158)	(2.478.175)
	<b>134.352</b>	baixa dólar	<b>11.724</b>	<b>(24.794)</b>	<b>(61.314)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(257.485)		(30.664)	41.374	113.411
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	261.385		31.128	(42.000)	(115.129)
	<b>3.900</b>	baixa euro	<b>464</b>	<b>(626)</b>	<b>(1.718)</b>
<b>Total</b>	<b>138.252</b>		<b>12.188</b>	<b>(25.420)</b>	<b>(63.032)</b>

Instrumentos	Exposição (US\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25%(c)	Depreciação cambial de 50%(c)
Derivativos zero-cost collar	86.314 (d)	alta dólar	(68.386)	(99.565)	(130.743)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2016 foi de R\$ 3,26 para o dólar e R\$ 3,41 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,54 e R\$ 3,81, e a depreciação cambial de 8,73% e 11,91%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

(d) Devido às características deste derivativo (*zero-cost collar*) o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,63% a.a.; IGP-M 7,17% a.a.; TJLP 7,50% a.a.; IPCA 6,29% a.a. e SELIC 14,08% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 1.377.463 (despesas de CDI R\$ 1.200.603, IGP-M R\$ 4.886, TJLP R\$ 341.942 e SELIC R\$ 156.936 e receita de IPCA R\$ 326.804). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	6.773.850		(151.057)	41.998	235.053
Instrumentos financeiros passivos	(10.430.518)		232.601	(64.669)	(361.939)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(5.151.860)		114.886	(31.942)	(178.770)
	<b>(8.808.528)</b>	alta CDI	<b>196.430</b>	<b>(54.613)</b>	<b>(305.656)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(67.872)		1.663	862	61
	<b>(67.872)</b>	alta IGP-M	<b>1.663</b>	<b>862</b>	<b>61</b>
Instrumentos financeiros passivos	(4.559.227)		-	(85.486)	(170.971)
	<b>(4.559.227)</b>	alta TJLP	-	<b>(85.486)</b>	<b>(170.971)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(139.692)		2.053	3.737	5.420
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	88.889		(1.307)	(2.378)	(3.449)
Ativo financeiro da concessão	5.247.689		(77.141)	(140.376)	(203.610)
	<b>5.196.886</b>	baixa IPCA	<b>(76.395)</b>	<b>(139.017)</b>	<b>(201.639)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(199.681)		5.052	(714)	(6.480)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(914.921)		23.148	(3.271)	(29.689)
	<b>(1.114.602)</b>	alta SELIC	<b>28.200</b>	<b>(3.985)</b>	<b>(36.169)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.353.343)</b>		<b>149.898</b>	<b>(282.239)</b>	<b>(714.374)</b>

(a) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 11,40%, 4,72%, 7,50%, 4,82% e 11,55%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

#### d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2016	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Consolidado						Total
			Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	16		2.641.544	81.808	4.778	129.781	-	-	2.857.911
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	12,04% a.a.	125.661	682.898	2.039.166	8.537.020	2.590.956	2.887.932	16.863.633
Derivativos	35		286	815	16.826	55.179	97.752	-	170.858
Debêntures - principal e encargos	18	14,22% a.a.	93.758	269.536	2.044.542	6.761.502	2.127.274	438.843	11.735.455
Taxas regulamentares	20		366.078	-	-	-	-	-	366.078
Uso do bem público	23	13,77% a.a.	1.987	4.149	19.522	44.487	62.102	234.601	366.848
Outros	24		46.625	91.395	18.565	44.711	-	17.750	219.045
Consumidores e concessionárias			11.432	52.940	9.492	44.711	-	-	118.575
EPE / FNDCT / PROCEL			1.457	2.397	9.073	-	-	-	12.927
Convênio de arrecadação			33.736	36.057	-	-	-	-	69.793
Fundo de reversão			-	-	-	-	-	17.750	17.750
<b>Total</b>			<b>3.275.940</b>	<b>1.130.600</b>	<b>4.143.399</b>	<b>15.572.679</b>	<b>4.878.084</b>	<b>3.579.127</b>	<b>32.579.828</b>

### ( 36 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2016, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2016	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 29 anos	9.433.125	17.967.834	16.493.436	59.486.713	103.381.108
Compra de energia de Itaipu	até 29 anos	2.589.135	5.419.669	5.985.978	24.175.651	38.170.433
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 34 anos	2.031.659	6.916.109	8.573.355	29.439.307	46.960.430
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 26 anos	17.882	-	35.899	266.279	320.059
Projetos de construção de usina	até 3 anos	1.560.470	8.676	-	-	1.569.146
Fornecedores de materiais e serviços	até 17 anos	1.819.714	1.253.650	314.992	496.760	3.885.116
<b>Total</b>		<b>17.451.985</b>	<b>31.565.937</b>	<b>31.403.661</b>	<b>113.864.710</b>	<b>194.286.292</b>



Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

### ( 37 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Transações oriundas de combinações de negócios</b>				
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	-	(1.156.621)	-
Ativo financeiro da concessão	-	-	876.281	-
Intangível da infraestrutura de distribuição	-	-	1.456.472	-
Intangível adquirido	-	-	413.796	-
Outros ativos (passivos) operacionais líquidos	-	-	1.911	-
	-	-	1.591.839	-
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	(95.164)	-
Preço de aquisição pago	-	-	1.496.675	-
<b>Outras transações</b>				
Aumento de capital com reserva de lucros	392.272	554.888	392.272	554.888
Aumento de capital em investidas com AFAC	52.680	905.167	-	-
Aumento de capital em investidas com dividendos	12.026	-	-	-
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	54.733	34.212
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	-	-	13.349	11.358
Depósitos judiciais para imobilizado	-	-	3.418	-
Reversão de contingências contra intangível	-	-	7.591	-
Transferência entre imobilizado e outros ativos	-	-	14.592	2.928

### ( 38 ) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

#### 38.1. Aquisição acionária da Companhia pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a Companhia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited. para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Companhia. Em 2 de setembro de 2016 a Companhia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição.

Em 23 de novembro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a ANEEL aprovou, naquela data, o pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle ("Acionistas Controladores") à State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid"), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid.

Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid Brazil") informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social — SABESPREV, e certas outras partes. Além disso, foram divulgados neste Fato Relevante as condições sobre a transação no que tange à (i) fechamento e ações adquiridas, (ii) preço por ação da CPFL Energia; (iii) preço por ação da CPFL Renováveis; (iv) OPAs por alienação de controle; (v) preço da OPA por alienação de controle; (vi) Possibilidade de Promover o Cancelamento de Registro da CPFL Energia e/ou da CPFL Renováveis; (vii) rescisão do controle de acionistas e outras informações relevantes.

Após a finalização da transação, a a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da Companhia. O preço total pago para a aquisição direta e indireta das ações foi de R\$ 25,51 por ação, totalizando aproximadamente R\$ 14,19 bilhões. Com a operação, a State Grid Brazil tornou-se o único controlador da Companhia, de forma que o Acordo de Acionistas datado de 22 de março de 2002, celebrado entre os antigos controladores, foi rescindido.

Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal (exceto a conselheira eleita como membro independente) renunciaram nesta mesma data. A eleição dos substitutos para ocuparem os cargos vagos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2017, conforme edital de convocação e Proposta da Administração já divulgados.

Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

## 38.2. Aprovação para captação de recursos

### 38.2.1. Aprovação de emissão de debêntures CPFL Piratininga e RGE

Os Conselhos de Administração das controladas autorizaram, em 25 de janeiro de 2017, a 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em 15 de fevereiro de 2017.

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes	Vencimento	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
CPFL Piratininga	8ª emissão - 1ª série	60.000	60.000	02/2024	Semestral	Implementação e desenvolvimento de projetos de investimento em subestações e linhas de transmissão
CPFL Piratininga	8ª emissão - 2ª série	246.000	246.000	02/2022	Semestral	Refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro
RGE	8ª emissão - 1ª série	130.000	130.000	02/2024	Semestral	Implementação e desenvolvimento de projetos de investimento em subestações e linhas de transmissão
RGE	8ª emissão - 2ª série	250.000	250.000	02/2022	Semestral	Refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro
			686.000			

### 38.2.2. Aprovação de captação de recursos em moeda estrangeira (Lei 4.131) – CPFL Geração, CPFL Paulista, RGE e RGE Sul

Em 01 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração a captação de recursos para as seguintes controladas:

- CPFL Paulista: até R\$2.225.000;
- CPFL Geração: até R\$679.000;
- RGE Sul: até R\$390.000;
- RGE: até R\$ 308.000.

Estas aprovações ocorrerão através de empréstimo baseados na Lei nº 4.131/62 e/ou rolagem das dívidas atuais em moeda estrangeira com swap para CDI, bem como a cessão de swap em garantia, Crédito Rural, Cédula de Crédito Bancário, Notas Promissórias com take out de dívidas de longo prazo, Emissão de Debêntures, Assunção de Dívidas, outras operações de capital de giro.

## 38.3. Dividendo intermediário do 1º semestre de 2016

Conforme Aviso aos Acionistas de 05 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, aprovou a declaração do “Dividendo Intermediário”, referente ao 1º semestre de 2016, o qual será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, no montante de R\$ 221.780, correspondente ao valor de R\$ 0,217876793 por ação.

O dividendo declarado foi pago em dia 20 de janeiro de 2017 aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 12 de janeiro de 2017, registrando-se que as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendo” na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A. (“BM&FBovespa”) e na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) a partir de 13 de janeiro de 2017.

#### **38.4. Oferta Pública de Aquisição de Ações**

Conforme fato relevante divulgado em 16 de fevereiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações realizará uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL (“OPA por Alienação de Controle”), nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da CPFL.

A State Grid Brazil tem, ainda, a intenção de, juntamente com a OPA por Alienação de Controle, realizar oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia visando a: (i) cancelar seu registro de companhia aberta perante a CVM sob a categoria “A” e a sua conversão para a categoria “B” (“OPA para Conversão de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do Segmento Especial de Listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto a legislação aplicável. A State Grid Brazil também pretende fazer com que (i) o contrato de depósito em relação ao agente depositário americano das ações da Companhia seja rescindido (ii) a Companhia saia da NYSE e (iii) seja cancelado o registro como companhia aberta nos Estados Unidos.

A CPFL Energia ainda em razão da intenção manifestada pela State Grid Brazil convocou os acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária para deliberar sobre (i) a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia; (ii) o cancelamento de registro da Companhia perante a CVM como emissora de valores mobiliários registrada na categoria “A”, e sua conversão para categoria “B”; e (iii) a saída da Companhia do segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Conforme informado nos Fatos Relevantes divulgados por ambas as companhias em 23 de fevereiro de 2017, a State Grid Brazil realizou os protocolos de documentação relativa às respectivas OPAs Unificadas perante a CVM, no dia 22 de fevereiro de 2017; o registro agora está sob análise da CVM.

---

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2016 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 13 de março de 2017, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 28 de abril de 2017.

**Campinas, 22 de março de 2017.**

**Pan Yuehui**

Presidente

**Zhang Ran**

Conselheiro

**Reginaldo Ferreira Alexandre**

Conselheiro

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Hu Yuhai**

Presidente

**Chen Daobiao**

Vice-Presidente

**Qu Yang**

**Zhao Yumeng**

**Andre Dorf**

**Antonio Kandir**

**Ana Maria Elorrieta**

Conselheiros

---

**DIRETORIA**

---

**ANDRE DORF**

Diretor Presidente

**GUSTAVO ESTRELLA**

Diretor Vice-Presidente Financeiro  
e de Relações com Investidores

**WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS**

Diretor Vice-Presidente  
de Planejamento e Gestão Empresarial

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

**CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR**

Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

**KARIN REGINA LUCHESI**

Diretor Vice-Presidente de Operações de Mercado

**LUIZ EDUARDO FRÓES DO AMARAL OSORIO**

Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SERGIO LUIS FELICE**

Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192767/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
CPFL Energia S.A.  
São Paulo - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individual e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Ênfase**

##### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.10 às demonstrações financeiras, a contabilização da energia distribuída aos consumidores, mas ainda não faturada, impacta o montante da receita líquida reconhecida no exercício, bem como o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias a receber. O processo de avaliação e determinação da estimativa, o qual inclui o desenvolvimento de premissas que impactam no cálculo do volume e montante de energia distribuída e não faturada, é complexo e envolve julgamento significativo por parte da Administração. Portanto, consideramos a estimativa do montante de receita e de contas a receber de consumidores concessionárias e permissionárias decorrentes de energia distribuída, mas não faturada, como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esta estimativa contábil incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para determinar o montante da receita de energia distribuída, mas não faturada, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados, e (iii) desafio às principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de tal estimativa. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Administração e efetuamos teste de valorização da receita de energia distribuída e não faturada, por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia, com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes substantivos.

### *Capitalização de gastos como ativo intangível da concessão*

Diante do montante envolvido e da dispersão dos investimentos em toda a área de concessão das distribuidoras controladas pela Companhia, bem como pelo fato da infraestrutura de distribuição ser a base utilizada pelo regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel) para determinar a tarifa para cada ciclo tarifário, ou seja, a infraestrutura de distribuição é base de remuneração regulatória - BRR, consideramos a segregação e capitalização de gastos ao ativo intangível da concessão, como um assunto foco de nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização dos gastos à infraestrutura de distribuição, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas utilizados pela Companhia para controlar o ativo intangível e respectivos gastos capitalizados, (iii) execução de testes, por amostragem, afim de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo intangível e ativo financeiro da concessão, (iv) desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e (v) comparação da natureza e do volume de gastos capitalizados com aqueles homologados pelo regulador no último período de revisão tarifária de cada distribuidora controlada pela Companhia.

## *Aquisição da AES Sul*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13.4 durante o exercício de 2016 a Companhia adquiriu a AES Sul Distribuidora Gaúcha pelo montante de R\$1.591 milhões. A contabilização de tal aquisição exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Administração da Companhia com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essas transações, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida. Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esse assunto incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de compra e registro contábil da alocação do preço e divulgação, (ii) avaliação da integridade e exatidão dos modelos de cálculo preparados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos (iii) envolvimento de especialistas internos em técnicas de valorização na avaliação dos modelos desenvolvidos pela Companhia para determinar o valor do preço de compra e, (iv) avaliação da adequação das divulgações relacionadas à aquisição, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes  
Contador  
CRC nº 1 SP 203310/O-6

## DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Campinas, 13 de março de 2017.

---

**ANDRE DORF**

Diretor Presidente

---

**Gustavo Estrella**

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de  
Relações com Investidores

---

**Wagner Luiz Schneider de Freitas**

Diretor Vice-Presidente  
de Planejamento e Gestão  
Empresarial

---

**Carlos da Costa Parcias Júnior**

Diretor Vice-Presidente de  
Desenvolvimento de Negócios

---

**Karin Regina Luchesi**

Diretor Vice-Presidente de  
Operações de Mercado

---

**Luis Henrique Ferreira Pinto**

Diretor Vice-Presidente de Operações  
Reguladas

---

**Luiz Eduardo Fróes do Amaral Osorio**

Diretor Vice-Presidente Jurídico e de  
Relações Institucionais